

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RODRIGO DE MORAES BATISTA

**A IMPRENSA NA ÉPOCA DO ESTADO NOVO E SUA IRRELEVÂNCIA PARA A  
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO**

CURITIBA, NOVEMBRO DE 2010

RODRIGO DE MORAES BATISTA

A IMPRENSA NA ÉPOCA DO ESTADO NOVO E SUA IRRELEVÂNCIA PARA A  
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso IV, do Curso de Comunicação Social, habilitação de Jornalismo, da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Mário Messagi Jr.

CURITIBA, NOVEMBRO DE 2010

## **Agradecimentos**

Primeiramente a Deus pela força, determinação e paciência que tive durante esse ano para finalizar todo o trabalho e por me dar a oportunidade desse momento.

Em segundo lugar aos meus pais Acir e Glória, por entenderem minhas preocupações, sempre estarem do meu lado nas horas mais complicadas e não se afastarem com minhas irritações que ocorreram por várias vezes; pelo apoio que me deram nas viagens que tive de fazer e na preocupação em sempre querer ajudar, mesmo que a ajuda fosse apenas uma simples conversa.

Ao meu orientador, Mário Messagi, que mesmo com todas as dificuldades e a falta de tempo procurou de alguma forma auxiliar para que a pesquisa resultasse em um bom trabalho; pelas orientações que sempre corresponderam às expectativas e foram sempre esclarecedoras; também pelos quatro anos de aprendizagem acadêmica dentro do curso que me ajudou na hora de estudar para a pesquisa.

Às amigas Nayara, Sharon e Luciane que sempre se mostraram interessadas pelo andamento do trabalho e dispostas a ajudar no que fosse preciso, seja durante o ano, seja durante todo o curso.

Ao amigo Ciro, pela revisão ortográfica que tirou muitos erros do trabalho final, também pelo interesse no andamento da pesquisa e disposição em trocar ideias sobre nossos projetos e dando sugestões.

A esses quatro amigos também acrescento Cícero, que juntos proporcionaram bons momentos de descontração, importantes para amenizar e esquecer as dificuldades e preocupações nesse período.

À Fundação Biblioteca Nacional e todos os seus funcionários pelo bom atendimento.

Muito obrigado!

## Sumário

Resumo.....	5
Abstract.....	6
1. Introdução.....	7
2. O Brasil no período de 1937-1945.....	10
2.1 Comportamento volúvel do Estado Novo.....	11
2.2 A política externa do governo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	12
2.3 O fim do Estado Novo.....	14
3. Condições de produção da imprensa brasileira durante o Estado Novo.....	16
3.1 Influências econômicas na imprensa.....	16
3.2 O papel do Estado Novo na linguagem do jornalismo.....	18
3.3 Controle da sociedade de massa no Brasil e o alinhamento da imprensa com o governo.....	20
4. A construção da narrativa jornalística.....	24
4.1 Acontecimento e notícia.....	25
4.2 A mídia perante o acontecimento.....	26
4.3 A informação dita e a informação não dita.....	28
4.4 Poder e manipulação do jornalismo.....	30
5. A construção da história.....	35
5.1 Dificuldades na construção do discurso.....	36
5.2 Construindo a história.....	39
6. Metodologia.....	43
6.1 Princípios para uma análise de discurso.....	43
6.2 Discurso fundador.....	47
6.3 A construção do discurso e do sentido.....	49
7. Análise de discurso dos jornais.....	51
7.1 Apresentação dos jornais.....	51
7.2 Tipologia de textos jornalísticos.....	53
7.2.1 Reportagens sobre combatentes e conquistas dos brasileiros.....	53
7.2.2 Textos que personificavam alguns combatentes brasileiros.....	57
7.2.3 Matérias que relatam o número de ataques, bombas despejadas e outras conquistas.....	62
7.2.4 Repercussão internacional da participação brasileira no conflito.....	64
7.2.5 Rotina dos expedicionários nos campos de batalha.....	67
7.3 Conclusão: discursos semelhantes entre os periódicos.....	70
8. Análise de discurso dos livros de história.....	74
8.1 Apresentação dos livros.....	74
8.2 Análise do livro “1944: O Brasil na Guerra”.....	75
8.3 Análise do livro “Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.....	82
9. Considerações finais.....	90
Referências.....	94

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo discutir e explicitar o que levou os historiadores, a partir de análises de discursos historiográficos, não utilizarem a produção da imprensa da época do Estado Novo como referência para a construção de seus trabalhos. Para tanto, será feito um confronto de discursos: o dos jornais e o dos historiadores, para mostrar como foi o processo de construção e desconstrução da imagem do herói brasileiro de guerra, que combateu nos campos de batalha italianos contra os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar será analisada a formação dessa imagem através dos discursos jornalísticos da época, levando-se em conta a importância dos jornais impressos naquele momento como formadores de opinião e pela ampla população que atingiam. Um dos aspectos desse trabalho no âmbito dos discursos jornalísticos é verificar como os jornais colocavam sentido nos textos, tendo o conhecimento de que o nacionalismo do Estado Novo, as atitudes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e os artifícios do jornalismo podem interferir na construção desse sentido. Na sequência, a análise se estende aos discursos de historiadores a respeito do assunto, mostrando como, em duas diferentes épocas, profissionais da história constroem o discurso a respeito do soldado brasileiro e da participação do país na guerra. Como contraponto ao que foi feito pelo jornalismo, serão mostrados quais foram os processos de manipulação de notícia do fato, tendo como base o que o discurso historiográfico diz a respeito disso e quais fontes foram utilizadas pelos historiadores. Esta é uma maneira de demonstrar e concluir os motivos que levam a história a não utilizar a mídia da época como referência para construir a história do momento, mesmo sendo o jornalismo uma fonte de memória das sociedades das quais e para as quais fala.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, jornalismo, história, soldados, heróis, imprensa.

## Abstract

This academic research has purpose to discuss and to explicit because the historians, from discourse analysis, don't use the press production of Estado Novo time as reference for construction of their jobs. For this, a confrontation analysis will be done: the newspaper discourse and history books discourse, to show how was processed the construction and deconstruction processes of the image of Brazilian hero of war, who fought against the Nazis during World War II. First will be examined the newspaper importance as formers of opinion in that time due to their large population reached. One of the aspects of this research in the ambit of the journalistic discourse is to check as the newspapers used to put meaning in the texts, having the knowledge that the nationalism political system of Estado Novo, the attitudes of Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) and the journalism artifices can interfere in the construction of meaning. After, the analysis is extended to discourse of historians about Brazilian participation in World War II, showing how, in two different times, history professionals influence the discourse of Brazilian soldier and the Brazilian participation in the War. As a counterpoint to what was done by the journalism, will be shown which manipulation process of news about the fact, having as a base what the historiographical discourse tells about this and which sources were used by historians. This is a way to demonstrate and to conclude the reasons why the history didn't use the media of that time as reference to tell the moment history, although journalism is a memory source of societies in which and for which speeches.

Key-words: World War II, Journalism, History, soldiers, heroes, Press

## Introdução

Quando ocorreu a Segunda Guerra Mundial, jornais brasileiros enviaram correspondentes para a cobertura dos principais fatos do conflito na Europa, durante a participação do Brasil nas batalhas. Ao todo, seis jornalistas do país estiveram nos campos de batalha para a cobertura da guerra, como um todo, e também das atuações dos expedicionários que lutaram contra o Eixo no norte da Itália. Joel Silveira e Barreto Leite Filho, enviados dos Diários Associados, Raul Brandão, do jornal Correio da Manhã, Rubem Braga, do Diário Carioca, Egydio Squeff, pelo O Globo e Thassilo Mitke, da Agência Nacional, participaram da cobertura do conflito<sup>1</sup>.

Os meios de comunicação impressos no Brasil passaram a ter grande abrangência nos centros urbanos na primeira metade do século XX. Os jornais, nas primeiras décadas deste século, em especial nas maiores cidades do país, passam por importante processo de industrialização da informação. O capitalismo entra de vez nas redações dos periódicos e possibilita o crescimento do número de periódicos e da própria estrutura dos veículos. Esse fato, combinado com o crescimento das cidades, em função da industrialização, possibilita que os jornais ganhem referência frente ao crescente público leitor.

Ao citar um trecho de uma obra de Lima Barreto, BARBOSA (2007) descreve como é o crescimento da importância que a imprensa passa a ter no cotidiano da população nesta época.

O movimento que Lima Barreto está escrevendo insere-se nas mudanças por que passa a imprensa no início do século XX, quando, se transformando em verdadeiras ‘fábricas de notícia’, os jornais ganham poder e notoriedade na sociedade carioca. Na sua descrição o destaque recai sobre o simbolismo que passa a ter a palavra impressa na sociedade e a ingerência dos jornais na sociedade política. A publicização do fato cotidiano, a capacidade de influir com o poder da palavra impressa (...). (p. 128).

A imprensa passa a ter papel fundamental na vida dos moradores das maiores cidades do país. Em vista do tempo abreviado, com maior número de afazeres, principalmente em função do trabalho nas fábricas, no comércio e ainda das preocupações familiares, a rotina urbana influencia para que os moradores dessas cidades necessitem de outros meios, que não apenas a informação boca a boca, para se atualizarem sobre o que acontece de mais importante. Com isso, os jornais passam a fazer parte da rotina de um morador de centros urbanos e a compor sua lista de prioridades.

---

<sup>1</sup> SILVEIRA, Joel. O Inverno da Guerra. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

A importância dos jornais e dos jornalistas é conferida pela população pois são eles quem levam a notícia que as pessoas não têm acesso, passam a ter credibilidade perante a população e seu discurso é tomado como verdadeiro pelas diferentes classes de letrados que surgem no país nesse momento. O acontecimento ao qual o leitor não tem acesso, o jornalista tem e, por isso, seu discurso passa a ter grande importância para completar a vida de um cidadão urbano, com as mudanças que surgem e que saltam aos olhos do público. “Para [a mudança] ser percebida é preciso que seja perceptível. Para isso é necessário que o acontecimento se produza no espaço visível do público. E são mais uma vez os meios de comunicação que tornam o acontecimento visível” (BARBOSA, 2004).

O jornalismo passa a falar de e para uma sociedade. Cada veículo em cada cidade do país, possui um núcleo para atender. Esse é o seu público, ao qual passa a ter o dever de dizer o que eles querem ouvir, atender às suas necessidades de informação. Ao mesmo tempo, o veículo impresso fala do que mais interessa a uma sociedade e isto, geralmente, atende ao ambiente mais próximo do público para o qual o jornal é direcionado. Tendo em vista que o país era muito mais regionalizado na primeira metade do século XX, era mais interessante para a população de São Paulo saber do que acontecia naquela cidade, no máximo no estado ou na capital federal (isso sem levar em conta que cada pessoa possui seus desejos informativos particulares, mas dando prioridade para os interesses gerais, de toda a população de uma grande cidade).

Mas os jornalistas não trabalham simplesmente dizendo aquilo que viram. Cada repórter faz um processo de construção de seu discurso com base em muitas fontes, relatos de pessoas que presenciaram o fato que se tornou notícia. Os indivíduos que compõem o discurso do jornalista são também parte da massa para a qual ele se dirige, o que garante ao leitor que a notícia, um produto do trabalho do profissional, possua valor suficiente para atender às suas necessidades de informação a respeito do mundo.

Com essa credibilidade que os jornais possuem de falar de e para a população, eles também se mostram como a imagem e a reprodução dos anseios das pessoas. Eles registram as principais características coletivas de um público que estava cada vez mais massificado, engrossando a população das grandes cidades. O jornal, no contraponto do que ocorre individualmente, é o formador de uma memória coletiva, pois é capaz de interligar as diferentes memórias individuais em uma síntese clara, coesa e única. Jornais, a partir de então, tornam-se “os *lugares de memória* (dadas às interpretações mais restritas do conceito), com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea” (ENNE, 2004, p. 114).



O jornalista muitas vezes está no lugar em que um cidadão não está e assim ele consegue ter informações que a maioria da massa não possui. Isso aconteceu na época da Segunda Guerra Mundial, quando os correspondentes citados anteriormente, além dos demais repórteres de agências internacionais, estavam junto aos brasileiros nos campos de batalha para acompanhar o desempenho das forças do exército e aeronáutica do país. Os arquivos jornalísticos dessa época tornam-se grandes evidências do que aconteceu nos campos de batalha para não só a população, como também posteriormente, na construção da história, os historiadores terem acesso ao que passou com o pracinha, como foram as lutas, como os brasileiros, enfim, desempenharam seu papel nas batalhas contra os nazistas.

A utilização dos meios de comunicação como fontes privilegiadas na construção dos discursos historiográficos tem aumentado. O jornalismo passou a ser visto como importante na formação de uma ideia de passado mais concreto, pois “indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros ‘objetivos’ do seu tempo” (LENE, 2010, p. 7).

Porém, nem sempre a utilização de arquivo jornalístico é feita por pesquisadores do campo da historiografia para a construção de seus discursos. Por poucas vezes, aliás, esse processo acontece. Ocorre que o trabalho de um historiador passa por diversos tipos de fontes e tem como objetivo a construção de certos momentos do passado. E os historiadores estão sujeitos a influências de diversos tipos, desde o ambiente acadêmico em que trabalham até mesmo a época em que produzem um relato historiográfico. Cada grupo e cada momento possuem diferentes objetivos de construção do discurso e vão procurar em fontes específicas o que esperam encontrar para a construção de seu relato do passado.

Não basta reler o passado conforme as pretensões do grupo em termos de presente, é preciso que haja vínculos entre essa pretensão e os vestígios materiais desse passado, para que tal versão se sustente. Nesse sentido, é preciso ter havido uma história. Dentre os acontecimentos do passado, os grupos irão buscar os símbolos que emprestem mais sentidos às suas necessidades do presente, mas esses símbolos não são ilimitados. (ENNE, 2004, p. 103).

No decorrer do trabalho, serão apresentados os motivos que levaram a historiografia a não utilizar os periódicos como fontes para construir a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Esses motivos serão discutidos com base na conjuntura da construção jornalística como um todo, mas também, em especial, da construção jornalística daquela época, levando-se em conta o ambiente sócio-político-econômico.

## 2. O Brasil no período de 1937-1945

Após as conturbações ocasionadas pelas Revoluções de 1930 e 1932, o governo provisório de Getúlio Vargas finalmente aprovava a Carta Magna de 1934, a segunda Constituição da República brasileira e a terceira do país. A Constituinte estabelecia, entre outros aspectos, uma república federativa (com autonomia de estados frente ao governo central) e o multipartidarismo, além da pluralidade e autonomia dos sindicatos. Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, com cargo até 1938.

Quando a situação parecia caminhar para a democracia, em 1937 foi articulado o golpe de Estado. A existência do pluripartidarismo favoreceu o aparecimento do Estado Novo. A partir de 1934, começaram a se fortalecer no Brasil grupos que eram inspirados em governos e partidos de outros países. Havia, no mínimo, três correntes no país, com duas delas muito conflitantes: a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, que era simpatizante dos governos fascistas da Europa, atraiu para a sua fileira um número considerável de aderentes (entre 100 mil e 200 mil pessoas); e, fazendo frente aos integralistas, os comunistas, inspirados nos ideais soviéticos, que também se fortaleceram nos anos 1930.

Uma terceira corrente, a autoritária, possuía a perspectiva de modernização conservadora. A doutrina dos autoritários consistia em que somente “o Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão, que só serviram para enfraquecer o país” (FAUSTO, 2009, pág. 196).

Os enfrentamentos entre os partidos políticos, em especial dos integralistas e comunistas, o levante comunista de 1935, que tentou sem sucesso tomar o poder federal, as autonomias dos governos estaduais, que faziam frente a Vargas, em especial o do Rio Grande do Sul, com Flores da Cunha, cooperaram para a decisão de Getúlio em articular o golpe de Estado de 1937. Para isso, Vargas tinha o apoio das Forças Armadas, fortalecidas no decorrer da década de 1930 frente ao seu aumento de efetivo e à queda das milícias estaduais. Começava a se formar um regime autoritário, centralizado na figura do ditador.

O Plano Cohen<sup>2</sup>, que seria uma nova tentativa de levante dos comunistas contra o governo federal, foi o motivador necessário para que Vargas extinguisse o processo eleitoral

---

<sup>2</sup> Ao longo de 1937, para apagar possíveis dificuldades regionais, o governo interveio em alguns Estados e no Distrito Federal. Faltava porém um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o *Plano Cohen* cuja verdadeira história tem muitos aspectos obscuros. Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi

em andamento e tomasse o poder até 1945. O fim das autonomias dos estados – o federalismo – foi a solução encontrada para acabar com os conflitos regionais, ameaças ao poder central e aos confrontos partidários que pretendiam tomar o governo.

“A Constituição de 1937, que iria reger o novo regime, extinguiu o federalismo republicano, levando o país ao unitarismo; anuladas as autonomias, cessavam os antagonismos e as rivalidades; findava-se o excesso de regionalismo, sob o qual se extinguíam as oligarquias estaduais” (CASTRO, 1982, pág. 405).

## 2.1 Comportamento volúvel do Estado Novo

Apesar da confiança dos integralistas da AIB de que a configuração do governo do Estado Novo transparecia um totalitarismo aos moldes do Nazismo europeu, não foi essa a atitude tomada por Vargas ao permanecer no poder através do golpe. Apesar das características marcantes de centralismo do poder do presidente da República em expedir decretos-leis livremente, da tônica nacionalista do Estado Novo, de formar nos estudantes e jovens uma consciência patriótica, um elemento fundamental não fez parte desse regime: o unipartidarismo. Vargas, ao contrário do que os integralistas esperavam, extinguiu toda organização partidária, desde os comunistas até a AIB.

Sob vários aspectos, o Estado Novo não pôde ser compreendido inteiramente como um regime totalitário, espelhado no Fascismo. Além de não ter um partido regendo o governo, na economia o caráter intervencionista, comum das potências totalitárias europeias, não se deu plenamente no Brasil. Apesar dos processos de nacionalização dos recursos naturais e nas indústrias e empresas, muito do capital estrangeiro circulou e foi fundamental para fortalecer a indústria brasileira na época.

A implantação da Usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional, no Rio de Janeiro, em 1940, é um exemplo desse panorama. Foi financiada por capital nacional e créditos americanos, concedidos pelo Export-Import Bank. Os militares pressionavam para que a empresa fosse totalmente nacional, mas Vargas movia esforços para a consolidação de um grupo que envolvesse também capitais estrangeiros, alemães ou americanos. Chegou a ser estabelecido um plano em que participariam capitais de uma empresa americana, recursos privados nacionais e do governo brasileiro. Apesar dos esforços conciliatórios de Vargas com

---

surpreendido ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. (...) Aparentemente o “plano” era uma fantasia, a ser publicada em um boletim da AIB, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. (...) de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. A 30 de setembro [de 1937] era transmitido o programa oficial pelo rádio e publicado em parte nos jornais. (FAUSTO, 2009, p. 199-200).

a companhia *United States Steel Corporation*, que teria participações na Usina, o acordo não foi firmado. Mas a simples tentativa do então presidente mostra como o Estado Novo tinha pretensões mais amplas do que um governo totalitário.

Da mesma maneira que ocorria na Europa, um dos objetivos do Estado Novo foi impulsionar o desenvolvimento industrial. O principal da industrialização foi a política de substituição de importações pela produção interna e instituir uma indústria de base. Formou-se uma aliança entre a burocracia civil e militar e a burguesia militar. FAUSTO explica os motivos que levaram a essa aliança, as intenções que cada grupo tinha com o desenvolvimento industrial brasileiro e como o intervencionismo do Estado na economia foi determinante para esse processo.

A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (2009, pág. 201).

Porém, mais uma vez o Varguismo não foi usado de forma fiel ao Fascismo na Europa. Na Itália, o regime movia as massas a favor do nacionalismo e da legitimação dos italianos sobre os demais povos. O governo de Vargas evitou mobilizar a nação numa cruzada nacionalista, nem mesmo em busca do desenvolvimento. O país não tinha inimigos – os partidos políticos, comunistas e integralistas, foram eliminados. Somente com os ataques alemães aos navios brasileiros o governo passou a ter motivos para uma mobilização nacional, mas já num estado real de guerra.

No Estado Novo foi comum a criação da figura de Getúlio como presidente fraterno aos trabalhadores. As medidas trabalhistas criadas no período de 1937-1945, além do nascimento do salário mínimo em 1940, ajudaram a construir a imagem do governante como protetor dos trabalhadores, por meio de cerimônias e do emprego intensivo dos meios de comunicação. “Houve também a utilização do sistema de rádio como instrumento de aproximação do governo aos trabalhadores” (Idem, pág. 207), medida semelhante ao que Hitler fazia na Alemanha nazista.

## 2.2 A política externa do Estado Novo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

As relações internacionais do Brasil no Estado Novo podem ser divididas em dois momentos distintos. No primeiro deles, Getúlio Vargas, além da política volúvel que apresentou no âmbito interno, foi um grande articulador em seu governo nas questões

econômicas e políticas que envolviam o país nas relações exteriores. Com o quadro externo se preparando para um novo conflito mundial e a emergência dos Estados Unidos e da Alemanha como potências rivais, econômica e militarmente, o Estado Novo tirou proveito deste quadro em favor do Brasil. Apesar das características totalitárias, mesmo não muito bem delimitadas, Vargas aproximou-se das duas potências e negociava com elas para sair favorecido por aquela que desse ao Brasil as melhores vantagens.

As opiniões e posicionamentos do Estado Novo sempre variavam. Ora o país mostrava-se simpatizante dos ideais americanos, ora estreitava os laços com a Alemanha. A dissolução do partido integralista, a AIB, já foi uma forma de criar atritos com o governo de Hitler. Através do Chanceler Osvaldo Aranha, o Brasil estreitou relações com os Estados Unidos. Vargas “teve seu governo forte bem acolhido por Roosevelt, que lhe dava o título de ‘Ditador em Defesa da Democracia (Dictador in Defese of Democracy)’ (CASTRO, 1982, pág. 406)”.

Em contrapartida, a participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil na década de 1930 foi notável. Em 1929, no ano da crise econômica do capitalismo, 13% das importações brasileiras vinham dos germânicos e 30% dos americanos. Oito anos depois, 25% dos produtos importados pelo país vinham da Alemanha e 24% eram dos americanos. O mercado bélico voltou-se também para as negociações com os alemães, mas também equipamentos da Grã-Bretanha e Itália, Tchecoslováquia e Estados Unidos.

O governo norte americano adotou medidas cautelosas frente às negociações que o Brasil fazia com os nazistas. “Roosevelt preferiu evitar medidas extremas que poderiam levar o Brasil a aliar-se com a Alemanha ou a seguir um caminho nacionalista radical” (FAUSTO, 2009, pág. 210). Continuava investindo nas negociações com Vargas para aumentar as relações entre os dois países. Empréstimos foram concedidos ao Brasil, que necessitava de finanças para manter o desenvolvimento econômico.

No campo político, a atuação norte americana foi mais efetiva. Com o iminente e depois ameaçador conflito mundial que se desenrolava na Europa e podia chegar ao Novo Mundo, diversas conferências foram realizadas para garantir a integridade do território do continente. Nesses encontros de países, os governantes definiam a neutralidade das Américas frente a Segunda Guerra Mundial e a proteção e solidariedade quanto a possíveis ataques de outros povos contra qualquer país do continente.

As medidas surtiram efeito. O Brasil aproximou-se dos Estados Unidos com as conferências internacionais de proteção ao continente americano, tentando extrair vantagem do cenário de proteção oferecida com a Segunda Guerra Mundial pelos americanos aos

demais países. Em 1939, o Estado Novo declarava-se neutro ao conflito que se iniciava na Europa. Mas a aproximação política com a potência do norte criou tensões entre o Brasil e a Alemanha. Isso se refletiu, inicialmente, na área econômica. Navios brasileiros eram interceptados e atacados por submarinos alemães próximos à Europa. Atitudes brasileiras de não transportar cargas alemãs com navios nacionais aos países da América do Sul eram vistos como violação ao estado neutro do Brasil frente ao conflito mundial.

O ataque japonês à base militar americana no Havaí, em dezembro de 1941, que motivou a entrada dos Estados Unidos no conflito, fez com que o pacto firmado em 1938 (Declaração de Lima) entre países americanos – assistência e solidariedade quando houvesse qualquer ataque externo ao continente – fosse ativado. Em resposta ao atentado japonês, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo (Japão, Alemanha e Itália) e foi forçado, dessa forma, a tomar uma posição clara quanto ao conflito.

O fato é que o rompimento das relações diplomáticas foi, na realidade, considerado pelas potências do Eixo, como uma declaração de guerra, pois a partir de fevereiro de 1942 começaram a chegar ao Brasil telegramas comunicando o torpedeamento de navios mercantes nossos (CASTRO, 1982, pág. 537).

Com o afundamento de navios na costa brasileira, em especial no Nordeste, o Estado Novo decidiu, tendo em vista a pressão interna e externa, declarar guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942. Inicialmente o país participava da guerra com ajuda médica e de mantimentos, além de produtos fornecidos às indústrias americanas. Antes mesmo de entrar na guerra, o país já fornecia, “além do apoio e solidariedade política (...) grandes quantidades de uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e mobilização militar norte-americana” (ALVES, 2002, pág. 170). A preparação para a guerra durou dois anos, com a ajuda do treinamento americano. Mais de 20 mil homens componentes da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira partiram para a Europa.

### 2.3 Fim do Estado Novo

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o consequente alinhamento do país com as potências democráticas e liberais foi decisivo para as articulações políticas internas. Era contraditória a posição do Brasil com um governo próximo ao totalitário lutar junto com as democracias na guerra, além de receber ajuda financeira para o desenvolvimento industrial das estatais. Com isso, ocorre o ressurgimento de grupos políticos no país, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Getúlio, para permanecer no governo, fazia valer o fato do país estar em guerra e necessitar de um governo sólido. Mas o fim da guerra proporcionou a aceleração do fim do Estado Novo. Mesmo apoiado pelas massas, o “pai dos trabalhadores” não tinha mais o apoio de boa parte do governo. Nem mesmo os Estados Unidos faziam mais gosto na permanência do ditador Vargas no governo, principalmente pela aliança feita entre o presidente e o PCB – a União Soviética orientava os partidos comunistas de todo o mundo a apoiarem os governantes de seus respectivos países, integrantes da frente antifascista (FAUSTO, 2009, pág. 213). Vargas foi destituído do cargo de presidente em outubro de 1945, de forma pacífica.

### 3. Condições de produção da imprensa brasileira durante o Estado Novo

Os avanços econômicos pelos quais o Brasil passou desde o início da Era Vargas, em 1930, foram refletidos também nas características das redações dos grandes jornais brasileiros do período, em especial os concentrados no eixo Rio-São Paulo, centro econômico e político da época. As mudanças já se desenrolavam desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pelo menos na estrutura financeira dos veículos impressos.

Na segunda década do século XX, alguns dos grandes jornais brasileiros instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo já possuíam escritórios internacionais na Europa, Estados Unidos e América Latina. Alguns se instalaram nessa época em cidades como Buenos Aires, Santiago (Chile), Nova York, Roma, Lisboa, Paris e Londres, e outros ampliaram sua cobertura nessas regiões. “Em 1920”, nos quiosques (que eram como bancas de jornal) dessas cidades, já podiam “ser comprados exemplares de jornais brasileiros” (BAHIA, 1990, p. 136). Mesmo com os índices de analfabetismo ainda altos, as mudanças sociais ocorridas com o aumento da industrialização (principalmente com a urbanização e aumento populacional nas metrópoles) possibilitam maior mercado leitor para os jornais.

Define-se a fase moderna da imprensa no Brasil. É o passo para uma indústria cultural de identidade própria enriquecida desde a Semana de Arte Moderna por movimentos diversos que procedem de várias partes do país e tanto tem origem intelectual como operária, e que consubstanciam o espírito renovador, por vezes acentuadamente nacionalista, dos sentimentos populares (BAHIA, 1990, p. 208).

Mas a economia não foi o único fator que influenciou nas características que compõe a imprensa brasileira no período do Estado Novo. O governo totalitário de Getúlio Vargas, com perfil de ditadura, além de suas ambiguidades que foram expostas no capítulo anterior, é importante para analisar como os jornais brasileiros cobriam os acontecimentos, em especial durante a Segunda Guerra Mundial. Na verdade, ocorria um duplo “controle” na imprensa brasileira nessa época: o econômico (feito pelo setor empresarial) e o político (pelo governo e seus departamentos de censura e controle de informação).

#### 3.1 Influências econômicas na imprensa

A evolução que ocorre no jornalismo do Brasil no decorrer do primeiro grande conflito mundial se estende até a década de 1920 e se firma na década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. As políticas econômicas do governo provisório e, mais tarde, do Estado Novo, centradas na industrialização, geram o mesmo cenário que se observou



na segunda década do século XX: aumento do público leitor em decorrência do urbanismo que se alastra pelas principais cidades do país. Muitos jornais já possuem duas edições diárias e alguns grupos lançam outras “folhas”. Além do matutino, aparecem jornais vespertinos e edições “da noite”.

Um fator dessa época, no setor de políticas do governo de Vargas, pode ter sido importante no inchaço desse público leitor: as leis trabalhistas que o Estado criava. O salário mínimo (que na época tinha um peso mais significativo na economia dos lares brasileiros) e o décimo terceiro salário, entre outros benefícios, começaram nessa época e possibilitaram aos trabalhadores das novas indústrias que surgiram no período terem acesso à informação que saía nos jornais. Apesar de que muitos poderiam ter escolaridade baixa, ou ainda analfabetos, o aumento da renda já é um fator importante para os que possuem grau de instrução e leitura suficiente para entenderem as reportagens.

Além disso, outro determinante na evolução da imprensa brasileira é o ingresso de capitais internacionais, principalmente norte-americanos, na economia nacional. Assim como o país se industrializava, as redações dos grandes jornais transformam-se em empresas de informação. De acordo com SODRÉ (1983), essa mudança é reflexo das alterações que ocorrem no país e que “acentuam rapidamente o acabamento” da fase industrial do jornalismo, “relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas” (p. 385). Um dos exemplos que melhor expressa essa nova fase nas redações jornalísticas do Brasil é o império formado por Assis Chateaubriand. Ele adquiriu o controle de *O Jornal* já em 1924, no Rio de Janeiro. Daí por diante se formaram os Diários Associados.

A imprensa capitalista, que antes de assumir esse caráter sobrevivia à custa de anúncios de classificados e vendas de jornais nas ruas, passou a contar com um novo e importante meio que sustentava as redações: a publicidade, que vinha principalmente de anúncios do varejo e de produtos industriais. “Nessa nova composição, o jornal é fornecido aos seus consumidores a preço nominal, competitivo na qualidade do conteúdo” (BAHIA, 1990, p. 228).

Essa é uma característica importante da então nova face do jornalismo brasileiro. Os jornais partidários, que tinham público leitor restrito aos adeptos ao comunismo e nazismo, além das revistas e periódicos diretamente ligados aos partidos políticos brasileiros, como a ANL e PCB, perdiam espaço facilmente para a imprensa capitalista, pois não tinham recursos para manter a circulação. A linguagem do jornalismo brasileiro passa a falar para as massas e não apenas para pequenos grupos ideológicos. Isso se intensifica com a concretização do

totalitarismo, quando Getúlio Vargas extingue toda organização partidária e instala o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Assim, apenas o jornalismo com base financeira em publicidade feita por empresas e pelo comércio tem como sobreviver.

Começa assim a se delinear a forma como ocorre o controle econômico na imprensa a partir dessa época. O que acontece, na verdade, não é um poder declarado do capitalismo sobre as empresas jornalísticas. Porém, a partir do momento em que os veículos passam a utilizar e depois depender dos anunciantes na parte de publicidade, a influência sobre o conteúdo cresce. BAHIA cita que nas democracias ocidentais essa foi uma característica que se acentuou nesse período. O Brasil, mesmo não tendo caráter de estado livre, possuía muita influência econômica das principais democracias do mundo, em especial dos Estados Unidos, ou mesmo da Alemanha, no caso um estado totalitário. Aqui o que mais importa é a influência financeira que diversas empresas passavam a ter nos veículos de comunicação, pois financiavam seu sustento e se interessavam por uma linguagem alinhada às suas condutas. “As instituições privadas agem em nome da liberdade e detém o controle (pela propriedade ou através da publicidade) econômico dos meios de comunicação para influir na mensagem e dirigir a sua recepção pelos indivíduos, em particular, ou pela sociedade, em geral” (1990, p. 229).

### 3.2 O papel do Estado Novo na linguagem do jornalismo

Além do sustento que o jornalismo tinha com as propagandas nas páginas dos veículos impressos, o que também determinou politicamente a linguagem do jornalismo na época do Estado Novo foram as verbas que o governo federal repassava para a imprensa durante o período ditatorial. De fato, Getúlio Vargas bancava boa parte das finanças dos jornais na época do estado totalitário, com a propaganda que o governo fazia de si.

Desde antes da instauração da ditadura de Vargas, o governo provisório já se mostrou preocupado com a propaganda de seu líder e de suas eficiências, talvez por causa das incertezas com a Revolução Paulista de 1932 e por ter assumido o governo com um controle temporário. O que ocorria era realmente todo um movimento de legitimação do poder frente à população através da imprensa. Alguns órgãos foram criados como máquinas de promoção do governo que se formava. Em 1931 já havia sido criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP); em 1934 o governo avançava neste ponto dando origem ao Departamento de Propaganda e Divulgação Cultural (DPNC); em 1935, entrava no ar o programa de rádio

“Hora do Brasil”, com tônica de divulgação dos atos do governo; já no Estado Novo, o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) assumia as funções de publicidade do governo.

Em 1939, já em meio aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, entrava em ação o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O órgão oficial passou a ser responsável não só pela divulgação da imagem do Estado Novo e do ditador, mas pelo controle de informação e da “distribuição” de conteúdo aos veículos de comunicação da época, além de baixar listas com assuntos que não poderiam ser veiculados pela imprensa. Cada estado da federação possuía um Departamento Estadual de Imprensa (DEI), responsáveis pelos mesmos serviços, mas em âmbito regional. Não havia redação de jornal ou estação de rádio que não tivesse um censor para controlar o conteúdo. Toda edição passava pelas mãos dele antes de ser impressa. “Os jornais passaram, assim, por gosto ou contragosto, a servir à ditadura”. A “ausência de liberdade de imprensa e a institucionalização da censura” ajudam a compreender o “quão grave foram” as consequências desse regime sobre a imprensa. (SODRÉ, 1983, p. 382 e 383).

Não só o DIP garantia ao governo o controle da informação. A Constituição de 1937 já determinava que a imprensa era um

serviço de utilidade pública e lhe impôs uma série de restrições. Jornalistas e jornais tiveram que se registrar no DIP. O cerco à imprensa foi brutal. Estima-se que cerca de 30% dos jornais e revistas do país não conseguiu obter o registro obrigatório no DIP, tendo deixado de circular. Os autorizados eram cuidadosamente controlados e todas as matérias dependiam de autorização prévia dos censores. (LUCA, 2006, p. 3).

Alguns jornais passaram por situações de extremo controle de conteúdo e produção. O jornal O Estado de São Paulo teve sua redação tomada em 25 de março de 1940 e foi expropriado. Com um dos principais jornais do país na época sob total controle da ditadura, o governo criou um ambiente propício para a divulgação de conteúdo que lhe fosse mais interessante.

O Estado Novo não só intervém nos jornais através do DIP como determina muito do conteúdo que seria veiculado por eles. Mais do que isso, adquire alguns veículos (jornais, revistas e rádios) que ajudam a formar a imagem positiva e nacionalista buscada pela ditadura. Assim como nos moldes dos governos nazi-fascistas da Europa, o importante era que o povo tivesse a boa impressão de seu líder, tanto como simpático aos trabalhadores quanto comandante de um governo preocupado com os demais setores sociais e econômicos.

Jornais como *A Manhã*, do Rio de Janeiro, fundado em 1941, *A Noite*, de São Paulo, datado de 1942, são exemplos de veículos governistas, criados com o pretexto de garantir ampla publicação para os brasileiros terem a impressão positiva do que ocorria no Brasil. A

*Rádio Nacional* data desta época e também nasceu com o espírito nacionalista do Estado Novo. Mas o governo além de criar seus veículos impedia o aparecimento de outros. Como já foi dito, a imprensa tinha que se cadastrar no DIP e dificilmente todos conseguiam. O caminho era burocrático e dificultado para que qualquer grupo “antivarguista” tivesse seu veículo de ataque.

Além de estruturar todo seu aparato de imprensa e controlar, através do DIP, o que os veículos de comunicação publicavam, a ditadura possuía uma agência de notícias, a *Agência Nacional*, que contava com uma grande equipe de repórteres, redatores e tradutores. Boa parte do que era publicado na imprensa vinha deste órgão nacional - cerca de 60% (LUCA, 2006, p. 3). Essa situação reforça o poder sobre o conteúdo que a imprensa possuía em mãos para colocar nos jornais e revistas e mostra a que ponto a ditadura limitava as possibilidades que os periódicos tinham de veiculação.

O Estado Novo assumia assim um triplo controle sobre os meios de comunicação: além da censura imposta aos veículos pelos departamentos competentes, nenhum jornal ou revista podia se negar a colocar em suas páginas os anúncios de publicidade. A terceira face da dominação ficou por conta do conteúdo distribuído pela agência de notícias estatal. Assuntos desinteressantes ao poder ditatorial não chegavam às páginas dos jornais não só por conta da censura, mas também por falta de fontes que distribuíssem ou fossem capazes de burlar esses bloqueios.

### 3.3 Controle da sociedade de massa no Brasil e o alinhamento da imprensa com o governo

Nem só de malefícios viveu a imprensa com a chegada do governo totalitário ao poder no Brasil em 1937. Aliás, como já foi dito, o golpe de 1937 foi uma afirmação de um sistema que se mostrou planejado desde o golpe de 1930, que derrubou a antiga República do Café com Leite. Apesar de todo o sistema criado para coagir a imprensa e impedir que os jornalistas publicassem conteúdo desinteressante ao regime, o que realmente ocorreu foi um alinhamento de boa parte dos veículos de comunicação com o Estado Novo, principalmente por motivos financeiros.

Antes de discuti-los, é necessário retomar o assunto sobre a implantação do governo ditatorial de Vargas. Desde a década de 1920, muitos ideais vieram ao Brasil, que contestavam os rumos da política, sociedade e cultura do país. Muitos grupos políticos surgiram, como os tenentistas e comunistas e, mais adiante, os Integralistas na década de 1930. Com a chegada do governo provisório ao poder, esses grupos ganhavam cada vez mais

força e as lutas partidárias dentro da federação aumentavam. Para não perder as rédeas de um país que estava em ebulição pela queda de um governo em 1930, era necessário um controle maior sobre a situação, um Estado forte que unisse todos num só ideal toda a população e eliminasse as ações particulares e pontuais.

Surge aqui a ideia do conservadorismo buscada por Vargas. Marialva BARBOSA explica como é o sistema conservador, diferente da concepção que se tem de uma ideologia que simplesmente não aceita inovações, como é comum no senso popular.

O conservadorismo coloca em lugar do primado da razão conceitos como história, vida e nação. Em contraposição à tendência dedutiva, opõe a irracionalidade da realidade, ao mesmo tempo em que radicaliza o problema da individualidade, percebendo diferenças entre os indivíduos. Assim, não haveria mais uma espécie de indivíduo de caráter universal. Combatendo a crença liberal na aplicabilidade de todas as inovações políticas e sociais, concebem a ideia de organismo social (...). Podemos ainda acrescentar a negação do individualismo e do indivíduo e, por último, a concepção dinâmica da Razão. O que muda não é o mundo, mas a Razão e suas normas é que estão em constante mutação e movimento (2007, pág. 107 e 108).

Os planos desenvolvimentistas da Era Vargas eram bem claros: tirar o Brasil das amarras agrícolas e tornar o país uma nação mais independente na questão econômica. A industrialização no Brasil é um processo que não começou em 1930, mas sim desde a época do Barão de Mauá, no século XIX. Porém, ela só se intensifica a partir das necessidades criadas com a Primeira Guerra Mundial. A visão de Vargas era a de criar um campo industrial mais forte no país. Consequentemente, isso trouxe muitas pessoas do campo para trabalhar na cidade, seja no comércio ou nas fábricas. A população brasileira, que antes era dispersa em espécies de feudos (as fazendas e sítios) começa a se agrupar nos centros urbanos que incham ano após ano.

Essa mudança no paradigma da população brasileira cria uma situação que vinha em formação: os contingentes populacionais. O público era visto a partir de então como massa, homogênea. No aspecto brasileiro desta situação, não cabe dizer que as massas são heterogêneas e que as diferenças não podem ser esquecidas dentro de uma sociedade (mesmo sendo). Isso porque o que vale para um sistema totalitário é tratar a massa por igual para controlar suas ações. E assim como os nazistas, que utilizavam o rádio como meio de persuasão, o governo Vargas busca atingir e integrar as massas ao ideal comum do país através dos meios de comunicação, em especial os jornais, que ainda possuíam grande força, mas também o rádio, que entrava em ascensão nos anos 1940.

Para comandar a nação em massa como estava exposta e garantir a aceitação pública do novo governo, era necessária uma divulgação dos atos do governo e da figura do ditador. Este passou a ser visto como “pai dos trabalhadores”. Discussões em estádios, passeatas e

datas comemorativas com Getúlio Vargas eram comuns nessa época, sempre atrelada às questões trabalhistas. Mas isso não seria possível sem o apoio dos meios de comunicação, que sempre tiveram, em várias sociedades, grande circulação entre as pessoas. Não só a divulgação dessas datas pelos meios, mas a necessidade de conteúdo positivo nos jornais e nos programas de rádio eram formas eficientes de colocar a população sob tutela do Estado forte que se “fazia necessário”.

Mas nem sempre a força é a melhor maneira de se manter o controle sobre as massas e sobre a imprensa. “Aqueles que pretendem controlar as opiniões e crenças de nossa sociedade utilizam-se cada vez menos da força física, e cada vez mais da persuasão em massa” (MERTON e LAZARSFELD, 2000, pág. 110). Apesar do ano de publicação da obra ser bem posterior ao ocorrido em 1937, a citação se encaixa perfeitamente para a ditadura de Vargas. Apesar das características de opressão e censura aos meios de comunicação que apresentava, tanto a população como a imprensa não podem ser vistas como se tivessem sofrido tanto com a violência do Estado Novo.

Tanto de um lado como de outro podia se observar um sistema de troca de favores. No caso particular da imprensa, Getúlio sabia de seu poder de influência que podia ter com os meios de comunicação ao seu lado. Não só a influência, mas a maneira como o conteúdo é passado era importante, e a imprensa possui as formas de narrativa que mostram outra realidade. O objetivo era não só divulgar notícias vindas da Agência Nacional, mas criar um simbolismo sobre o governo a ser passado para a massa.

Os jornais disseminam ideias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política – a ideologia estadonovista –, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social (BARBOSA, 2007, pág. 111).

Apesar de criar o DIP para o controle de informação e censura, uma característica marcante foram os benefícios dados aos homens da imprensa, sejam jornalistas ou os donos dos jornais. De isenções fiscais da importação de papel aos benefícios dados a intelectuais e jornalistas que ficassem do lado do Estado Novo (também com isenção fiscal, como Imposto de Renda), foram vários os métodos de corrupção empregados pelo governo Vargas para manter a imprensa aliada, não só a pressão dentro das redações por meio dos censores.

Dessa forma, poucos foram os veículos e jornalistas que não aderiram ao regime. Como citado anteriormente, os que não aderiram ou foram encampados pelo governo ou seus donos expropriados, como foi o caso do jornal O Estado de São Paulo. Não se tratava apenas

de uma questão de tirar proveito da situação, mas de garantir vida dentro da ditadura. Combater o regime de Getúlio Vargas significava passar por dificuldades na importação do papel, por exemplo – tudo era controlado pelo DIP. Não era interessante aos periódicos deixar de circular por falta de papel, ainda mais numa época de crescimento estrutural dos veículos.

No final da década de 1930, já durante a ditadura, eram 23 no total os jornais registrados na cidade do Rio de Janeiro. As tiragens variavam de 40 mil exemplares para os matutinos até 120 mil para os vespertinos, em média. Cada jornal possuía, também em média, 24 páginas nos dias de semana e chegavam a 60 nos domingos (BARBOSA, 2007, P. 109-110). Começavam a se diversificar por cadernos e muitos possuíam mais de uma edição diária. Eram estruturas já capitalistas, que precisavam da publicidade para sobreviver e muito dessas propagandas vinham do governo. Sofrer repressão econômica não estava nos planos de nenhum periódico, o que favoreceu o alinhamento deles com a situação e possibilitou que o Estado Novo atingisse seus objetivos com a massa.

#### 4. Construção da narrativa jornalística

Os acontecimentos que são percebidos numa sociedade estão suscetíveis a se transformarem em notícia. Para isso, são tomadas regras que definem o que deve e o que não deve ser publicado. Até mesmo a publicação e a forma como é publicado, o limite de caracteres, espaço que a notícia ocupará na página, em que página, caderno, com quantas colunas, se terá ou não foto, são vários os fatores que determinam o que se pode chamar de construção do sentido da notícia que a redação de um jornal faz.

A influência sobre a formação da narrativa jornalística transita de fatores externos à redação, internos e até subjetivos aos jornalistas que farão o texto e a apuração das informações, os quais TRAQUINA (2005) determina como critérios de noticiabilidade, que serão mostrados adiante com mais detalhes. Conforme MOUILLAUD (1997), o discurso do jornal não está separado do espaço que o contém, tampouco do espaço que o faz. Está envolvido no que pode ser chamado de dispositivo. Podemos dizer que cada meio de comunicação possui seu dispositivo, que seriam matrizes existentes antes da notícia e que comandam sua duração e posição. A TV faz isso em seus telejornais e o mesmo vale para o rádio, com o tempo de duração nas reportagens e determinação de “em que bloco a notícia será veiculada”. O mesmo ocorre, porém com critérios diferentes, em veículos online, impressos, entre outros.

Num caso em específico, os jornais impressos, o dispositivo que determina o posicionamento e a forma da notícia pode conter elementos como a diagramação, limite de páginas, fotos, número de caracteres e também, é claro, os elementos textuais. Isso mostra como a informação transformada em notícia não surte efeito sozinha, apenas pelo texto colocado sobre o papel a partir dos jeitos e trejeitos do jornalista e dos jornais. Ela possui um suporte, que é o próprio jornal, para a construção do sentido. “Um monumento está, sempre, seja como for, ‘embalado’ em um dispositivo; e esse dispositivo predispõe o seu sentido (...). O dispositivo prepara para o sentido” (Idem, p. 30).

Porém, a forma de seleção dos acontecimentos que viram notícia não pode ser descartada desse processo. Deve-se levar em conta sempre as questões redacionais e externas à redação – poder político e econômico – que influenciam na construção da narrativa jornalística. Para isso, vamos iniciar a análise de como a imprensa determina o que é acontecimento e se ele possui relevância para ser divulgado pelo jornal. Posteriormente entraremos na discussão de como isso é transmitido e quais os artifícios utilizados para isso, desde textuais até de suporte.



#### 4.1 – Acontecimento e notícia

Toda notícia para chegar às mãos do leitor depende que a sociedade da qual esse leitor pertence produza um acontecimento que será tratado pela mídia como relevante. Nada mais do que um círculo vicioso, no qual a imprensa depende da produção de fatos pelo público que fica na dependência de notícias transmitidas pela imprensa para se sentir informado. Com isso, nenhuma veiculação jornalística pode estar desprendida do sistema social, do que ocorre dentro daquela sociedade, cultura para a qual o jornal fala.

O acontecimento é determinado histórica e culturalmente. Cada sistema cultural vai dizer quais fenômenos podem ser considerados acontecimentos. Para que isso ocorra, é necessário que esse fenômeno possua transcendência social. Esta expressão pode ser definida como a relevância social que o fato apresenta sobre o grupo que tanto o produziu quanto ficará informado sobre ele. Quem determina se há ou não a transcendência possui o poder de dizer se o acontecimento vira ou não notícia (porém são muitos os fatores que influenciam nessa determinação do que dizer, não apenas a relevância para aquele grupo, o que será discutido adiante).

RODRIGO ALSINA define três fases históricas para o que as sociedades definem como acontecimento:

- 1) Os acontecimentos antes da imprensa de massa (meados do século XV até meados do século XIX);
- 2) Os acontecimentos durante a imprensa de massas (meados do século XIX até meados do século XX);
- 3) Os acontecimentos com a comunicação de massas (meados do século XX até a atualidade). (2009, p. 118).

Dessa classificação, vale detalhar as duas primeiras. Em relação ao período do século XV ao XIX, a imprensa começava a nascer na Europa. Os primeiros panfletos informativos e de publicidade circulavam nos reinos, porém era algo muito restrito. A informação era limitada àqueles que detinham o poder. Mesmo depois da invenção da prensa de tipos móveis por Guttemberg, todo manuscrito ou informativo chegava e era controlado por quem governava, tinha poder de decisão sobre a maioria, até porque o nível de analfabetismo era alto e a grande população europeia não detinha conhecimento para ter acesso aos materiais escritos. “O povo mais simples e humilde só podia dominar os acontecimentos que estavam ao alcance da sua comunidade geográfica, do seu povo, da sua cidade, etc. e que eram transmitidos oralmente” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 119). E o que virava notícia girava em torno também daqueles que dominavam o poder. Estava muito difundida a questão da figura de um personagem para que o acontecimento fosse relevante.

No segundo momento, o acontecimento é o elemento central da mercadoria da informação. Com isso, a relevância não podia se limitar ao que uma figura dominante fazia para o fato virar notícia. A transcendência social passa a ser definida pelo ator anônimo, pertencente às massas: a imprensa outorga status ao anônimo. “O ser humano é o centro do acontecimento, mas não só é o personagem mais importante, como anteriormente, mas a pessoa anônima cujas circunstâncias possam ser utilizadas pela imprensa para construir o acontecimento” (Idem, p. 124).

Essa também é a época do nascimento do rádio, da massificação da informação, que é utilizada para o bem e para o mal. Aqui entra a questão da manipulação das informações e do uso dos meios de comunicação na propaganda e legitimação política, muito comuns no período Entre Guerras, com destaque para governos como o Nazismo e o Fascismo (assim como o Estado Novo).

O contexto utilizado por esse autor diz respeito a um âmbito geral do que acontece na Europa. No Brasil, a imprensa começou a circular em 1808 e a evolução ocorreu num período muito mais curto. Porém, as definições podem ser usadas para a realidade brasileira. Em especial o segundo período é bastante interessante para a análise do que ocorreu com o jornalismo na época da Segunda Guerra Mundial.

#### 4.2 – A mídia perante o acontecimento

Qualquer sociedade possui seus valores e acontecimentos que a população considera como mais importantes, dependendo do momento histórico, dos fatos pontuais e espetaculares, da cultura daquele povo. Porém, os jornais apresentam estratégias em comum para definir quais acontecimentos viram notícia, não só por questões de poder e de influência externa sobre a redação, ou de interesses que o jornal tenha com determinado assunto, mas por ser necessária uma seleção sobre o que será dito. “A visão negativa do mundo criada pelos jornalistas tem as suas raízes nos valores-notícia que os profissionais do campo jornalístico utilizam na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção de ‘estórias’ que contam sobre a realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 61).

RODRIGO ALSINA (2009, p. 133) considera que “a mídia é um sistema que funciona com alguns *inputs* - os acontecimentos - e que gera alguns *outputs* que transmitem - as notícias. Da mesma forma esses *outputs* podem se tornar outros *inputs* para novos *outputs* e assim por diante”.

Mas de que forma, afinal, ocorre essa seleção de *inputs* para que o jornal tenha um limite de informações que caiba em seu espaço de tamanho de página e número de caracteres? Para isso, TRAQUINA aponta três vertentes de valores-notícia: os de seleção (divididos por dois critérios, os substantivos e contextuais), de construção e da organização jornalística.

Na primeira subdivisão dos valores de seleção, o autor mostra alguns tipos de acontecimento que seriam relevantes em uma redação jornalística, de acordo com as características do acontecimento: morte; notoriedade do autor principal (uma atitude do presidente da república pode ser mais interessante do que o de um varredor de rua); proximidade em termos geográficos e culturais do acontecimento; relevância do fato (se aquele acontecimento terá impacto ou não sobre o público que terá acesso à informação – isso também depende da formação e da cultura daquele público); novidade (geralmente tem que haver algo de novo para voltar a falar do assunto); tempo em termos de atualidade; notabilidade (cobertura de acontecimentos e não de problemáticas, do grotesco, do insólito, do excesso ou escassez); inesperado (um exemplo seria o acidente ocorrido em julho de 2007 com o avião da TAM, no Aeroporto de Congonhas, em plena realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro); conflito ou controvérsia (embate entre duas forças); infração (transgressão das regras); escândalo (“mensalão”).

Para a segunda subdivisão, os critérios contextuais “dizem respeito ao contexto de produção das notícias” (TRAQUINA, 2005, P. 88). São eles: disponibilidade, ou facilidade de acesso ao fato para fazer a cobertura; equilíbrio (que se refere a notícias que já foram dadas, acontecimentos já cobertos a pouco tempo ou por tantas vezes); visualidade (não só o fato coberto, mas os recursos da redação que permitem a utilização do visual, como fotografia, filme, ilustrações); concorrência (busca pelo furo de reportagem); e o dia noticioso, que se refere a momentos de alta e baixa produção de acontecimentos (nem sempre a redação tem disponíveis grande número ou até mesmo um número relevante de assuntos para transmitir ao leitor. Isso é comum em dias de feriado, fins de semana).

Na segunda vertente, os valores-notícia de construção seriam “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Idem, p. 91): a simplificação (acontecimentos sem ambiguidade ou complexidade); amplificação (dar a notícia de forma que seja notada, chamar atenção para o fato); relevância (vai da competência do jornalista tornar o acontecimento notável para a população, “demonstrar que tem significado” na vida da sociedade); personalização (fazer a notícia ser notada por conta de personalidades envolvidas); dramatização (vertente utilizada por jornais

sensacionalistas, para causar emoção); e a consonância (novidades inseridas em velhos fatos, ajudam a trazer antigas histórias para a atualidade).

Na terceira e última vertente, os valores-notícia relacionados com a organização jornalística falam de como a política editorial do veículo pode influenciar na produção dentro das redações, seja pela seleção do acontecimento que vira notícia, seja pela abordagem, ângulo de visão que o jornalista mostra, tamanho do texto, tempo de transmissão na TV ou rádio. “A existência de espaços específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, porque tais espaços precisam ser preenchidos” (Idem, p. 93). O autor aponta ainda que os contatos constantes de jornalistas com as mesmas fontes - por exemplo, no cenário político - também podem influenciar na construção da notícia.

BARBOSA (1996, p. 2) define, em seu artigo “Jornalistas: ‘senhores da memória’?” o que seria essencial para que um acontecimento fosse notado pela mídia e pelo público em geral. Com os filtros que retém alguns assuntos e deixam passar outros, a imprensa determina que o acontecimento só vira notícia quando causa uma ruptura na normalidade do cotidiano do público leitor, “algo que produziria no público uma espécie de estranhamento”. Mais do que causar espanto na população, o acontecimento seria resumido a “tudo aquilo que se materializaria via publicização dos meios”.

#### 4.3 – A informação dita e a informação não-dita

Dizer algo através da mídia requer vários critérios de noticiabilidade. São muitas as informações que chegam a uma redação de jornal e tantas outras que não chegam. Mesmo aquelas que são enviadas por agências aos jornalistas, muitas vezes são sequer utilizadas. Essa seleção, com base nos diversos critérios, muitos deles relatados por TRAQUINA, pode começar com o próprio repórter, que tem uma pauta em mãos e diversas informações das fontes que entrevista, sejam várias ou apenas uma. Ocorre uma seleção também nas reuniões de pauta, com princípios intrínsecos nos jornalistas, no ambiente de trabalho, que impedem que o todo seja dito. Até mesmo a própria população não se importa com todas as informações que chegam a ela pelos noticiários, e lê, ouve ou assiste àquelas que lhe são de interesse.

A mídia, tendo interesse ou não na escolha do que será dito, opera um recorte sobre a realidade. Segundo MOUILLAUD (1997), a realidade do mundo possui uma espécie de normalidade independente dos acontecimentos se destacarem aos olhos das pessoas, como um acidente de carro ou um tiroteio. A partir do momento em que o assunto vira notícia, ele

ganha um destaque da realidade, que salta ao olhar da pessoa, que já não é apenas um observador de fatos sociais, mas um leitor. O jornal, dessa forma, determina que aquilo que está em suas páginas é o mais importante para ser dito e para se saber.

O autor compara as folhas de jornal a uma tela de pintura, na qual aquilo que é escrito (pincelado) ganha forma sobre o restante, que se torna apenas um fundo.

Ao mesmo tempo em que a figura tem uma profundidade, um aquém a que se refere, ela é um relevo: promover uma imagem ou uma informação é destacar do real uma superfície, um simulacro (na linguagem estoica da percepção) quem vem à frente em relação a um fundo sem imagem (p. 37).

O destaque que é dado a um acontecimento em detrimento de outro, independente da forma que o jornal utiliza para abordar o assunto (se negativa ou positivamente), gera uma obscuridade no que não é dito. É como se somente o que é transmitido pela mídia fosse importante e o que não é possui importância suficiente para o leitor. Os jornalistas definem assim um limite para o leitor: o que deve ou pode ser dito e o que não deve (que fica à sombra dos outros acontecimentos). A informação transformada em notícia torna-se uma subtração do real, destaca nas páginas dos periódicos.

Até mesmo aquilo que é dito está sujeito a se apagar no montante de informações que os jornalistas transmitem. Um acontecimento, quando narrado, não fica em apenas uma edição. Geralmente, ou na maioria das vezes, ele gera desdobramentos que continuam sendo abordados pela imprensa. Porém, nessas abordagens, as novidades se sobressaem e deixam para trás as informações que geraram o acontecimento. Em uma cobertura de fatos que geram novos acontecimentos, muitas perguntas surgem a partir do que ocorre, dando origem a respostas e cada vez mais dúvidas. Assim, as informações necessitam de um recorte: é dada prioridade para aquilo que é novo, em detrimento da informação que o gerou, que é retomada muitas vezes somente quando um novo acontecimento chama a necessidade de lembrar o leitor daquilo que o gerou. “A verdade não está escondida em algum lugar do real. É o real que cria rizoma. Cada figura é um elemento para outra figura que o apaga” (MOUILLAUD, 1997, p. 41).

Os acontecimentos relatados criam sentido desde o primeiro momento em que são colocados nas páginas dos jornais, como são dispostos, com que recursos gráficos e textuais são feitos. O recorte operado pelos jornais possibilita a criação de uma representação do real, e não exatamente o real que circunda a sociedade. A informação é, para as folhas do periódico, como uma fotografia para um filme: o que está impresso é nada mais do que uma parte do todo, que sabemos que existe, mas não está de fato ali. O que vemos é uma imagem, representada daquilo que realmente aconteceu.

Porém, a informação para chegar até as redações passa por um fluxo de acontecimentos que possui fundamentos históricos. O que está nas páginas dos jornais possui um passado - e com certeza um futuro - que motivou a existência do fato e razões que legitimaram o espaço ocupado por ele naquela página.

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (Idem, p. 51).

#### 4.4 – Poder e manipulação do jornalismo

Impor critérios do que deve e do que não deve ser dito pela imprensa não é uma tarefa feita ingenuamente, apenas por questões de espaço, limite de tempo, seleção da informação, pois nem tudo pode ser transmitido nas folhas de um jornal ou nos minutos de um programa de rádio e TV. Os padrões do que é notícia determinam as formas como a imprensa utiliza a sua parcela de poder de influência sobre o público para manipular a realidade. O simples fato de não informar todos os acontecimentos para a sociedade já é uma maneira de impor outra realidade, a qual as pessoas acreditam porque tem poucas formas de acesso a ela, uma delas, senão a principal, é a própria imprensa.

Um leitor contesta uma informação quando tem conhecimento dela; quando o fato está próximo e ele sabe que a informação que o jornal traz não é completa ou não é totalmente verídica, pode dizer aquilo que realmente é verdade e a parcela dos fatos ocultados pela produção jornalística. Porém, na maioria das vezes, os leitores estão longe, não só geograficamente, mas temporal, cultural e intelectualmente da informação. A notícia sobre uma nova descoberta científica talvez seja um exemplo bem claro. Tecnologia não é um assunto dominado pela maioria massificada à qual a imprensa se dirige. Transmitir a invenção que cientistas americanos conseguiram requer minimizar termos, simplificar outros, ocultar e descontextualizar os demais para facilitar o processo de interpretação por parte da população. Forma-se assim outra realidade, diferente daquela que as fontes de informação para a notícia realmente tiveram.

Para criar essa nova realidade e fazer com que seja verídica perante os olhos da população, a imprensa possui um status privilegiado diante dos leitores, como se o jornalista fosse alguém que detivesse um ideal de integridade, e o veículo mais ainda, para fazer o público crer na informação. Seria a confiança depositada pelo leitor em tudo o que é dito pelos jornais. Com isso, a imprensa também detém o poder de ditar a memória da sociedade,

sobre o que vai falar, os assuntos que vai recordar. BARBOSA (1996, p.1) demonstra que a mídia se vale de um discurso tido como real e legítimo perante o público e que dessa forma “se configura como um dos senhores da memória”.

O poder do discurso sobre o leitor está aliado aos critérios de noticiabilidade. Respeitada pelo público, a mídia pode dizer e não dizer, ocultar, transformar a informação e a notícia continuará como legítima e confiável. Mas esses critérios utilizados para selecionar os acontecimentos transmitidos respondem, além dos limites de tempo e espaço, à subjetividade da empresa e do jornalista. Dizer se um acidente de carro é ou não um acontecimento jornalístico depende apenas da concepção que os jornalistas e o veículo de comunicação possuem para definir os assuntos que serão abordados nas páginas dos jornais. E o público fica sujeito a entender como acontecimento apenas o que os veículos trazem até ele. A realidade se resume ao que uma publicação traz diariamente, algo artificial que partiu do que verdadeiramente aconteceu, mas passou por um processo de manipulação, por filtros que impedem o todo ser dito e que transformam a linguagem para o público.

ABRAMO (2003) classifica os métodos de definição do que é ou não notícia como padrões de manipulação da imprensa. São ao todo cinco que estão presentes em todo o processo de “fabricação” da notícia – observações que podem ser feitas em alguns textos, o que não quer dizer que todo produto jornalístico possua os padrões de manipulação a seguir.

O primeiro deles, o *padrão de ocultação*, refere-se aos critérios apontados por TRAQUINA na definição do que vira notícia. Só será mostrado pela imprensa o que é interpretado pelos jornalistas como fato jornalístico. Muitos acontecimentos passam despercebidos do público por causa da ocultação feita pelos veículos, que cegam o leitor para fatos que dizem não ser jornalísticos ou interessantes.

Fica a cargo do *padrão de fragmentação* a análise isolada dos fatos, sem relações históricas, antecedentes que o expliquem. O acontecimento é jogado nas páginas do jornal sem relação com os demais presentes na edição, sem causas nem efeitos, sem relações históricas (descontextualização). Um processo semelhante ao do padrão de ocultação ocorre com a fragmentação do acontecimento. O jornalista, na reunião de pauta ou mesmo na apuração das informações, seleciona aquelas que serão ditas. Ou seja, mesmo no acontecimento que vira notícia, nem tudo é dito pela imprensa. É o que pode ser chamado de enquadramento. Assim como os fotógrafos, tendo uma paisagem à frente, ou um grupo de pessoas que será registrado no filme, precisa de um limite, determinado pela posição da lente da câmera, o jornalista também define seu foco a partir de um determinado ângulo de visão, de uma vertente de informações. Assim, separa o campo do qual vai tratar daquilo que o

envolve, deixando a informação sem contexto, sem período de tempo determinado, como se o acontecimento desprendido de seu espaço pelo profissional perdesse o sentido do total informativo.

A moldura, isolando um fragmento da experiência, separa-o de seu contexto e permite sua conservação e seu transporte. Enquanto que a ação, no campo, perde sua identidade e metamorfoseia-se em efeitos que a tornam irreconhecível, a informação conserva sua identidade ao longo de seus deslocamentos; eis aí uma propriedade fundamental do enquadramento. (...) As informações são cenas de uma experiência nativa inseridas em experiências estrangeiras (MOUILLAUD, 1997, p. 61-62).

No *padrão da inversão*, que ocorre tanto na apuração quanto da manipulação – no sentido de fazer – da notícia, o jornalista dá importância a fontes, a ângulos de abordagem, a maneiras de se construir o texto, a vertente opinativa em detrimento do fato. É um padrão que “opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade” (ABRAMO, 2003, p. 28).

O tratamento das fontes pela imprensa pode resultar no padrão de inversão. O jornal pode dar legitimidade às palavras das fontes, de uma delas ou parcela delas e deixar outras com pouco espaço ou simplesmente não citá-las. Todos os jornais tratam suas fontes, em geral, de forma semelhante: com certo distanciamento para preservar a identidade do veículo. Mas a partir do momento que o jornal assume determinada postura perante um fato, pode dar mais importância a certas fontes e destaque a elas nas páginas da edição.

O jornal comporta e reproduz vozes, enunciações. Ao mesmo tempo pode torná-las opacas dependendo da forma como o enunciado é reproduzido. Dessa maneira, o jornal se torna senhor do status que a fonte lhe atribui, do poder de asserção sobre o real. “O jornal pode produzir não somente formas, mas efeitos de sentido que lhe são característicos. Aqui o jornal (...) produz uma mediação entre si e o discurso citado, para o qual não é mais possível (...) ter acesso direto” (MOUILLAUD, 1997, p.130).

Em quarto lugar, o *padrão de indução* tem por finalidade a construção de outra realidade pela imprensa, realidade esta consumida pelo público como única existente e que o afasta do real acontecimento, dos reais fatos. A indução é manifestada além dos limites puramente textuais, pois inclui elementos como o “subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos comentários, dos sons e das imagens, presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens” (ABRAMO, 2003, p. 34).

O *padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio*, como o próprio nome sugere, refere-se ao conteúdo informativo dos veículos de massa. Os noticiários



televisivos e radiofônicos mostram a realidade com mais emoção, com o conhecido e tão falado sensacionalismo, através dos recursos de imagem e som, com participação da sociedade, geralmente a mais afetada pelo fato exposto, mostrando suas dores e preocupações, e no fim com a palavra de um líder de opinião que apazigua os ânimos. O jornalismo - aqui tanto no audiovisual quanto na imprensa escrita - trabalha a notícia de forma que causa emoção e vincule-se ao cotidiano do público.

A imposição sobre o que a população vai comentar, quais fatos são mais relevantes para o público saber demonstra o poder que o veículo de comunicação possui perante a sociedade. Mesmo os jornalistas sendo, frente ao total da população, uma minoria, exercem forte influência sobre a maioria, pois representa uma força capaz de abafar manifestações populares e acontecimentos gerados pela maioria com o simples ato de não falar. Publicar uma notícia significa para o jornal, ou para quem o controla, espalhar crítica, opinião, posição, do próprio veículo e do público por quem ele fala. Ao mesmo tempo em que o jornal é porta-voz da opinião pública que o consome é também legitimador da forma de manter o poder dentro da sociedade, valorizando a posição dos grupos que estão no controle.

Nos segmentos do processo de produção de notícia (pauta, apuração, texto e edição), nem sempre para tudo o que se transforma em notícia, a negação do conflito é algo corriqueiro, que faz parte da rotina da redação e do jornalista. As quatro primeiras etapas de manipulação (os padrões – ocultação, fragmentação, inversão e indução) juntas transformam a face do acontecimento para causar nada mais do que a passividade perante o leitor. Todas as formas de manifestação e levante das maiorias sufocadas são excluídas das páginas dos jornais quando uma informação é transmitida sem contextualização, antecedentes, sem ligação com outras situações ou, como um retrato, retirada da realidade e transportada para outra, criada pela redação do jornal. Uma situação que não abre brechas aos que pretendem o questionamento das instituições.

MARCONDES FILHO (1989) chama de formas de criar acomodação no público e impossibilitar o leitor de agir, contestar e criticar.

O incentivo à acomodação manifesta-se pelo caráter de paralisação que ela incentiva nas pessoas e pela não permissão de manifestação de grupos sociais não conformistas. Essa orientação reproduz a forma autoritária de trabalhar o material noticioso. De forma genérica, a participação dos receptores não é procurada. O público que se satisfaça com o que lhe é oferecido: a verticalidade dos meios de comunicação corresponde plenamente à verticalidade do sistema político (p. 16).

Esse é um caráter político da imprensa, que atua como partidária das lideranças. Apesar da característica da informação buscada pelos veículos ser muitas vezes o extraordinário, pelo diferente, “grotesco”, todo o processo é feito com intenção e nem tudo o

que causa estranheza vira notícia nas páginas dos jornais. “Torna-se notícia aquilo que é anormal, mas cuja anormalidade interessa aos jornais como porta-vozes de correntes políticas. (...) O extraordinário, a imprensa ‘séria’, só vira notícia quando pode ser utilizado como arma no combate ideológico” (Idem, p. 13).

As informações são transmitidas para o público como forma de, primeiro, causar estranheza, depois espanto e preocupação e por último vêm com uma solução para os problemas sem que causem qualquer tipo de reação adversa ao controle da opinião pelos líderes que a imprensa toma partido. Esse processo não ocorre na notícia isoladamente – pode ocorrer, como no caso do padrão global de manipulação, com a palavra de líderes que diminuem as tensões – mas a edição do jornal é organizada de forma a causar momentos de alívio após o leitor ter acesso às informações inquietantes. Ao lado de um atentado, de um tiroteio, estão colunas sociais ou notícias esportivas que, após a leitura do “mundo cão”, tranquilizam o público.

## 5. A construção da história

Começar esse capítulo com este título “construção da história” pode, a princípio, parecer estranho, pois se entende, em especial nos estudos dessa ciência nas salas de aula do ensino médio, que a história não é uma construção, ela é o passado, está resumida a ele; ou, se é construção, ela é feita por nós – no caso da história do presente. Esse último argumento é válido – no decorrer do capítulo isso ficará claro – mas dizer que a história é sinônimo de passado, ou que um se resume ao outro, é um erro.

A história nada mais é do que o discurso feito por um historiador a respeito do passado. Esse, por sua vez, é o objeto de estudo daquele, que o analisa de pontos de vista diversos e pode, dessa forma, criar vários tipos de discursos (histórias diferentes) a respeito do passado – o que depende de alguns fatores, que serão apresentados mais adiante. O passado é apenas um, e os discursos feitos dele são muitos, tanto em relação ao número de métodos utilizados quanto ao próprio historiador, que pode, em diferentes momentos, lugares, situações, vestígios, fontes utilizadas, formar “histórias” diferentes.

Dessa forma, passado e história são termos e situações diferentes. O passado já aconteceu e a história é um discurso, está distante de seu objeto de análise. Para diferenciar os termos e acabar com qualquer dificuldade epistemológica, JENKINS (2009, p. 24) propõe uma mudança de denominações: “o preferível seria sempre marcar essa diferença usando o termo ‘o passado’ para tudo o que se passou antes em todos os lugares e a palavra ‘historiografia’ para a história; aqui, a ‘historiografia’ se refere aos escritos dos historiadores”.

Dois historiadores podem formar discursos historiográficos diferentes, pois podem ter acesso a fontes diferentes e também sofrerem influências externas que resultam em discursos com características peculiares. A sociedade da qual um profissional faz parte, os anseios, interesses dela, a própria pressão do trabalho e interesse acadêmico na pesquisa podem influenciar na formação de discursos diferentes. Além disso, pesquisadores de outras áreas, como a sociologia, geografia, diferem dos historiadores pelos métodos utilizados, os discursos que são a base de seus trabalhos. É o cruzamento de discursos que possibilita essa diversidade, o que pode ser chamado de interdiscurso, o cruzamento de vários discursos. “A enunciação é, então, um acontecimento de linguagem, perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (GUIMARAES, 2003, p. 28).

Para mostrar como os historiadores constroem suas histórias, vamos primeiramente mostrar quais as limitações teóricas as quais cada profissional dessa área está sujeito ao entrar

em contato com o passado, segundo JENKINS. Depois, serão apresentados os três fundamentos para fazer a história, de acordo com CERTEAU (1975): o lugar social do qual o historiador fala, as práticas utilizadas pelos historiadores, e a escrita (resultado) do trabalho historiográfico.

### 5.1 Dificuldades na construção do discurso

Ao iniciar seus estudos sobre uma fração do passado, o historiador, a princípio, buscaria tomar um caminho que possibilite o encontro com a verdade sobre aquele passado. Porém, encontrar com a verdade sobre seu objeto de estudo é um processo impossível, principalmente pelo fato de que o passado está distante do historiador. O que sobra para o trabalho são apenas vestígios que induzem, em várias direções, dependendo das interpretações do sujeito, a formulação de diferentes discursos. Fontes diferentes revelam “verdades” distintas.

A busca pela verdade pode ser comparada a uma dificuldade que JENKINS cita como epistemológica. A epistemologia significa as formas de adquirir conhecimento a respeito de um determinado fato, tema, estudo. Refere-se às formas como se sabe sobre algo. Ao relacionar a epistemologia com a história, é possível perceber o quanto é difícil neste campo adquirir conhecimento sobre o objeto de estudo histórico. Afinal, este objeto trata-se do passado, algo distante, que não está presente, assim como a população de índios e suas relações de parentescos, que poderia ser o estudo de um sociólogo. O passado já aconteceu e o que resta dele são resquícios.

O que deve ficar claro é que não se tem como provar que, a partir das fontes **a** e **b** se chega a um discurso **c** que seria verdadeiro. Pois os vestígios foram deixados por uma parcela de pessoas, que viveu uma parcela do passado em estudo. Estes mesmos rastros possuem muitos interesses, tanto pessoais quanto ideológicos, que induzem à chegada a uma determinada “verdade”, que seria favorável àquele grupo que deixou determinados vestígios. Dessa forma, seria uma história tendenciosa, que de fato ocorre em todos os trabalhos produzidos por historiadores. Isso não significa que o trabalho do historiador seja perdido ou falso por não falar de todo o real que aconteceu. Ele apenas fala de uma parcela do passado, sob uma ou algumas visões do que aconteceu. Seria uma pequena parcela da verdade.

Essa é o principal elemento da dificuldade epistemológica: são muitos historiadores dispostos a desvendar as “verdades” muitas vezes de um mesmo passado, o que deságua num mar de grandes possibilidades de discursos historiográficos. “Porque, se fosse possível *saber*

de uma vez por todas, hoje e sempre, então não haveria mais necessidade de escrever história, pois qual seria o propósito de um sem-número de historiadores ficarem repetindo a mesmíssima coisa da mesmíssima maneira o tempo todo?” (JENKINS, 2009, p. 31).

A característica, nesse momento principal, do discurso historiográfico está relacionada às intenções de poder que ficam implícitas aos vestígios utilizados no trabalho do historiador. Um grupo deixa documentos, escrituras, rastros que convergem para uma visão de mundo de uma situação, ao passo que outros farão o mesmo processo, porém direcionando para outras visões. A história dos índios na colonização do Brasil por portugueses, na ótica dos padres jesuítas, que tinham o objetivo de catequizá-los é diferente do discurso sobre o mesmo passado vindo dos colonizadores, que buscavam o índio como mão de obra. As razões são diferentes para um mesmo acontecimento.

Prevalece, em muitos dos casos, o discurso proferido pelas classes dominantes que estão disponíveis para o historiador formar a história. Como resume JENKINS,

a “verdade” e as expressões singulares são expedientes para iniciar, regular e findar interpretações. A verdade age como um censor: estabelecendo limites. Sabemos que tais verdades não passam de ‘ficções úteis’ que estão no discurso graças ao poder (alguém precisa pô-las e mantê-las ali) e que o poder usa o termo “verdade” para exercer controle; daí o regime da verdade. A verdade evita a desordem, e é esse medo da desordem (dos desordeiros), ou, para nos expressarmos de maneira positiva, é esse medo da liberdade (o medo de dar a liberdade a quem não tem), o que vincula funcionalidade a verdade aos interesses materiais. (pág. 59).

Construir a história a partir de determinadas fontes, direcionar o discurso para uma parcela do passado conduz a visão de uma parte do todo que aconteceu. É um discurso crível, visto que o historiador se baseia em certas fontes que tem acesso, mas não corresponde a toda a realidade do que aconteceu, apenas a uma parte. De fato os historiadores trabalham de forma parcial por não poderem abraçar todos os acontecimentos que passaram no período que estudam – o montante de informações muitas vezes deve ser limitado pelo tempo de pesquisa, número de páginas do livro ou publicação, além da impossibilidade de se ter acesso a tudo o que aconteceu.

A história empiricista serve de exemplo de busca pela imparcialidade da escrita historiográfica. Nela, o historiador objetiva recriar o passado de forma objetiva, deixando as fontes falarem por si. O historiador nada mais faria do que reproduzi-las fielmente. Entretanto, esta é uma visão que por si só é restritiva. Deixar as fontes falarem sem a mediação do historiador não diminui o fato de que nem todos os vestígios que sobram daquele passado serão utilizados no procedimento historiográfico. Mesmo aqueles que têm acesso às

mesmas fontes, o que em boa parte das vezes acontece, produzem discursos diferentes. É o que JENKINS chama de dar voz às fontes.

No trabalho, o profissional interpreta as fontes do passado no presente. O que aconteceu no ano de 1940 ganha sentido, por exemplo, 30 anos depois, em 1970, e terá um novo sentido se o mesmo passado for interpretado por outros historiadores em 2010. O processo de significação é feito no presente, não importa qual fonte seja objeto de estudo. Não há forma de o profissional da área despir-se de seus pressupostos ideológicos, pessoais, acadêmicos, ou seja, de tudo o que o acompanha no presente para que ele possa pensar como as pessoas de 1940 pensavam e assim formar seu discurso da história. “Isso porque os historiadores transportam para todos os acontecimentos passados o seu próprio modo de pensar, que é programado no presente.” (Idem, p. 69).

O historiador está impossibilitado de saber como aquela sociedade naquele período pensava realmente. Está preso apenas às interpretações de outros profissionais acerca disso. Aqui entra a questão do acesso às fontes que o profissional utiliza para o processo historiográfico. Há dois tipos de fontes às quais o historiador tem acesso: as primárias e as secundárias. Fontes primárias (documentos do passado) dariam origem às secundárias (interpretações, textos de outros historiadores utilizados pelos atuais nos trabalhos historiográficos).

Em um primeiro momento, pode parecer tentador ao historiador que as fontes primárias sejam mais relevantes, tendo em vista que representam “provas” mais concretas e próximas aos relatos sobre o passado que está em estudo. Esses vestígios seriam comprovações latentes de que o passado aconteceu daquela forma e o historiador não teria outra opção senão a de curvar-se aos fatos que esses documentos trazem. Isso limitaria o trabalho de interpretação do historiador, que ficaria refém das “provas”.

Mas, apesar de as “provas” serem tão tentadoras, elas não limitam o estudo e a compreensão do passado pelo historiador. Os documentos não são exatamente provas do passado e sim vestígios. Seriam provas sim, mas elas só mostram uma parcela do passado e não a totalidade do que aconteceu – o que é impossível, como se sabe. O vestígio não prova nada se não for objeto de pesquisa do historiador. Esse profissional tem pressupostos, base teórica, vários estudos que se direcionam para um determinado objetivo em relação ao passado. O vestígio se torna prova quando é capaz de sustentar um argumento do historiador.

Para esclarecer, JENKINS cita alguns pontos importantes do procedimento historiográfico:

A saída (...) é, portanto, ser coerente e não utilizar o termo “prova” de maneira ambígua. Com isso quero dizer que devemos simplesmente recordar os principais aspectos: (a) o passado aconteceu; (b) ficaram vestígios dele; (c) esses vestígios estão lá, sem importar se o historiador vai a eles ou não; (d) prova é o termo utilizado quando alguns vestígios são usados para corroborar algum argumento (interpretação) e não antes. Portanto, se a prova (à diferença dos vestígios) é sempre o produto do discurso do historiador, isso acontece simplesmente porque, antes de formular-se aquele discurso, a prova (história) não existe. Só existem os vestígios (ou seja só existe o passado).

(...) a prova do passado de per si não consegue, pela lógica, atuar como um freio ao arbítrio do historiador, pois o passado, constituído pelo discurso e como efeito do discurso, não pode funcionar como causa do discurso, nem como freio pré-discursivo de si mesmo. (2009, p. 82).

## 5.2 Construindo a história

Até aqui foram mostrados diversos tipos de limitações que, basicamente, impedem o historiador de concluir a busca pela verdade (que de fato nunca será alcançada). Dessa forma, fica a pergunta: como o profissional constrói seu trabalho e meio a tantas limitações? Pois é a partir delas que fica mais fácil entender como nasce a história, ou seja, quais são, na prática, os métodos e influências no trabalho do historiador. Michel de CERTEAU postula três pilares que sustentam a história: formar o discurso historiográfico é construir um trabalho a partir de um *lugar social*, de *procedimentos de análise* (uma metodologia escolhida), para assim *construir um texto*.

Em primeiro lugar, o historiador vai falar do passado produzido por uma determinada sociedade, que possuía princípios políticos ideológicos, culturais e morais que a norteavam. O operário do discurso historiográfico também parte de um lugar social, que possui também todos esses princípios. Essa é uma afirmação que faz referência ao que também impede a busca pela verdade. A história seria um plano de fundo com uma totalidade já dada, da qual partem várias interpretações dos fatos históricos resultantes da subjetividade dos autores da história.

Mas o que está em discussão, além da subjetividade das escolhas e interpretações, são as instituições sociais que norteiam a formação desse discurso. Não há como o historiador dissociar seu trabalho do meio social do qual ele produz história. Toda instituição social, com seus pressupostos políticos e ideológicos, suas leis, direcionam o trabalho do historiador, sem que ele mesmo perceba. Isso está implícito na mente do profissional, faz parte não só de seu trabalho, mas de seu cotidiano. Da mesma forma, o historiador articula suas ideias com outros profissionais que trabalham junto com ele, na mesma universidade e com outros trabalhos que estão à disposição na análise do passado. “É, pois, impossível analisar o discurso histórico

independente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas”. (CERTEAU, 1975, p. 71).

O texto que resulta do trabalho do pesquisador passa, dessa forma, por várias proibições e também por possibilidades do meio em que ele está e que se articulam com as características diferenciadas do objeto de análise. O historiador está numa sociedade que é diferente daquela da qual ele fala, diferente do passado com o qual entra em contato.

Reconhecendo que todo discurso parte de um lugar, o historiador começa a sua prática historiográfica, que depende dos métodos utilizados para chegar às conclusões retiradas de sua análise do passado. CERTEAU segue uma linha semelhante a JENKINS ao dizer que a prática começa com a interpretação que o historiador faz. Mas vai além quando admite que a história depende das técnicas que o historiador utiliza para o trabalho e que cada época depende de técnicas específicas que aquela sociedade ou comunidade de estudos possui ou produz para construir o discurso.

Mais do que técnicas que possibilitam a pesquisa historiográfica, o profissional da história coloca seu estudo entre a natureza e a sociedade, pois não é apenas em documentos, resquícios que se encontram elementos de pesquisa, mas na própria relação que a sociedade possui com o meio em que está. Leva-se em conta a intervenção possível do social na natureza. E o próprio historiador faz do natural objeto de estudo para analisar as transformações que ocorreram com o passado em estudo.

O historiador analisa o ambiente como campo de trabalho, modificando-o para interpretá-lo e deixá-lo compreensível para quem terá acesso ao material. Tudo o que está a sua frente se transforma em objeto de pesquisa. Para isso, entretanto, ele deve reunir um número significativo de objetos de estudo, capazes de responder às suas perguntas. A principal fonte sai da reunião de arquivos que estão à disposição, por exemplo, em bibliotecas. Ela abre horizontes e possibilidades para a construção da história. A combinação dos arquivos com as técnicas utilizadas na redistribuição do espaço, ou seja, em deixar o ambiente do passado compreensível são as bases para o início do trabalho.

(...) cada prática histórica não estabelece seu lugar senão graças ao *aparelho* que é ao mesmo tempo a condição, o meio e o resultado de um deslocamento. Semelhante às fábricas do paleolítico, os Arquivos nacionais ou municipais constituem um segmento do “aparelho” que, ontem, determinava as operações adequadas a um sistema de pesquisa. Mas não se pode tentar mudar a utilização dos Arquivos sem que sua forma mude. A mesma instituição técnica impede que sejam fornecidas respostas novas a questões diferentes. Na verdade, a situação é inversa: outros “aparelhos” permitem, agora, à pesquisa, questões e respostas novas. (...).



A transformação do “arquivístico” é o ponto de partida e a condição de uma história nova. (CERTEAU, 1975, p. 83).

O que o autor quer dizer quando se refere às transformações nos aparelhos são as evoluções que ocorrem nos métodos de pesquisa e nos novos documentos do arquivo que passam a estar disponíveis aos historiadores. O aparelho citado não é apenas a forma de análise ou de descobrir novas fontes do passado, mas é o próprio arquivo. Aparelho é aqui um sentido amplo que envolve tanto as técnicas de análise para o estudo quanto as fontes à disposição do historiador. Novas fontes redirecionam a pesquisa, assim como o surgimento de novas técnicas, junto com a questão da influência do ambiente em que a pesquisa é realizada. Os resultados, dessa forma, podem mudar tanto as perguntas quanto as respostas do historiador.

A descoberta de novas “verdades” depende também do trabalho do historiador. O papel que ele desempenha é o de trabalhar nas margens do que já existe, recombinao o que já existe e acrescentando o que for novo à pesquisa e assim descobrir novos horizontes que possibilitem outras interpretações sobre o passado. Aquilo que causa diferença aos documentos até aqui produzidos sobre um determinado momento do passado; os desvios conseguidos por meio das recombinações de arquivos; dar voz a outras fontes, diferentes daquelas que são tidas oficiais ou, numa linguagem popular, carimbadas; seria isso o mais importante na pesquisa de um historiador. De nada valeria uma escrita historiográfica que simplesmente reproduzisse tudo o que já foi feito sobre um dado momento em análise. O historiador, desse modo não parte dos resquícios históricos para chegar a um discurso, mas constrói seu estudo a partir do que já existe sobre o passado para aí sim dar voz aos vestígios.

Coletados os dados necessários, feita a pesquisa e concluídos todos os estudos acerca do passado em análise, o historiador parte para a última etapa de sua prática historiográfica: a escrita. Sobre isso, CERTEAU cita algumas imposições que o texto historiográfico impõe ao historiador no momento de sua escrita. A primeira delas é a inversão da ordem, relacionada a ter como início do discurso (introdução, primeiro capítulo) aquilo que na verdade é o ponto de chegada do estudo: o passado, narrado em ordem cronológica, é a ordem invertida do que o historiador opera em sua análise.

A segunda imposição está relacionada com o de fechamento do trabalho. Para iniciar a escrita, o profissional deve efetuar uma pausa definitiva nas pesquisas, pois o estudo é interminável e o historiador está sujeito a pressões em relação ao tempo de entrega de suas análises, e o limite de páginas de um livro.

Já a terceira imposição diz respeito ao próprio resultado da pesquisa. Tudo o que foi descoberto e concluído está silenciado e só ganha voz com o historiador. Ele é quem cria sentido para o seu objeto de estudo. Ou seja, o texto da história só nasce a partir do momento em que o historiador dá sentido ao que foi estudado.

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magistral. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. Representando nas duas cenas, ao mesmo tempo contratual e legendária, escrita performática e escrita em espelho, ela tem o estatuto ambivalente de “fazer a história”, como mostrou Jean-Pierre Faye e, não obstante, de “contar histórias” que dizer, de impor as violências de um poder e de fornecer escapatórias. Ela “instrui” divertindo, costumava dizer-se. (Idem, p. 95).

Ao escrever o discurso historiográfico o historiador passa para uma junção de sua pesquisa com métodos de narrativa, como de alguém que contasse uma estória, com início, meio e fim. Sua pesquisa, apesar de ser um pedaço do passado e não ser finita, está presa à necessidade de ter um início, uma referência, um zero do qual parte para correr por um período, que podem ser dez anos ou um século, até o fim desse trajeto, quando esse período termina e sua narrativa também se finda. Dessa forma, o discurso historiográfico possui dois tipos de tempo: o discursivo (aquele com o começo-meio-fim) e o tempo das coisas, como elas aconteceram.

O que ocorre é a transformação de um relato histórico que funciona como discurso “organizado pelo lugar dos interlocutores dos ‘interlocutores’ e fundamentado no lugar que se dá o ‘autor’ com relação aos seus leitores. O recurso à cronologia reconhece que é o lugar da produção que autoriza o texto, antes de qualquer outro signo”. (Idem, p. 97). Nesse sentido, o discurso historiográfico possui uma relação com a forma como a narrativa é construída em sua expansão (contar os fatos em ordem cronológica). A partir de um conceito de verdade ou, para ser mais exato com a historiográfica, dos resultados de análise do passado, o historiador pratica a manipulação de um texto narrativo, criando sentidos com sua forma de fazer o texto, de organizar as informações, de colocar contradições e semelhanças em um mesmo quadro: o discurso da história.

## 6. Metodologia

Este trabalho visou fazer uma análise dos motivos que levaram os historiadores a não utilizarem os arquivos jornalísticos como fontes de seus trabalhos a respeito da Segunda Guerra Mundial. Para isso, será feito um confronto de discursos entre a cobertura jornalística feita por quatro jornais brasileiros durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o conteúdo abordado por dois livros que tratem especificamente da participação brasileira no combate aos nazistas na Itália, produzidos em épocas diferentes. Para tanto, faz-se necessária uma análise de discurso nos dois casos: nas notícias selecionadas dos quatro jornais da época e nos temas abordados pelos livros de história sobre a participação brasileira no conflito.

Ao longo deste capítulo ficará mais clara a necessidade de se utilizar dos artifícios da análise de discurso para concluir os propósitos da monografia. Porém, a princípio é importante dizer que o discurso jornalístico – outros também, como o político, mas em especial este que está em estudo – não depende apenas das palavras ditas no texto para se interpretar as intenções. O discurso jornalístico faz parte de uma construção, que depende de vários fatores externos à linguística. Fatores sociais, políticos, subjetivos e mesmo os jornalísticos estão intrínsecos na construção da narrativa jornalística.

Com isso, o estudo dos discursos não pode se restringir apenas às palavras, às estruturas da língua. É necessária a análise de contextos extralinguísticos, mas sem abandonar os recursos que a linguagem, que as palavras dão ao agente do texto - em âmbitos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos - para que ele construa seu discurso. Em um trecho da obra *Discurso, Estilo e Subjetividade*, POSSENTI (2001), explica bem esse contexto:

A única solução possível, pelo menos atualmente, é tentar verificar qual é, em cada caso, a contribuição das regras linguísticas e qual a contribuição dos outros fatores. O que implica a assunção prévia de que há regras linguísticas em algum sentido e de que há fatores não tipicamente linguísticos atuando no discurso, que se trate da conjunção de regras linguísticas com regras descobertas em outros domínios, quer se trate de indicadores, mais do que regras, que apenas apontam para certas direções interpretativas, de forma que nem mesmo a conjunção de regras de dois campos permita conclusões seguras quanto à interpretação. (p. 17).

### 6.1 – Princípios para uma análise de discurso

Os estudos em torno da análise de discurso têm como unidade fundamental a determinação de que todo texto é dotado de articulações discursivas que produzem efeitos. Esses efeitos podem ser da ordem de que produz o discurso e de quem o lê. Para tanto,

ORLANDI (2008) define três pressupostos para uma análise de discurso: a primeira diz que “não há sentido sem interpretação”; a segunda determina que “a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa”; e na terceira “a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos” (p. 19).

Desses pressupostos podemos explicar algumas questões importantes sobre cada um deles. A primeira delas na verdade é uma reflexão a respeito da interpretação. Ocorre que o processo de interpretar um discurso pode ser definido como um ato tanto subjetivo como coordenado por influências diversas, dentre elas questões sociais, políticas, culturais e históricas que regem a sociedade em que o leitor está.

Ao interpretar um discurso, tanto o analista quanto o simples leitor terão visões diferentes do que é dito no texto, em decorrência de diferentes tipos de influências as quais cada um está sujeito. Este, ao ter acesso ao conteúdo discursivo, se identifica com ele e o sentido nasce. Ou seja, o sujeito cria o processo de significação do texto a partir da identificação com determinados pontos apresentados no discurso.

Com isso entra em campo a questão da descoberta da verdade em relação não só aos discursos, mas aos fatos que nos são colocados. É um tema amplo, que em certo ponto pode fugir na análise de discurso, mas é importante para este trabalho. PÊCHEUX (2008) fala sobre as ciências régias, que por anos determinaram a verdade absoluta sobre os acontecimentos, reduzindo o âmbito da reflexão apenas a decisões como “verdadeiro ou falso”, “isso ou aquilo”, que definem a verdade como “real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas”, do qual “nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente”. (p. 20). Essa questão não seria apenas uma determinação das ciências régias, mas do próprio ser humano que “tem por si mesmo a imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (p. 33).

O que Pêcheux quer mostrar é que através dessas ciências régias, que determinam verdades indubitáveis rejeitam qualquer outra possibilidade de pensamento que não sejam as verdades determinadas em seus limites, de acordo com seus pressupostos. Isso impede qualquer outro tipo de análise, como se não existissem outras explicações para os acontecimentos. O que de fato existem são outras possibilidades de análise dos fatos, de ensinamentos que furam o bloqueio da univocidade e mostram saberes até então não-vistos.

Este seria como um princípio zero da análise de discurso: não fechar os discursos às verdades indubitáveis, aos pensamentos de uma ciência régia, tampouco às interpretações. Elas sim podem servir como apoio à análise de discurso, mas não somente.

A segunda questão que interessa à análise de discurso diz respeito ao papel do analista perante seu objeto de estudo. O analista não trabalha simplesmente os efeitos do discurso, mas como esses efeitos funcionam, de que maneira o discurso é construído para causar tais e tais efeitos. A interpretação cria o sentido a partir do sujeito e faz parte desse processo. Porém, na análise não basta apenas a decodificação do texto, mas verificar o processo de construção do discurso a partir de um dispositivo teórico que trate da materialidade da língua, em um processo de construção do que é dito. Em outras palavras, o analista deve fazer uma

aproximação, teórica e de procedimentos, entre as práticas da “análise da linguagem ordinária” (na perspectiva antipositivista que se pode tirar da obra de Wittgenstein) e as práticas de leitura de arranjos-textuais (oriundas de abordagens estruturais). (PÉCHEUX, 2008, p. 49).

Isso, entretanto, não quer dizer que o analista deve fugir das interpretações, até porque elas são processos naturais de qualquer leitor. Porém, mais do que interpretar, o trabalho do analista é identificar na interpretação do sujeito os efeitos políticos, ideológicos na construção do discurso.

Retornando ao conceito de materialidade da linguagem, da opacidade do texto, este quer dizer que o discurso não pode ser fechado. Para o leitor, um texto é dotado de palavras, sílabas, frases, sons dos quais tira uma interpretação. O analista deve olhar o texto como um discurso em que o conteúdo é utilizado com fundamentos determinados pelas influências simbólicas, políticas, ideológicas e da inscrição da língua na histórica. O texto não é só um agrupamento de palavras, expressões que possuem sentidos meramente gramaticais, mas também é uma construção de influências externas.

Entretanto, não se deve incorrer no erro de pensar que o analista busca, dessa forma, procurar a verdade que o discurso traz, o que seria cair na ilusão da interpretação que o leitor possui ao “compreender” um texto, de puramente se identificar com este ou aquele ponto de significação a partir dos pressupostos sociais e políticos que o formaram. Portanto

a possibilidade de contemplar (seguir) o movimento da interpretação, a possibilidade de compreendê-la que caracteriza a posição do analista. Em uma posição que está no entremeio, entre descrição e interpretação, ele pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. Assim, ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível a tornar-se outro. (ORLANDI, 2008, p. 26)

Estes seriam os objetivos de um analista e de como não cair no erro da interpretação. Mas, ao ter acesso ao discurso, alguns elementos devem ser levados em conta, que ocorrem no processo de formulação desse discurso, além das influências epistemológicas externas. Foucault (2009) apresenta algumas formas de controle do que será dito no discurso, que são

os processos de exclusão. O autor lista vários exemplos, mas dois deles são mais relevantes para essa análise: a interdição e o comentário.

No primeiro caso, a interdição diz respeito ao fato de que nem tudo pode ser dito, nem mesmo aquilo que é dito pode ser em todas as circunstâncias. O fato de X ser dito no texto e Y e Z não serem determinam a utilização de desejo e poder sobre o discurso.

Em se tratando do comentário, todo texto pode ser definido como conjunção de vários outros. Nenhum discurso se cria sozinho, mas todos sofrem a influência de outros que já existiam. E aquele que é então formado servirá de base para que outros discursos apareçam posteriormente, sendo que o novo está no acontecimento do momento de formação discursiva e o repetitivo está na citação. “O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (FOUCAULT, 2009, p. 25).

O que o autor pretende mostrar, principalmente na questão do comentário, é que com essas formas de construção do discurso, que excluem, rejeitam opiniões, selecionam informações, há sempre a possibilidade de ler no que é dito aquilo que não é dito ou o que é dito de outra forma. Sendo mais explícito: a utilizar, por exemplo, de uma citação, reproduzimos fielmente parte de um discurso que já existe. Porém, muitas informações são ditas em forma de metáfora, ou seja, com outras palavras, para dizer exatamente aquilo que foi dito em outro momento. E muitas das informações não ditas podem ser transmitidas em outros discursos, que por sua vez podem excluir determinadas informações de outros.

A metáfora é uma das oportunidades que o analista tem para trabalhar no estudo do discurso. Este é um dispositivo aberto a diversas interpretações, que cria sentidos a partir da significação de quem lê, formado pelo cruzamento de outros discursos. Assim, está sujeito ao equívoco, no qual o analista de discurso vai trabalhar, pois é ele que gera diferentes significações. Conforme ORLANDI (2008, p. 35), “a ideia de funcionamento faz ver dinamicamente a língua como condição material de base (sujeita à falha) dos procedimentos discursivos, produzindo (-se no) equívoco”.

Sintetizando os princípios para a análise de discurso, é cabível citar um trecho de FOUCAULT (2009, p. 60 e 61):

Seguindo esses princípios e referindo-me a esse horizonte, as análises que me proponho fazer se dispõem segundo dois conjuntos. De uma parte, o conjunto “crítico”, que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas de exclusão, de limitação, de apropriação de que falava a pouco; mostrar como se formaram e se deslocaram, que força exercem efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto “genealógico” que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses

sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação.

## 6.2 – Discurso fundador

Para a análise que este trabalho pretende fazer, vale a pena explorar um termo interessante que ORLANDI (2003) denomina como discurso fundador, aquele que seria o gerador, no processo histórico de determinação da identidade nacional.

Construir um discurso é um ato que se faz com uma base histórica, através de influências políticas, sociais e com relações de desejo e poder. Sobre o que já existe se forma o novo, a partir de um novo momento, circundado de acontecimentos diferentes. A construção de um discurso faz parte do processo de interação do sujeito com o mundo que o circunda, é um trabalho de lapidação e, ao mesmo tempo, acúmulo de experiências.

Não é difícil saber que não é somente um discurso que nasce com base em várias fundamentações. Esses discursos possuem variações de acordo com o momento de produção e as intenções por trás disso. Porém, todo discurso é formado a partir de várias *formações ideológicas (FI)*, pré-existentes a eles. A partir de uma FI, várias formações discursivas surgem, cada uma com sua peculiaridade imposta pelo tempo, sociedade, interesses, autores envolvidos, mas que tem uma base em comum.

As formações discursivas são geradas por diferentes tipos de sujeitos, que possuem determinados lugares na sociedade e que falam com certa intenção para outros, que a partir de seus lugares já possuem, de certa forma, a vontade de receber determinado tipo de discurso, já que estão inseridos em condições sociais semelhantes. As sociedades possuem o que pode ser chamado de contrato social discursivo.

No decorrer da história de uma nação, alguns acontecimentos ficam marcados como legitimadores da identidade do povo, aqueles determinados como os formadores da consciência popular de que, digamos, “faz parte da essência de ser brasileiro”. O Brasil possui muitos exemplos nos 510 anos de história. Um deles, o que pode ser considerado o primeiro, é a Carta de Pero Vaz de Caminha sobre as primeiras impressões a respeito da nova terra descoberta, com a conhecida frase “Nesta terra, em se plantando tudo dá”. Outras ao longo da história do país, como “Independência ou Morte”, “Pelo bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”, ou, mais recente, “Pra frente, Brasil!” e “Ninguém segura esse país”, na época da ditadura militar.

Ao analisar o contexto e o conteúdo originais da carta de Pero Vaz de Caminha, Orlandi mostra a alteração ocorrida na frase tida como reveladora da identidade nacional. Ao invés de “em se plantando tudo dá” o original diz que “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”. A mudança ocorrida é, entretanto, mais do que estrutural da frase, mas do sentido que ela causa. No contexto geral da carta, o que se quer plantar nas terras recém-descobertas é a catequese, em relação aos povos indígenas que aqui habitavam.

Dessa forma, ocorre um apagamento da memória original do discurso ao mesmo tempo em que sobre ele constrói um novo discurso, mitológico, direcionado para que a população brasileira se identifique com ele. O novo discurso “re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. (...) O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra ‘tradição’ de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar.” (ORLANDI, 2003, p. 13).

Deve ficar claro que os dois discursos apresentam e causam sentidos diferentes. A forma como são apresentados influencia nessa interpretação, pois a frase reformulada para se transformar em discurso fundador passou por um processo de restauração ao longo da história para que se tornasse mito da fundação do Brasil. É formado com a intenção de que cause significação e com o qual o brasileiro se signifique. Isso é a essência do discurso fundador, aquele que forma, ainda que de maneira mitológica, a identidade nacional, sobre a realidade dos fatos, pois é esse discurso que fica como verdadeiro. Nas palavras de ORLANDI, os novos discursos formados

instituem um outro lugar de sentidos estabelecendo uma outra região para o repetível (a memória do dizer), aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos (...). É isso que chamamos de discurso fundador. (2003, p. 15).

Essa reflexão é importante para a análise de textos jornalísticos e do conteúdo histórico sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial em virtude do momento em que o país passava. Fatores como o nacionalismo defendido pelo governo Vargas, as circunstâncias de defender o país em uma guerra - para “lavar a honra” após os ataques alemães em águas brasileiras - a convivência dos jornais com o regime, tanto por questões de garantir a produção quanto por conseguir vantagens econômicas são pontos que pesam para a formação de um discurso fundador na situação.

Havia, naquela época, desde a entrada de Getúlio Vargas no poder, a necessidade de o governo se firmar como a melhor opção para o país. E como todo governo totalitário, primava pelo nacionalismo exacerbado. Com isso, os discursos oficiais eram carregados de sentidos que remetiam à afirmação da identidade nacional. Do mesmo modo, as informações que a



agência de notícias do governo passava à imprensa era o que mais interessava para que esse discurso fosse reafirmado.

### 6.3 – A construção do discurso e do sentido

Cabe aos indivíduos, quando incumbidos da função de locutores, de formarem o discurso que passam para uma ou mais pessoas. Esse discurso não é, entretanto, apenas um conjunto de palavras que possuem significação apenas pela classe de palavras em que se encontram na língua, pela disposição na frase ou pelo sentido que causam isoladamente. Todo o processo de formação do discurso passa por intenções tanto internas ao articulador quanto externas a ele e à língua, sejam eles históricos, culturais, sociais, subjetivos, institucionais.

A verdade é que, no momento de construir o discurso, possuímos uma base para que ele seja produzido, somos condicionados por fatores diversos. Outros discursos acabam influenciando no que falamos. GUIMARAES (2003) utiliza o termo interdiscurso para relatar como ocorre o diálogo entre as vozes formadoras do discurso. “A enunciação é, então, um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (Guimarães, *in* Orlandi, 2003, p. 28).

Para facilitar a análise de discurso, levando em conta esses requisitos do texto a ser estudado, Possenti (2001) determina a utilização da linguagem e outras teorias. Essas teorias ele define como teorias auxiliares, relativas “ao campo ‘não linguístico’ mais pertinente para a análise de um determinado [tipo de] discurso” (p. 38).

Ao mesmo tempo em que determinados elementos das teorias auxiliares são necessários para a análise, desconstruir o discurso requer observar que o falante não pode simplesmente apropriar-se da língua para impor seu sentido, sem que leve em conta todo o seu conjunto de regras. O que ocorre, na verdade, é um trabalho de construção, tanto na língua quanto do discurso para que se atinja o sentido adequado.

O objeto desse novo modo de abordagem dos fenômenos linguísticos é o discurso, entendido como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário. Não se trata, pois, de estabelecer relações entre formas, mas de descobrir por quais procedimentos (entre os quais as regras gramaticais, mas não só) se dá a atividade discursiva. É bem outro ponto de vista. Sua questão fundamental é: como, com um sistema linguístico indeterminado, pode-se, em circunstâncias dadas, produzir um discurso com exatamente tal forma e tal interpretação, por quais mecanismos se chega eventualmente a determinar a interpretação desejada ou as interpretações possíveis (POSSENTI, 2001, p. 64).

Podemos, dessa forma, listar alguns pontos que podem ser relevantes na análise dos discursos jornalístico e histórico, três deles na linguagem e outros a serem encontrados nas teorias auxiliares. A princípio vamos listar os primeiros, a saber: a fonética, a morfologia e a sintaxe.

Junto com os elementos extralinguísticos, surge o que pode ser chamado de contrato social, ou o contexto em que os falantes estão inseridos. Há maneiras de se transmitir as informações que somente as pessoas que estão num determinado meio social podem compreender. São métodos, algumas vezes impostos pela sociedade e pelas instituições às quais o locutor está ligado, que algumas vezes até falam por ele nos textos produzidos. Acima de ser condicionado por instituições sociais, o falante necessita ser entendido para que o sentido possa ser atingido no leitor ou ouvinte. O contexto “é pertinente para a interpretação de um enunciado como colabora para a construção do próprio enunciado” (Idem, p. 69).

O jornalismo, por trabalhar com o público, necessita desses recursos para que seus objetivos de persuadir e conquistar o leitor sejam atingidos. Mais do que construir um texto claro e entendível, porém, o jornalista produz discursos ligados às diversas instituições a que ele, como pessoa, faz parte e defende e também às quais está subjugado, seja por conta de contratos sociais ou por conveniências da redação. O jornalismo está, pois, ligado nos acontecimentos atuais, mas também preso aos fatos históricos que condicionam uma sociedade e, com a união disso, faz uma projeção de futuro com seus discursos.

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis consequências desse fato presente – e, assim, legítima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro (...). Uma vez que, ao selecionar [informação] está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. (...) O discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ele está entranhado de historicidade. (Mariani *in* Orlandi, 2003, p. 33).

## 7. Análise de discurso dos jornais

### 7.1 Apresentação dos jornais

Como objetos desta pesquisa, foram escolhidos quatro jornais brasileiros da época da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sendo dois do Rio de Janeiro e dois de São Paulo. Essa escolha aconteceu por serem essas as duas principais cidades do país, inclusive na época. Os jornais escolhidos foram: “O Jornal” e “Correio da Manhã”, os dois da capital carioca, e “O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano”. Os veículos do Rio de Janeiro foram escolhidos por serem dois dos quatro jornais brasileiros que, além da Agência Nacional, enviaram correspondentes para os campos de batalha. Além deles, os jornais “Diário Carioca” e “O Globo” também possuíam correspondentes internacionais.

A escolha de “O Jornal” e “Correio Paulistano” foi feita tendo em vista a utilização de correspondentes internacionais por esses periódicos, ao passo que esses repórteres especiais estavam presentes nos campos de batalha, acompanhando a atuação dos brasileiros durante a guerra. Deve ficar claro que a opção por eles e não pelo “Diário Carioca” e “O Globo” foi feita levando-se em conta que os quatro jornais com correspondentes de guerra, tendo eles essa característica em comum, são colocados no mesmo patamar de relevância. Como contraponto, os jornais de São Paulo foram escolhidos pelo fato de ser outra cidade importante para o país, tanto política quanto social e culturalmente, e também por não possuírem correspondentes de guerra na Itália.

O período de análise escolhido foi o de novembro de 1944 até fevereiro de 1945, do início ao fim da investida dos expedicionários a Monte Castelo, esta que é considerada uma das principais vitórias do Brasil na Guerra.

Antes de começar a análise de discurso das reportagens dos jornais, é pertinente dizer o número de notícias veiculadas em cada publicação no período utilizado para estudo e que apresentam conteúdo relacionado, de uma forma ou de outra, a participação dos expedicionários e aviadores brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

O Correio da Manhã, durante os quatro meses de análise (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro), veiculou em suas páginas 34 notícias relacionadas à participação do Brasil. A prioridade da publicação carioca foi a de colocar essas notícias na primeira página (12) ou na última (16). Essa última página podia ser a que finalizava o primeiro caderno ou o próprio jornal. Em seis ocasiões, a publicação aconteceu na segunda página do jornal. As notícias, quando não terminavam nessas páginas, continuavam em outras, sem ordem ou

coerência de escolha do espaço ou da página em que ia se encerrar (podia se encerrar na terceira página, na sétima). A veiculação foi mais intensa no mês de novembro e a partir da metade do mês de janeiro. Do dia 30 de dezembro até o dia 18 de janeiro, o jornal não publicou notícias sobre a participação do Brasil no conflito.

O jornal “O Estado de São Paulo” apresentou um total de 58 matérias que faziam alguma referência a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial dentro do período de 1º de novembro de 1944 até 28 de fevereiro de 1945. Como a publicação não possuía correspondente internacional, utilizava desde textos enviados por correspondentes de agências internacionais até mesmo outros mandados pela Agência Nacional. O jornal também produzia alguns textos, utilizando materiais enviados por rádio ou telégrafo direto da Itália ou pronunciamento de autoridades em solo brasileiro, como é o caso do então ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra.

Quanto à forma de distribuição das notícias relacionadas ao tema nas páginas do jornal, a prioridade era a de veiculá-las na capa, página 2 e contracapa, principalmente para as duas primeiras. Do total de notícias (58), 19 foram colocadas na página 2, 18 na capa e 10 na contracapa. As demais ficaram distribuídas entre as páginas de número 6 (com 7 matérias) e números 5, 8 e 10 (com uma matéria cada). Como o veículo dependia, na maioria das vezes, de agências internacionais e da Agência Nacional para veicular alguma notícia da participação do Brasil no conflito, os pequenos textos das agências internacionais (como United Press, Associated Press e Reuters) eram aglutinados em uma grande matéria, com um título chamativo referente ao Brasil e os informes das agências eram distribuídos dentro do texto como se fossem retrancas.

Quando ao “O Jornal”, nos quatro meses de análise apresentou um total de 48 textos relacionados à atuação de expedicionários e aviadores brasileiros na Itália. Desse universo, 28 delas foram veiculadas como matérias de capa, e que se ramificavam com continuações por outras páginas, sem seguir um critério estabelecido. Do restante, dava-se prioridade para a contracapa do primeiro caderno, sendo que 15 foram publicadas na página 8. As cinco restantes eram distribuídas entre as páginas 2, 3 ou 6.

O veículo possuía dois correspondentes internacionais no front de batalha: Joel Silveira e Barreto Leite Filho, que faziam reportagens para os veículos dos Diários Associados e para a Agência Meridional, também de propriedade do mesmo grupo de comunicação. Mas o periódico também utilizava conteúdos que vinham de agências internacionais diversas ou da Agência Nacional.

Por fim, o último jornal analisado, “Correio Paulistano”, que não possuía correspondentes de guerra, teve no período a veiculação de 40 notícias referentes a assuntos que envolviam os brasileiros que estavam em ação na Itália. Deste total, apenas 8 foram veiculadas na primeira página, 8 na página de número 8, 7 na página 16 e 6 delas na página 2. As demais foram distribuídas nas outras páginas das edições, sem um padrão que possa ser reconhecido.

## 7.2 Tipologia de textos jornalísticos

Os quatro veículos apresentaram grandes semelhanças de assuntos e estilos de narrativas que eram publicadas. Podem-se dividir as notícias em cinco tipos:

- a) Reportagens que falavam de combates e conquistas dos brasileiros;
- b) Textos que personificavam alguns combatentes brasileiros;
- c) Matérias que relatam os números de ataques, bombas despejadas e outras conquistas;
- d) Repercussão internacional da participação brasileira no conflito;
- e) Rotina dos expedicionários nos campos de batalha.

A seguir, serão mostrados alguns exemplos e como esses jornais aplicavam sentido e construía a imagem heróica e fantástica dos brasileiros em cada uma dessas vertentes de notícia.

### 7.2.1 Reportagens sobre combates e conquistas dos brasileiros

Este é um dos tipos mais recorrentes de reportagens sobre os expedicionários na Itália. São dois os principais artifícios utilizados pelos jornais ao falarem sobre o assunto: em primeiro lugar, agrupam notícias das ações dos aliados na frente de batalha italiana e colocam várias notas pequenas sobre conquistas brasileiras, com título principal do conteúdo a respeito disso, mesmo que este simplesmente reproduza o que está na notícia, sem grandes informações. Em segundo lugar, e o que mais acontece, é o engrandecimento de algumas atividades dos pracinhas, independente de quais (sejam elas relacionadas aos primeiros combates, vôos, destruição de pontes). Por menor que fosse a vitória ou atuação, algum vôo realizado, destruição de estradas, de aviões alemães em solo, a importância gerava grande destaque e era exaltada como feito heróico.

Como grande parte das notícias era de agências internacionais, muitas vezes as notas eram curtas, apenas noticiando o fato. Para gerar importância da atuação brasileira, os jornais

utilizam de uma espécie de rebaixamento da atuação dos nazistas para enaltecer os expedicionários, diminuindo o poder de fogo dos soldados inimigos e engrandecendo a conquista dos aliados. Quando isso não ocorria, os correspondentes davam ênfase às forças dos alemães, sua resistência e as dificuldades que ofereciam, mas, como um contraponto a favor do Brasil, colocam os soldados da FEB no mesmo nível de poder de guerra, para mostrar como os brasileiros desempenham com eficiência suas atividades. Dessa forma, a atuação sempre era dourada pelos jornais, que procuravam não só dar grande relevância em manchetes e destaques em primeira página, mas mostrar, com os textos, que o trabalho executado pelo soldado era de fato importante no resultado final das atividades dos aliados naquele setor da guerra.

A matéria “Violenta luta no setor das tropas brasileiras na Itália”, do jornal “O Estado de São Paulo” descreve uma das mais importantes e difíceis operações em que os brasileiros haviam participado na guerra até então. O repórter da agência Reuters dá detalhes de como estava o céu, da intensa fumaça das bombas, da forma de organização dos exércitos brasileiros para a tentativa de tomada de uma elevação natural ocupada por alemães.

Q.G. DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA ITÁLIA, 2 (R.) – A mais violenta luta em que já se empenhou a Força Expedicionária Brasileira, desde que entrou em combate, ocorreu durante o dia 30 último, quarta-feira. A violenta ação, da qual participaram várias centenas de homens, teve início com intensa barragem da artilharia aliada. A luta só cessou depois do cair da noite. As posições de ambos os lados permaneceram substancialmente as mesmas, a despeito da violência da refrega diurna, assinalando-se ataques e contra-ataques de ambas as partes. (...) A luta centralizou-se em torno de um pico rochoso de quase mil metros de altura. À Força Expedicionária Brasileira foi dada a difícil tarefa de tentar expulsar os alemães deste privilegiado posto natural de observação (...).

Foi uma operação inteiramente brasileira o assalto (...) ao pico, com exceção, é claro, do apoio prestado aos infantes do Brasil pela artilharia e pelos tanques do 5º Exército.

Durante toda a noite de terça-feira última, os soldados de infantaria brasileira avançaram com seu magnífico equipamento pelas encostas, patinando ao longo de picadas lamacentas. O magnífico luar tornou possível a orientação com relativa facilidade. As duas unidades que foram incumbidas do assalto já ocupavam suas bases antes da madrugada (...).

Embora alguns homens da infantaria brasileira estivessem recebendo seu batismo de fogo, mostravam grande tenacidade no avanço que realizaram em plena luz do dia sob o fogo alemão. (...) Antes do meio-dia, a ala direita brasileira havia feito esplêndido progresso, tendo atingido um ponto da montanha em poder dos alemães. Esse progresso foi feito sob um intenso fogo inimigo.

A ala esquerda brasileira foi prejudicada na sua manobra pelo fato de, de suas posições, os alemães poderem atirar sobre ela de flanco e de frente. Os brasileiros nesse setor tiveram assim a difícil tarefa de avançar sob um fogo pesadíssimo, concentrado e cruzado. (...).

Valiosa experiência de batalha foi ganha pelas tropas nessa difícil operação em dia claro, durante o qual as unidades brasileiras nela empenhadas lutaram com grande tenacidade. (2 dez. 1944, p. 1).

A reportagem, mesmo feita por um correspondente de agência internacional, não deixa de montar uma imagem de heroísmo e eficiência da atuação da FEB nesta ocasião. Isso porque, mesmo não sendo brasileiro, representava agência internacional de país aliado, que lutava ao lado do Brasil no conflito. O repórter parte da afirmação de que o Brasil é um país que, com soldados aparentemente inexperientes, estavam fazendo suas primeiras atuações em guerra, tendo em vista que vinham de um país com pouca tradição em conflitos. Mas é nessa possível ineficiência que ele começa a falsear a inexperiência e colocar em seu lugar a “tenacidade” e competência dos combatentes. E utiliza de sua proximidade com o conflito, acompanhando de perto os acontecimentos que se desenrolam nessa importante batalha, para, além de descrevê-la com minúcias, também usar isso como base para tornar sua narrativa dos fatos verídica, portanto, tornando verdadeiro o discurso de que os expedicionários desempenharam bom papel. Mais do que eficiência na atuação, o texto coloca em pé de igualdade as forças que estavam em luta, assim não necessitando minimizar a ação nazista para enaltecer a atuação brasileira, mas deixando claro que sendo, estreantes em guerra conseguiram travar uma luta difícil contra soldados que estão, ao menos nessa guerra, há um bom tempo em luta armada. Se em um setor os brasileiros conseguiram bons avanços, no outro só não avançaram mais por causa das condições de terreno que permitiram vantagem aos alemães e que, mesmo assim, não impediu os expedicionários de continuarem a luta sob intenso fogo inimigo. Ou seja, para o brasileiro, não existem problemas relacionados à força dos nazistas ou adversidades de terrenos que impeçam a luta de continuar e a atuação dos expedicionários não é, em hipótese alguma, inferior a dos alemães.

Em contraponto a essas observações feitas por um repórter de agência internacional sobre a atuação brasileira, é pertinente utilizar como exemplo para falar desta vertente de notícias uma reportagem feita também por um correspondente de um jornal brasileiro. O texto de Raul Brandão, enviado especial do jornal “Correio da Manhã” aos campos de batalha italianos em que o Brasil atuou, intitulado “A campanha da FEB na Itália”, faz um panorama de como está o desempenho dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial até o momento em que a matéria foi produzida (19 de novembro de 1944, e publicada 19 dias depois). O texto faz mais do que elogiar os expedicionários e aviadores brasileiros, como era comum da parte tanto dos repórteres do Brasil quanto dos pertencentes a outros países. Ele cria uma fabulação e acende a chama do nacionalismo, trazendo a guerra até a nação.

COM A FEB – (De Raul Brandão, nosso correspondente de guerra) (...) Quando deixamos o Rio, em setembro, prevalecia notoriamente na maioria dos espíritos a impressão de que a guerra estaria prestes a terminar, supondo-se até que a nossa força expedicionária não chegaria a tempo de entrar em ação...

(...)

Quanto mais se aproxima do fim, a guerra se tornará mais guerreira. A expectativa de um colapso interno na Alemanha não é hipótese que deva pesar nos planos militares. Os Aliados terão que conduzir a guerra com ainda maior dureza até o aniquilamento completo do inimigo. (...).

O interesse dos aliados e da humanidade, é que a pacificação do mundo venha o quanto antes. Para isso, para um mundo melhor e mais justo, é que todos estão lutando. (...).

Lembramos hoje os nossos mortos. Pela memória deles é que todos precisamos integrar-nos numa mesma mentalidade guerreira, dando cada um o melhor de seu esforço, a exemplo de outros povos guerreiros.

É preciso que todos ajudem a apresentar o fim da guerra. É preciso que não apenas a FEB cumpra como tem cumprido, honrosa e abnegadamente a sua missão, mas o Brasil inteiro trabalhe na retaguarda como aqui trabalham as bases recuadas para o combate no “*front*”. (...).

Os ataques aos montes Prano, Valimono, Acuto e S. Quirino foram ações audaciosas que ficarão assinaladas. No primeiro, sobressaiu a patrulha comandada pelo tenente Cabral. Perdemos 8 homens, ficando feridos mais 35. Deixamos com o adversário 2 soldados telefonistas feitos prisioneiros por uma patrulha alemã de 30 homens. Em compensação, aprisionamos 80 inimigos, muitos dos quais durante a luta.

Nenhum caso tivemos de covardia e vários atos de bravura foram assinalados, sobressaindo o praticado pelo soldado Cesário Aguiar, que já ferido continuou a atirar com o seu FM até que a morte o colhesse. (8 nov. 1944, p. 1).

Antes de analisar como o repórter passa a elogiar os expedicionários pelos seus feitos e bravura na guerra, o que vale a pena levantar em questão é a forma como o correspondente trata tantos as tropas brasileiras quanto o próprio povo do Brasil. Utilizando conjugações verbais na primeira pessoa do plural, quando usa termos como “estamos lutando”, “precisamos lutar”, o repórter não chama a responsabilidade de uma guerra apenas para os expedicionários e aviadores que estão na Itália. Essa é uma forma de trazer a guerra para a população brasileira. Ou seja, não são apenas os soldados que estão em luta, mas o País, os brasileiros. A luta não é apenas dos milhares de combatentes que foram auxiliar os aliados, mas também de todos os milhões que ficaram do outro lado do Atlântico. Esse discurso fica claro quando o repórter fala que é necessário que “o Brasil inteiro trabalhe na retaguarda como aqui trabalham as bases recuadas para o combate no ‘*front*’”.

O argumento de nacionalismo ufano fica ainda mais forte com a comparação feita entre o País e outras nações, no trecho que trata da homenagem aos mortos. O povo brasileiro é tão guerreiro quanto os demais que lutam no conflito pela responsabilidade assumida e confiança depositada. O repórter, dessa forma, além de sequer mencionar a falta de experiência do exército do Brasil em guerras, derruba qualquer referência a isso, pois qualifica o brasileiro como povo guerreiro, assim como qualquer outro dessa categoria. Ao dizer que pela memória dos que morreram na guerra é que a nação deve se unir em uma mesma mentalidade, “a exemplo de outros povos guerreiros”, em nada o povo novato em batalhas fica devendo aos demais que ali estão lutando.



Outro fato que chama atenção é a forma como o correspondente trata a entrada do Brasil na guerra. Ele derruba os pré-conceitos de que o País teria entrado na guerra sem necessidade, mostrando que os alemães estão cada vez mais coesos e unidos, o que torna as batalhas ainda mais difíceis de serem vencidas. Não só acaba com visões de que não haveria necessidade da presença dos brasileiros em guerra, mas transforma a entrada dos expedicionários do conflito como necessária para que os aliados tenham mais força para combater um inimigo que está a cada dia mais difícil de ser derrotado, mesmo percebendo-se que a guerra está próxima do fim.

Para tornar seu discurso verídico, o correspondente também tem como base o fato de estar acompanhando as atuações dos brasileiros e, além disso, também presenciar as lutas e ter, dessa forma, um álibi para afirmar que os alemães estão cada vez mais difíceis de serem derrotados. Isso é descrito desde quando ele começa a falar do momento em que o grupo saiu do Rio de Janeiro, os pensamentos e conclusões a que chegavam os expedicionários, a percepção a respeito do momento pelo qual o conflito mundial passa. Seus argumentos, quando também se fala da eficiência dos soldados, são mostrados como verdadeiros tanto pela sua presença no *front* quanto pelos números apresentados em relação aos combates travados entre brasileiros e alemães. Mesmo com alguns soldados “nossos” sendo feitos prisioneiros, mortos ou feridos, “nós” conseguimos feitos melhores, aprisionando mais e “durante a luta”, o que deixa ainda mais dourado o feito e a capacidade desses combatentes verde-amarelos.

### 7.2.2 Textos que personificavam alguns combatentes brasileiros

Este tipo de texto é um dos principais exemplos, talvez até o melhor, de construção de heróis de guerra. Podem ser feitas de duas maneiras e a primeira delas é a utilização do fator morte para a construção do heroísmo. Os jornais utilizam as figuras dos expedicionários e pilotos mortos em combate para que, com base no falecimento, seus feitos sejam engrandecidos a tal ponto que o brasileiro tenha orgulho por um combatente ter morrido em ação, defendendo a pátria. Estes eram, dessa forma, os primeiros heróis de guerra que o Brasil tinha ou até passou a ter em sua história, dado o fato que desde a Guerra do Paraguai o país não participou outra (apesar de ter declarado estado de combate à Tríplice Aliança na Primeira Guerra Mundial, não chegou a entrar em conflito armado). Percebe-se, dessa forma, todo um cuidado especial dos jornalistas e dos veículos em humanizarem esses falecidos soldados, trazer a imagem deles para perto da população, contando suas histórias de vida,

exaltando a passagem pelo serviço militar (muitas vezes voluntário), até suas vitórias durante o tempo em que estiveram combatendo em solo italiano.

Como exemplo disso, a reportagem “Tombaram gloriosamente lutando contra os nazistas”, publicada em “O Jornal” traz relatos de familiares sobre dois aviadores brasileiros, os segundos tenentes João Richardson Cordeiro da Silva e Oldegardo Olson Sapucaia, que morreram em combate contra os nazistas na Itália.

O JORNAL esteve, ontem, na residência dos dois primeiros aviadores da FAB mortos em combate na Itália, conforme a nota distribuída à imprensa pelo Ministério da Aeronáutica. (...).

Quem nos atendeu na residência da família do jovem oficial morto a serviço da pátria foi o sr. Luciano Rudge, seu cunhado. Declarou-nos que os pais de Richardson estavam, naturalmente, muito pesarosos com a notícia. (...) Entretanto, acrescentou o sr. Rudge, estavam conformados por saber que o filho tombara gloriosamente no cumprimento do dever, lutando contra os agressores nazistas.

#### DESEJOU IR PARA A EUROPA

O tenente Cordeiro da Silva fez o curso ginásial no colégio Mackenzie, de São Paulo. Foi declarado aspirante a oficial em setembro de 1943, depois de um curso brilhante, realizado na Escola de Aeronáutica. Abraçou a carreira de aviador por vocação. Desde muito moço revelou o seu entusiasmo pela aviação, à qual dedicava toda a sua inteligência e todos os seus esforços.

Logo após terminar o seu curso, o tenente Cordeiro da Silva apresentou-se às altas autoridades aeronáuticas, declarando o seu desejo de participar das nossas forças que seriam enviadas à Europa. Foi, assim, inscrito como voluntário, juntamente com numerosos companheiros de turma. (...).

Na residência do segundo tenente Oldegardo (...) encontramos o pai do jovem herói, major do Exército Alfredo Sapucaia, recentemente reformado. Sereno e conformado, declarou-nos o seguinte:

- Meu filho deu a vida pela pátria. Seguiu a carreira militar por vocação e com grande entusiasmo. Tinha sempre em conta que sua vida era preciosíssima para a defesa do Brasil e de suas instituições, em primeiro lugar. (...).

No dia 16 de outubro último, o tenente Oldegardo realizou o seu primeiro combate. Antes de deixar o aeródromo, escreveu uma carta a sua genitora, repassada de otimismo, manifestando a sua satisfação por ter oportunidade de entrar em luta com os inimigos e começar a desafrontar, por sua vez, as traições dos nossos inimigos, que deram motivo à declaração de guerra.

E vingou-se, dando a vida, embora como um tributo sagrado, à pátria estremecida. (12 nov. 1944, p. 1).

Para construir a imagem de um herói que morreu na guerra para honrar o Brasil, o repórter não se limita apenas às atuações dos brasileiros na batalha contra os alemães. Essa, na verdade, é uma parcela bem pequena no discurso formado pelo jornal. A intenção foi entrevistar os parentes dos soldados mortos em combate para contar a história de vida deles, em especial a carreira militar. De certa forma pode ser subjetivo o ponto de vista dos familiares sobre isso, pelos laços de parentescos que podem influenciar em uma opinião positiva e parcial sobre os filhos. Porém, o orgulho poderia ser substituído por revolta contra a guerra, por ter tirado a vida dos filhos, fato que não ocorre. Dessa maneira o repórter reforça a imagem de um herói, cuja vida não foi perdida no conflito por causa dos inimigos do Brasil

ou da guerra em si, mas foi uma forma de mostrar que a existência deles podia acabar em nome do valor que davam à pátria.

Assim sendo, é exaltada a vocação pelo militarismo, pela aeronáutica, o voluntariado para servir na Segunda Guerra Mundial ou mesmo o orgulho de ser convocado a integrar as forças que lutaram no conflito. Ou seja, os aviadores mortos começaram a construir sua história de vitórias desde muito jovens; estavam pré-destinados a serem os heróis do Brasil que honrariam a pátria e lavariam a alma dos brasileiros que foram atacados pelos alemães anos antes. O orgulho que os pais sentem, apesar da tristeza, mostra como estão satisfeitos porque os filhos deram a vida pelo Brasil. Isso é um pouco do que os brasileiros sentem pelos que morreram, pois as vidas desses expedicionários e aviadores foram dadas pela pátria, não foi uma morte em vão. Se o próprio soldado morto dizia que “sua vida era preciosíssima para a defesa do Brasil e de suas instituições, em primeiro lugar”, não seria esse um sentimento muito diferente do que a nação expressaria como reação a essa atitude nobre.

Além de a morte ser um pretexto para a criação de heróis, a segunda forma de transformar a atuação deles em heroísmo é exaltar a “astúcia” e “habilidade” individuais. A história militar não é tão explorada quanto na questão anterior, mas grande parte dos feitos de cada uma das figuras enobrecidas são fatores importantes para engrandecer suas imagens. Com isso, os jornais fazem a personificação da guerra. Este é um dos artifícios mais utilizados pelo jornal “Correio Paulistano”. Um dos exemplos está na reportagem “Se eu fosse homem seria soldado para defender a FEB”, que mostra uma entrevista feita com a mãe de um sargento da FEB, natural de Mogi das Cruzes (SP), que comandou um ataque aos alemães e, por isso, foi condecorado e promovido.

Foi amplamente divulgado em todo o país, através de um despacho da “Reuters”, um dos mais brilhantes e audaciosos feitos das tropas brasileiras na Itália. Um grupo de combate, comandado pelo terceiro sargento Onofre Rodrigues de Aguiar, penetrou, silenciosa e astutamente em posições alemãs, abatendo os inimigos e conseguindo, ainda, prender dois nazistas e apreender material bélico, como metralhadoras e fuzis. O fato, como não podia deixar de ser, causou viva emoção em todos os recantos do país. (...).

“A notícia do que o meu filho, o caçulinha, fez na Itália, me foi dada por um mogiano que trouxe um jornal domingo. Quase morri de alegria. Tenho quatro filhos: José Rodrigues de Aguiar Filho, Adriano Rodrigues de Aguiar, João Rodrigues e Onofre Rodrigues de Aguiar. Este foi sempre muito simples e retraído. Entretanto, sempre demonstrou desejos de ser soldado. Quando menino fazia ‘paradas’ e continência mesmo quando estava só. Meu compadre, padrinho do garoto, era soldado e lhe dava instrução militar, fato que o alegrava muito.

(...) Um dia, com alguma tristeza para mim e para os outros filhos, Onofre contou que fora incluído na Força Expedicionária Brasileira e que ia combater nos campos de batalha. (...) ele estava contente por ter a ocasião de servir o Brasil.

O senhor não imagina a minha grande alegria quando me vieram avisar que Onofre era um herói. Estou contente, muito contente e não posso negar que me sinto orgulhosa pelos feitos de meu querido caçulinha. Os mogianos têm vindo me dar parabéns: todos estão contentes com isso.

Recebi hoje, há poucos instantes, uma carta de Onofre (...). No verso da carta há as seguintes palavras: 'Bom mamãe, ainda não tenho madrinha. Estou combatendo 'pagão''.

(...) eu, se fosse homem, seria soldado, para poder defender a minha pátria. Deus queira que eu ainda possa ver o meu filho, porque estou com muitas saudades dele e quero beijá-lo muito como mãe brasileira, que felicita um brasileiro, orgulho da pátria e da família”.

(...) Pela carta que enviou a sua genitora, pode-se ver que Onofre Rodrigues de Aguiar procura uma madrinha. Quem quer batizar o nosso herói? (15 nov. 1944, p. 16).

O texto, que consagra um sargento da FEB pelo comando de um agrupamento vitorioso, remete sempre à comoção e ao orgulho nacional. Neste caso, não é por um soldado que honrou a pátria dando a vida por ela. O que a reportagem quer mostrar é um sentimento de orgulho por um herói vivo, que venceu os alemães e continua nos campos de batalha para mais adquirir mais conquistas. O repórter não considera a possibilidade de ser esse um feito simples ou pequeno, perto da dimensão que tem todo o corpo da FEB e da FAB na Itália ou, mais ainda, toda a dimensão que adquire a Segunda Guerra Mundial. A vitória do brasileiro já é motivo para a nação se sentir orgulhosa por ter um herói. Essa qualificação, além de ser dita pela reportagem, é um fato que circula, segundo o texto, na própria cidade de Mogi das Cruzes: a população dá valor ao feito de seu conterrâneo.

Além de utilizar a história de vida do sargento, como foi feita nas reportagens de soldados mortos em combate, sempre focando na carreira e vocação militar e na felicidade que os expedicionários tiveram ao saber que foram escolhidos para lutar, o texto faz a personificação da guerra. No total eram milhares de combatentes do Exército e Aeronáutica do Brasil que foram aos campos de batalha combater as forças nazistas. O uso de um deles, ou alguns, como referência de bravura, astúcia e habilidades de guerra é um artifício mais fácil para a fabulação que os jornais constroem sobre a participação brasileira no conflito. Vitória em números de bombas atiradas ou apenas dizendo qual ataque foi feito no dia é genérica, mesmo falando do Brasil. Esses textos na maioria vêm de agências internacionais e apenas mostram o fato. Ao personificar a guerra, colocando no soldado brasileiro o espírito guerreiro que permitiu a conquista desta ou daquela batalha, ajuda a aumentar o sentimento nacionalista.

Um terceiro exemplo que pode ser usado para mostrar a personificação da batalha e a criação de heróis é a atribuição aos comandantes de guerra pela eficiência do desempenho brasileiro no combate aos alemães. A exaltação de oficiais não cria de fato o heroísmo, mas qualifica a atuação dos soldados e a eficiência daqueles que eram responsáveis pelos planos de ataque e defesa. A reportagem “Eficiente ação da artilharia da F.E.B.”, feita por um

repórter da Agência Nacional e publicada no jornal “Correio da Manhã”, mostra a importância da atuação dos soldados da artilharia brasileira, suas conquistas e coordenação eficiente do general Cordeiro de Farias.

Roma, janeiro (A.N.). (...) No setor em que operam as Forças Expedicionárias Brasileiras pode-se verificar, em toda a sua extensão, a importância da artilharia nos embates da guerra contemporânea. Os soldados brasileiros cuja artilharia, sob o comando do general Cordeiro de Farias, seguiu para os campos de luta com o segundo escalão de suas tropas, sentiram imediatamente a influência de suas armas, logo que seu comandante entrou decididamente na luta, dispondo as peças e os morteiros nos sítios que a estratégia aconselhava. A atividade dos artilheiros do Brasil, orientados pela técnica e pela experiência profissional do general Cordeiro de Farias, é, pode-se dizer, incessante, nas linhas de frente, de onde responde, com vantagem, às agressões do inimigo. (...) A organização que o general Cordeiro de Farias conseguiu imprimir nos campos de batalha a esses efetivos tem sido louvada e admirada por todos os que, brasileiros ou não, tem visitado, por dever o ofício ou por simples curiosidade, as linhas de ataque da frente brasileira.

Quando, em fins de dezembro último, os nazistas intensificaram consideravelmente a atividade de sua artilharia contra o setor brasileiro (...) a artilharia do general Cordeiro de Farias, além de suportar galhardamente o embate, respondeu vantajosamente à agressão, permitindo que a FEB mantivesse intactas suas posições. A presença do general Cordeiro de Farias nas linhas de frente assegurou o contato permanente entre as diferentes armas, cobrindo eficientemente as corporações das unidades de infantaria. (...).

Se a infantaria causou aos seus camaradas anglo-americanos uma impressão de assombro pelo preparo técnico de seus elementos, não menor foi sua admiração pela excelência dos parques de artilharia, e pelo conhecimento profundo que revelaram nessa especialidade militar, os comandados do general Cordeiro de Farias, que é, alias, um dos oficiais que se vêm distinguindo no conflito de seus colegas ingleses e americanos, pelo sólido preparo de suas tropas, pela disposição de suas forças de combate e pela larga visão com que dirige as manobras contra o adversário. (...). (31 de janeiro de 1945, p. 1).

No texto, o repórter descreve as impressões que as tropas aliadas têm da artilharia brasileira, o que é um pouco do reconhecimento internacional relatado pelos jornais a respeito da atuação dos expedicionários. A competência dos soldados da artilharia não é desmerecida pelo repórter, muito pelo contrário, pois ele enaltece a combatividade dos soldados contra alemães. Mas o principal efeito do texto é o tratamento da figura do general Cordeiro de Farias como comandante dessa tropa. Se esta consegue tais feitos é graças a ele, sua experiência e habilidade. As conquistas contra os alemães e o reconhecimento do preparo que os americanos e ingleses têm a respeito dos soldados só reforçam um sentido de inteligência no contato com a guerra que o general possui, pois ele faz seus subordinados lutarem de igual para igual e até mesmo superarem os inimigos nazistas, tão mais experientes nos campos de batalha. O texto cria, dessa forma, a personalidade de um comandante competente, capaz de transformar sua tropa e o Brasil em vitoriosos.

Mas o efeito não é isolado, apenas com a veiculação dessa notícia no jornal “Correio da Manhã” (o mesmo despacho da Agência Nacional também aparece nos jornais “O Estado

de São Paulo” e “O Jornal”). Em outras edições, são publicadas notas também a respeito dos soldados da artilharia, referindo-se a eles sempre sob o comando do general Cordeiro de Farias. Portanto, esse texto do repórter em Roma tem como fundamento as notícias que são publicadas com referência a vitórias e conquistas desse corpo de expedicionários sob comando de tal autoridade. É um efeito acumulativo de informações que, uma após a outra, vêm reforçando e construindo a atuação impecável dos brasileiros.

### 7.2.3 Matérias que relatam os números de ataques, bombas despejadas e outras conquistas

Alguns textos trazem detalhes de quantidade de ataques feitos por expedicionários e pela FAB, como número de vôos, bombas despejadas, destacando quantidade de aviões da FAB que foram atingidos como sendo uma quantia grande. Os números eram sempre dados como expressivos, principalmente pelo fato de serem divulgados sem que se tivesse algum tipo de base que diga se eles são bons ou ruins. Não há comparações entre a quantidade de ataques feitos pelos brasileiros e, por exemplo, se os nazistas fizeram o mesmo número de contra-ataques, reações, o que dava aos pracinhas todo o crédito pelos expressivos dados, tendo como reforço e credibilidade as palavras de oficiais de guerra.

São, portanto, dois pontos os que fortalecem os argumentos dessa reportagem e enobrece a atitude dos expedicionários. Em primeiro lugar, a importância dada pelos jornais às conquistas e atividades resultantes das atuações dos brasileiros nos campos de batalha. Por menor que fosse, desde um galpão bombardeado até mesmo uma “luta encarniçada”, acabava tendo grande destaque nas páginas dos periódicos, com títulos bastante carregados de exaltação. Não é, portanto, um efeito causado simplesmente por notícias que traziam, por exemplo, balanço dos primeiros meses de combate, mas através de uma construção, um acúmulo de efeitos originados desde as primeiras notícias a respeito das conquistas brasileiros até a veiculação dessas, mais carregadas de dados.

Em segundo lugar, as notícias ganhavam valor pelas fontes entrevistadas pelos correspondentes a respeito das “expressivas” quantidades de ataques da FEB ou FAB na Itália. Muitas vezes essas notícias traziam, além dos dados e de uma análise dos repórteres, as palavras de algum general aliado acerca do fato, seja ele do próprio corpo das forças armadas brasileiras ou de autoridades aliadas (americanos e ingleses, por exemplo), esses últimos dando ainda mais força aos dados, já que a versão de um comandante brasileiro poderia ser carregada de ufanismo por estar falando dos seus subordinados.

O jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma matéria feita pela agência Reuters, “Os pilotos da F.A.B. em luta contra os nazistas”, sobre as quase mil primeiras atividades da Força Aérea Brasileira em operação na Itália, desde que os aviadores chegaram à luta, em outubro de 1944.

DE UMA BASE DE CAÇAS BRASILEIROS NA ITÁLIA, 10 (R.) – Os pilotos do 1º grupo de caça brasileiro voam quase diariamente no norte da Itália em operações contra os alemães. Esses homens aumentaram suas atividades na região dos Apeninos e agora estão prestes a completar suas primeiras mil sortidas desde que iniciaram suas atividades, há mais de dois meses.

“As duas últimas semanas foram as de maior ação que tivemos até agora” – declarou-me o capitão Osvaldo Pamplona Pinto, chefe das operações (...).

Na parede, num quadro negro, havia um esquema de realizações da esquadrilha, mostrando que os jovens pilotos brasileiros haviam realizado 873 saídas para ataques, total que sobe diariamente (...).

Em virtude das poucas baixas sofridas pelos brasileiros, das boas condições atmosféricas e do crescente número de objetivos inimigos, os pilotos do Brasil realizaram maior número de vôos do que em qualquer época anterior e chegaram mesmo a ultrapassar o número de saídas de várias esquadrilhas americanas. (...) O espírito de colaboração dos pilotos brasileiros conquistou o maior respeito até mesmo dos veteranos pilotos de guerra aliados que sabem perfeitamente o que significa para uma só esquadrilha realizar sem falhas e dentro dos horários estabelecidos vôos diários de precisão durante um período prolongado.

As recentes operações dos pilotos brasileiros sobre o norte da Itália aumentaram de três e possivelmente de quadro o número de aviões alemães destruídos pela F.A.B. no solo durante as operações de metralhamento dos aeródromos germânicos (...). (11 jan. 1945, p. 6).

A reportagem mostra também alguns fatores que levaram a esse número expressivo de atuações no período. Em especial as duas primeiras são importantes para a reafirmação da eficiência dos pilotos da FAB: “em virtude das poucas baixas sofridas pelos brasileiros (...) e do crescente número de objetivos inimigos (...)”. São duas situações que se correspondem e direcionam o entendimento para as possíveis habilidades eficientes dos aviadores em guerra. Eles têm enfrentado várias situações de ataque e, mesmo com o perigo de perderem aparelhos e aviadores, conseguem mostrar habilidade suficiente para cumprir as operações sem que sofram muitas perdas. Da atuação eficiente provém o reconhecimento dos colegas de luta de outras nacionalidades, que sabem das dificuldades do conflito armado. Aqui mais uma vez surge a ideia de que os brasileiros não possuem dificuldades na guerra relacionadas ao fato de serem principiantes em combates. Superar o número de investidas de batalhões norte-americanos torna-se uma prova do bom desempenho, reforçada pelo reconhecimento dos colegas de guerra.

#### 7.2.4 Repercussão internacional da participação brasileira no conflito

Essa vertente de notícias engloba tanto o reconhecimento das forças por exércitos e povos de outras nações pelas vitórias que os brasileiros, quanto através da reprodução de textos de jornalistas de outros países que enaltecem conquistas dos soldados do Brasil no campo de batalha. O respaldo dos jornais para esses conteúdos veiculados é o de ter uma opinião semelhante à apresentada pelos jornalistas brasileiros sobre o tema, mas que não tenha relações maiores do que o fato de serem veículos de países aliados que estão falando do exército de pracinhas. Dessa forma, a possibilidade de um nacionalismo desmedido que desvirtuaria o discurso dos jornais do País ganha apoio com reportagens de jornais de outros países, que apresentam imagens bem positivas dos brasileiros, fazendo referência à força dos soldados, colocando o exército e os aviadores em igualdade com americanos e ingleses. Além disso, essas reportagens trazem boas avaliações das fontes entrevistadas, oficiais de outras forças aliadas, que não os oficiais brasileiros.

Em certos momentos mostra que os povos sul-americanos estão confiantes e empolgados com a entrada dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, trazendo assim o conflito não para o âmbito nacional, mas continental. A luta contra os nazistas, que para os jornais brasileiros é mostrada como uma situação que deve ser abraçada por todos os brasileiros, passa a ser uma necessidade dos povos sul-americanos, que entram na luta contra os alemães ao lado do Brasil. O sentimento criado assim pelos periódicos é de apoio de todos na América do Sul, que se sentem orgulhosos porque, pela primeira vez, um país do continente atravessou o Atlântico para lutar em uma guerra com tais proporções.

Em uma entrevista concedida ao jornal “O Estado de São Paulo”, o general do Exército Brasileiro, Gois Monteiro, exprime como foi a reação dos uruguaios com a efetiva entrada dos expedicionários do Brasil na batalha na Itália.

A imprensa uruguaia deu ampla divulgação a esse fato, tão eloquente, para definir a nossa participação na luta contra o fascismo como nobilitante para as armas do Brasil. E a opinião coletiva, na república vizinha e irmã, ao que eu pude observar, manifestou-se em grandes demonstrações de entusiasmo, quando as notícias circularam, distribuídas pelos jornais. Outra coisa, aliás, não se poderia esperar de uma nação que comunga nos mesmos ideais democráticos do nosso país, vivendo perfeitamente irmanada conosco. (7 nov. 1944, p. 16).

Mas a repercussão ganha outro tom quando é veiculada por jornalistas de outros países, em especial aqueles que lutam ao lado do País na Segunda Guerra Mundial. Não são mais as “nações irmãs” que estão falando sobre os expedicionários, e sim povos que até aquele momento não haviam tido contato com os brasileiros, pelo menos na questão militar e



também não estão na mesma situação dos uruguaiois ou qualquer país da América do Sul, que nunca viram uma nação vizinha entrar na guerra e assim depositam total confiança e esperança nos brasileiros. Por isso é comum observar as reações de surpresa, mas que ao mesmo tempo deixam o brasileiro em um patamar de luta igual ao das outras nações aliadas.

Em “O Jornal”, um despacho da agência *International News Service*, de Nova York, mostra um relato de um correspondente de guerra que esteve nos campos de batalha na Itália e conta suas impressões sobre a luta, a respeito dos soldados americanos e brasileiros. As afirmações ganham grande valor pela presença dele no local e, mais do que isso, pela experiência que teria o correspondente ao redor do mundo, mencionada no despacho: “o notável correspondente de guerra do *International News Service*, cujos trabalhos são demais conhecidos, de uma extremidade a outra do mundo (...)”.

“Sangue novo – prossegue – entrou na batalha daquele setor – as tropas brasileiras com as quais estive em contato. A coragem e a tenacidade com que lutam os brasileiros tem sido um estímulo para o levantamento moral dos demais combatentes. Bons e fortes lutadores reconhecem de cor a parte que lhes cabe e agem sob a orientação de excelentes comandantes. Desembarcados no setor onde se realiza a luta mais tenaz, eles se têm exibido admiravelmente e estão praticando um ‘esplêndido trabalho’. Tive o prazer de estar entre eles e posso dizer que perfazem excelente tropa.” (14 de dezembro de 1944, p. 1).

Percebem-se pontos importantes neste trecho em que o repórter fala de suas impressões a respeito das tropas brasileiras. Um deles é referente ao estímulo que os soldados e aviadores do Brasil causaram nas demais tropas aliadas ao chegarem, cheios de vontade de lutar, na Itália. Dessa forma, a entrada do país na guerra se mostra não só necessária, como também “veio a calhar”. O “sangue novo”, que integrou as tropas do 5º Exército Norte-Americano, deu outro ânimo àqueles que há quatro anos estavam em combate, já cansados, desgastados, o que abriu as possibilidades de vitória naquele terreno, de acordo com o correspondente, como a região de luta mais feroz em comparação aos outros locais em que o conflito se desenrolava. O texto, dessa forma, cria a imagem de que a entrada do Brasil no conflito mostrou-se duplamente uma necessidade, tanto para aumentar o poderio humano contra os nazistas nesse setor de difícil batalha quanto para reascender a vontade dos demais componentes do exército aliado, para chegar mais perto da vitória.

O ponto culminante do reconhecimento são as reportagens relativas às condecorações que os expedicionários e aviadores recebiam do exército norte-americano como prêmio pelo esforço, dedicação e conquistas. Os repórteres enfatizavam que os expedicionários e aviadores eram os primeiros sul-americanos a receberem essas premiações. Mais do que o reconhecimento nacional, com medalhas entregues pelos oficiais do Brasil, receber uma condecoração com prêmio pelo resultado da atuação em uma guerra com tais proporções é

motivo para a construção de um discurso que remete a um brilhantismo maior. O próprio fato já destoa do que normalmente se noticia a respeito do conflito e os jornais buscam tratar o tema como singular, com simbolismo especial, como se aquela situação fosse de importância para o reconhecimento internacional do poder de um exército e da qual a população deveria se orgulhar. O intuito é tratar o acontecimento como se poucos exércitos fossem dignos de receber tais prêmios, e os brasileiros, ao alcançarem tal façanha, estariam em níveis especiais de poder e influência militar.

A seguir, duas passagens de diferentes jornais (“O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano” com relação a condecorações que os pilotos da FAB receberam por atividades executadas na Itália. Uma delas apresenta o fato e a outra comenta o mesmo.

QUARTEL GENERAL ALIADO NA ITÁLIA, 31 (R.) – Foi anunciado que seis pilotos de caça-bombardeadores da Força Aérea Brasileira receberam as primeiras condecorações dos Estados Unidos, conferidas a pilotos sulamericanos, por atos de heroísmo, praticados nas operações aéreas, da frente italiana.

(...) O major-general Jonh K. Cannon, comandante da 18ª força aérea dos Estados Unidos colocou no peito de seis pilotos da Força Aérea Brasileira a Medalha de Aeronáutica, em uma base avançada de caças bombardeadores.

Os pilotos condecorados e citados em ordem do dia merecem as condecorações por motivo do brilho com que executaram ataques às comunicações ferroviárias alemãs, aos depósitos de suprimentos e a outros objetivos militares no norte da Itália, durante os meses de novembro e dezembro. (...).

ATAQUES DA F.A.B., ROMA, 31 (U.P.) – Pilotos brasileiros tripulando aparelhos “P-47” atacaram depósitos de munições nas proximidades de Bréscia, provocando grandes explosões. Outras formações brasileiras conseguiram impactos numa fábrica de petróleo sintético a sudoeste de Parma. (...). (REUTERS, 1 fev. 1945, p. 2).

#### O SOLDADO BRASILEIRO NA ITÁLIA

(...) Além dos aviadores brasileiros em serviço na Itália, já têm recebido elogios e condecorações os soldados da nossa Força Expedicionária. Várias ordens do dia do general Clark salientaram o destemor dos nossos patrícios, destemor tão grande que toca, às vezes, às raias da indisciplina. Além de apreender e compreender a gravidade e a delicadeza dos problemas estratégicos que lhes são distribuídos, executando-os com energia, decisão e entusiasmo.

(...) O Brasil tem motivos, não obstante, para estar satisfeito consigo mesmo, pelo papel que lhe coube na sucessão dos acontecimentos sangrentos.

(...) Quanto a atuação da F.E.B., conhecemo-la através da admiração com que aos seus componentes se referem frequentemente os generais brasileiros, os generais anglo-americanos e os correspondentes de guerra. O soldado brasileiro é um excelente exemplo de soldado: tem resistência física e energia moral. Ao norte da península italiana, enfrentando os nazistas que ainda infestam o vale do Pó, o nosso expedicionário luta com as armas automáticas e com o seu ideal. Não é um autônomo. Não tem a disciplina que caracteriza o soldado totalitário e que é sinônimo de irreflexão. A disciplina do soldado brasileiro é fruto da firmeza de sua convicção democrática. (...). (2 fev. 1945, p. 4).

Os dois textos expressam que a forma de construção de sentido de orgulho nacional pela condecoração não é um processo isolado, no qual apenas a notícia sobre a premiação causaria efeito. O último parágrafo da primeira notícia demonstra bem a situação, pois logo depois que o repórter passa a informação sobre as premiações, traz também uma notícia a

respeito de um ataque bem sucedido de pilotos da FAB na Itália. Isso dá a certeza de que as condecorações foram merecidas, não só porque os americanos a concederam, mas porque os brasileiros realmente vêm efetuando bom trabalho. Se assim não fosse, reportagens de dias antes ou até mesmo esse caso não teriam sido veiculadas nos veículos. A notícia sobre a premiação é como uma consequência de tantas outras que relatam atividades bem desempenhadas e o último parágrafo provoca a certeza da eficiência e do merecimento de tal prêmio.

Os jornais usaram frequentemente esse recurso de acúmulo de ideias sobre a guerra para transformar a participação do Brasil no conflito um ato de necessidade e de boas atuações. É o que fica claro no segundo trecho que faz grande exaltação aos soldados, a força de luta que eles apresentam, tudo com base no que, e ele chama atenção a isso, os brasileiros ficam sabendo a respeito de seus representantes em guerra, pelo reconhecimento que as forças aliadas e os comandantes do exército nacional fazem sobre os expedicionários e aviadores. Para tanto, conquistas como essa premiação, para os periódicos, só vêm a coroar a atuação dos pracinhas, como se fosse a peça que ainda faltava para confirmar que nossos pracinhas são o orgulho da nação. De fato, todo reconhecimento é algo a se dizer, pelos veículos, apenas a confirmação dessa dita “brilhante” campanha.

#### 7.2.5 Rotina dos expedicionários nos campos de batalha.

Em certas notícias, os repórteres utilizavam de visitas feitas aos batalhões brasileiros para descrever como estava a situação da luta dos pracinhas contra os nazistas e como era a rotina de vida deles naqueles locais. Para tanto, os jornalistas utilizavam de descrição minuciosa de atitudes, personalidades, características físicas de cada entrevistado, condições climáticas dos locais que eles visitavam e detalhes sobre o relevo dos campos de luta. Analisavam com cuidado as posições dos expedicionários e aviadores frente ao avanço ou recuo dos alemães.

Esta era uma forma de escrever um diário de guerra dos correspondentes. Conversando com os soldados brasileiros sobre o conflito, mostravam a visão a respeito disso a partir de quem está na campanha. Nesse âmbito, os repórteres faziam grande referência à rápida adaptação dos expedicionários, característica que muitas vezes impressionava tanto a esses profissionais quanto aos generais aliados, mas que, para os oficiais brasileiros e para os próprios pracinhas, transparecia como algo natural. Além disso, na narrativa do clima da

região, era sempre enfatizando o frio que fazia e a neve que muitas vezes impedia o avanço ou simples atuação.

Partindo dessa construção de discurso, os jornais narravam um soldado ou até um corpo de exército bem flexível às adversidades da guerra, sempre se adaptando bem às mudanças, dificuldades, sejam elas quais forem. Dessa forma, os jornais conseguiam passar uma imagem de que os brasileiros tinham soldados, apesar da aparente inexperiência, bem preparados para o conflito mundial ou até que para eles não havia problemas que os impedissem de desempenhar bons ataques e atividades contra os inimigos. Os combatentes de um país tropical podiam até sofrer com o frio, mas isso não os impedia de lutar e se assim ocorresse (por conta das nevascas, do céu carregado de nuvens que dificultava atividades, em especial da FAB) eram esses os impedimentos de qualquer tipo de êxito e não o inimigo alemão. O nazista era colocado em segundo plano, pois na menor das oportunidades de ataque (como foi o caso de Monte Castello) os expedicionários e aviadores não desperdiçariam a chance de vencer os adversários.

Um caso que mostra essa tendência é feito bastante pelas agências internacionais, que mandavam repórteres aos campos de batalha em que os brasileiros atuavam para acompanhar como estava o andamento da luta dos brasileiros e como era a rotina deles.

Q. G. ALIADO NA ITÁLIA, 22 (R.) – Estou de volta a este quartel general, após inesquecível permanência de seis semanas entre os brasileiros que lutam na Itália, com os quais fiz e consolidei excelentes amizades. Nesta reportagem, resumo as impressões gerais que pude recolher do setor brasileiro:

1 – Embora os soldados brasileiros não tenham participado de encontros de grande envergadura, empenharam-se nas últimas 4 semanas em três ataques locais de difícil execução. Desenvolveram-se na arte bélica e envolveram-se, razoavelmente bem, em combates pesados, sofrendo naturalmente algumas perdas, mas seu moral é ótimo. (...).

3 – (...) O ponto mais fraco por mim observado foi a disciplina ainda deficiente nas estradas, entre alguns motoristas brasileiros, mas, no conjunto, isso, geralmente, não tem importância, nem provoca consequências.

4 – Alimentadas magnificamente e bem agasalhadas as tropas brasileiras resistem satisfatoriamente ao frio e ao tempo úmido. (...).

Mesmo depois da terceira tentativa sem êxito, para tomar essa altura, os soldados aos quais eu falei não estavam, em absoluto, desanimados e mostravam-se muito esperançosos sobre as futuras operações. (...).

Tanto quanto me foi dado observar, os soldados brasileiros dão-se bem com a população civil italiana. Poucos casos de queixa tem havido. (...) Nunca durante toda a minha estada no setor brasileiro, presenciei qualquer incidente entre brasileiros e italianos. (...).

Nas diversas visitas que fiz aos esquadrões de caça brasileiros, tive a impressão de ver diante de mim uma família feliz formada por brasileiros e americanos sem que jamais houvesse qualquer atrito. Todos aqueles jovens encontram-se em excelente espírito e executam magnífico trabalho. (...). (REUTERS, 23 dez. 1944, p. 2).

No texto são ressaltados os esforços de guerra dos combatentes brasileiros, além de sua boa interação com tropas aliadas e com o povo italiano, como também referências ao frio

e às derrotas que apareciam no decorrer do combate. Porém, fica explícita a forma como o discurso mostra a adaptação do soldado a todas as intempéries de uma luta armada, sem abaixar a cabeça para as derrotas ou outras dificuldades e sempre cordiais e bem relacionados com pessoas que não eram de sua nacionalidade. A construção do texto, mais uma vez, remete a eficiência (o “magnífico trabalho”) e espírito de combate do brasileiro a essa boa conduta no campo de batalha e à facilidade de adequação.

Os repórteres brasileiros geralmente, por pertencerem ao mesmo país dos soldados de quem e com quem falavam, descreviam a rotina com mais detalhes, dando ênfase não só ao cotidiano, mas aos detalhes do batalhão, posições no conflito em comparação com os alemães. Obviamente a exaltação aos brasileiros é maior, como neste caso, publicado em “O Jornal”.

COM O QUINTO EXÉRCITO NORTE AMERICANO NA ITÁLIA – Uma vasta extensão completamente branca, muito mais vasta do que seria normal para a proporção das tropas brasileiras disponíveis, muito mais branca do que qualquer dos nossos soldados jamais sonhou pisar, eis o setor coberto pela FEB à frente do Quinto Exército. (...).

Em certos pontos avançados o termômetro já tem descido a dezesseis abaixo de zero. E as patrulhas se deslocam com neve pelo peito. (...) No restante da frente não se pode andar materialmente cem metros sem ser acompanhado pelo inimigo, acompanhado pelos seus óculos de alcance quando ele decide fazer economia de munição. Na maioria dos casos, acompanhado pelo fogo de seus morteiros. (...) Há certos postos de comando de batalhão aos quais não pode chegar sem arriscar algumas rajadas de metralhadora pelo caminho. Em alguns trechos, a distância entre as linhas é de um quilômetro, ou ainda maior. Em outros mudam pelos quinhentos metros. Nestes não há patrulhas. Nem são necessárias de qualquer dos lados, quem levantar a cabeça recebe fogo de fuzil.

(...) As provas feitas acreditaram as tropas brasileiras à confiança do comando, e foi-nos destinado este setor atual, incomparavelmente mais importante. Mais importante, que dizer, mais duro, mais difícil em todos os sentidos a missão que lhe foi confiada era uma missão defensiva e esta missão defensiva veio posteriormente se ajustar por uma missão ofensiva, grave inconveniente tático que deu como resultado dois ataques e um sério perigo para a estabilidade geral da linha, pelo acréscimo desproporcionado de responsabilidades esta fase prestou. Mas, de um modo geral, a defensiva brasileira foi definida como uma defensiva agressiva. Além disto, cabe à FEB cobrir o flanco aliado natural de Bolonha, que um dia ou outro terá que ser atacada (...). (LEITE, 4 fev. 1945, p. 2 e 8).

Percebe-se como é detalhada a narração que o repórter faz do ambiente, ao envolver desde o clima rigoroso da região, passando pela proximidade das linhas de frente até chegar à atmosfera de hostilidade que reina entre as tropas aliadas e nazistas. Com as afirmações a respeito da linha da atuação dos expedicionários, que antes eram de defensiva (a qual, mesmo assim, é qualificada como agressiva) para depois ficar responsável pela linha de frente, num local de grandes tensões, o repórter quer demonstrar como os brasileiros estão presentes num ambiente de guerra hostil e que sua luta nas linhas de batalha ganhou tal reconhecimento, posteriormente às suas boas atuações, que assim o exército do Brasil foi agraciado com o direito de guerrear ofensivamente. Mostra-se, assim, que os pracinhas no combate foram

conquistando respeito e mostravam que eram capazes de atuar da mesma forma que os outros corpos de batalha dos aliados.

Junto à conquista de confiança para executar as tarefas em um ambiente hostil, cruza-se o efeito de demonstrar o campo de batalha como um local de constante perigo, fato que causa a impressão de um iminente combate entre brasileiros e alemães, como seria o caso alguns dias depois com o ataque brasileiro ao Monte Castello.

### 7.3 Conclusão: discursos semelhantes entre os periódicos

Todos os textos, independente da produção ser de jornalistas brasileiros ou de correspondentes internacionais, possuem manchetes carregadas de sentido, com expressões que enaltecem as conquistas nacionais ou remetem à bravura de soldados e oficiais que morreram em campos de batalha. O conteúdo podia até trazer poucos elementos relativos ao Brasil – alguns deles possuíam mais notas falando de atividades em outros pontos da Itália do que sobre os expedicionários – e deixava para o título a função de chamar atenção para os “grandes feitos” dos brasileiros na Itália.

Os textos não citam grandes derrotas e as perdas humanas são relatadas em notas que falam dos soldados que morreram, com destaque para o heroísmo dos combatentes de guerra. Essa articulação cria um sentido de bravura dos expedicionários, como os próprios textos dizem, que fica em evidência, favorecendo a figura dos soldados, suas atitudes, conquistas, sua importância, mesmo depois de mortos. O excesso de adjetivos aos expedicionários favorece ainda mais a criação de uma imagem heróica.

O discurso formado causa uma impressão de que os brasileiros mantêm-se fortes no *front* e que, ampliando as posições, diminuem as forças nazistas e mostram uma versão de que a eficiência dos brasileiros fosse de fato verdadeira. Ao dizer, por exemplo, que os expedicionários conquistaram posições importantes, o texto torna também importante a atuação do Brasil na guerra. Nessas reportagens, a utilização de conteúdos, ao que parece, na íntegra, de radiogramas, cartas, ofícios e telegramas, são importantes para deixar o fato, aos olhos do leitor, verídico, porque o peso de quem fala dá mais valor a notícia.

Deve-se ressaltar a forma como os jornais tratam as fontes e quais são as que eles utilizam. O discurso dos jornais torna-se ainda mais unívoco, pois sempre buscavam entrevistar desde expedicionários e aviadores, passando pelos oficiais das forças armadas brasileiras, até chegar aos generais do exército americano, que comandavam o corpo de batalha brasileiro. Dessa forma, as afirmações dos repórteres, que estavam junto aos soldados

tornavam-se pertinentes, pois tinham pessoas confiáveis das quais falariam sobre os pracinhas para que fosse formada a imagem de heroísmo do soldado e, de forma mais profunda, do povo do País.

Outro ponto a ser lembrado é que o discurso de formação do herói de guerra não ocorre em casos isolados, mas de forma acumulativa pelos periódicos. Dia após dia, as notícias das atividades brasileiras nos campos de batalha têm espaço cativo nas páginas dos jornais, em alguns com maior ênfase, outros nem tanto, mas sempre em busca de dar o devido valor (de nobreza) ao acontecimento. É exatamente a valorização do acontecimento, com a consequente sucessão de fatos um dia depois do outro, que constrói a eficiência, boa conduta e necessidade da presença brasileira no conflito mundial.

Mas a questão que deve ser esclarecida é por que esses veículos utilizavam métodos, algumas vezes particulares, outras bem semelhantes, para falar dos pracinhas. A resposta parece clara e possui duas partes: na primeira, faz-se referência ao nacionalismo criado pelos veículos em consequência da entrada do país na guerra, sem envolver as questões políticas. O país, em seu passado, não enfrentou conflitos em âmbito mundial ou que envolvessem batalhas com outras nações (a exceção foi a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX). Nunca o Brasil havia sido chamado a integrar o corpo de batalha de exércitos que lutariam contra um inimigo considerado mundial. Os nazistas vieram ao litoral do Brasil e atacaram os submarinos da marinha nacional. Mas esta foi uma das atitudes que envolviam ataques em todo o mundo de algoz que ameaçava a democracia e a paz do planeta.

Dessa forma, era motivo de orgulho da população ter os soldados brasileiros, pela primeira vez, em defesa de uma causa maior do que uma disputa interna, ou de uma guerra dentro do continente sul-americano. O Brasil fazia parte de um corpo que lutava pelo restabelecimento da paz e reconstrução da democracia em todo o mundo (por mais paradoxo que possa ser um país com regime totalitário combater aqueles que tinham o mesmo perfil de governo e ao lado de outros que levantavam a bandeira da democracia). Os jornais criam, a partir de situações de heroísmo, por menores que fossem, desde os primeiros vôos dos aviadores até a tomada de Monte Castello, algo que ORLANDI (2008) chama de Discurso Fundador. Se em outros momentos do passado do país o brasileiro teve a oportunidade de criar discursos fundadores de, por exemplo, libertação das amarras de Portugal, o caso da Inconfidência Mineira (no qual foi também criado um herói nacional – Tiradentes), na década de 1940 havia a oportunidade do Brasil ter seus primeiros heróis de guerra. E esta era a aclamação feita pelos periódicos.

A segunda parte da resposta envolve a questão política. Mesmo que pareça que essa não seja tão recorrente nos veículos analisados, deve-se levar em conta o fato de o país passar por um período ditatorial que influenciava na construção da notícia, pelos vários aspectos que envolvem o tema, como a repressão por parte do governo, o interesse dos jornais na obtenção de conseguir vantagens e a necessidade destes de manter vivas suas redações (o que determinava a adaptação do discurso jornalístico à nova realidade), sem sofrer maiores interferências do governo Vargas. Este, aliás, foi o caso do jornal “O Estado de São Paulo”, que foi encampado pelo poder nacional no começo da década de 1940 e foi um dos veículos que apresentou discurso mais ufanista (mesmo sem possuir correspondentes de guerra, utilizava dos textos mais completos, os chamados neste trabalho de diários de guerra dos repórteres internacionais, e também de artifícios de construção de títulos que enalteciam claramente até pequenas atuações dos brasileiros, mesmo que não houvessem grandes informações sobre o fato, fazendo saltar aos olhos pequenos feitos dos soldados por um simples título).

Nem só um veículo tomado pelo Estado Novo estava sujeito a esses discursos. Em “O Jornal”, além dos detalhes e da cobertura da guerra serem mais fortes e completos, os repórteres criavam textos sempre referentes à pátria, como foi o caso de uma reportagem feita sobre o Dia da Bandeira em um dos campos de batalha, em novembro de 1944. O texto traz várias referências ao sentimento patriótico dos pracinhas, que tinham a possibilidade de ver tremular nos campos de batalha, em um céu que não era o brasileiro, a bandeira do país, e envolve nessa atitude uma conquista deles em solo italiano. A notícia, que também transcreve uma ordem do dia de um comandante, não traz grandes informações, mas é simbólica porque expressa a união, a determinação e o patriotismo dos expedicionários na luta contra os alemães, e demonstra o quanto esses heróis honravam a presença brasileira numa batalha marcante para a história do País.

Pela primeira vez os nossos bravos aviadores viam a Bandeira da Pátria tremular, sacudida por outros ventos e sob o céu europeu.

“(...) Na história dos povos, coube-nos assim a honra de sermos a primeira Força Aérea Sul-Americana que cruzou oceanos e veio alçar suas asas sobre os campos de batalha europeus.” (...). (22 nov.1944, p. 8).

Um dos recursos utilizados pelos veículos impressos era o de colocar um título referente ao Brasil na guerra acompanhado de uma nota pequena que se referia a esse título. Nas notas posteriores, as notícias nem sempre eram relacionadas ao país no conflito, mas sim eram mostradas em uma espécie de coletânea de assuntos relativos aos combates na frente de batalha italiana. Como a maioria das notícias vinha de agências internacionais, o conteúdo do



discurso não era tão carregado de adjetivos que exaltassem as conquistas dos expedicionários. Na maioria das vezes, matérias feitas pelos periódicos ou por jornalistas da Agência Nacional é que traziam discursos que enaltecem a participação do exército no conflito.

Dessa forma, a partir da análise, pode-se resumir que a imagem fabricada pelos jornais sobre os soldados brasileiros e a respeito da participação do país nas batalhas é de necessidade de entrada dos expedicionários no conflito, pela competência, que eles não faziam papel meramente figurativo e, acima de tudo, eram eles heróis nacionais, pois foram honrar a pátria contra aqueles que vieram atacá-la.

## 8. Análise dos livros de história

### 8.1 Apresentação dos livros

Foram escolhidos os livros “Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial” (FERRAZ, 2005, 78p.) e “1944: o Brasil na Guerra” (SILVA, 1974, 391p.) para confrontar com o discurso dos jornais analisados, por tratarem especificamente da participação do País no conflito mundial e por pertencerem a épocas distintas, uma mais próxima da realização da Segunda Guerra Mundial e outra mais recente, levando-se em conta, dessa forma, os argumentos de CERTEAU (1975, p. 66) a respeito dos três fatores que determinam o discurso historiográfico: o lugar social, os procedimentos de análise e os métodos de construção do texto. Entende-se que os diferentes períodos em que as obras foram produzidas e publicadas possuem procedimentos de análise particulares e que foram feitas em lugares sociais distintos.

Na obra escrita por Hélio SILVA no ano de 1974, como parte da coleção de livros “O Ciclo de Vargas”, a respeito da passagem do ex-presidente pelo governo federal, entre outros assuntos, o autor utiliza como fontes principais os relatos de diversos generais e ex-comandantes que participaram dos combates enfrentados pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Os depoimentos podiam estar registrados em livros de memórias escritos por essas fontes ou mesmo simples anotações de guerra feitas nos campos de batalha. Outros documentos utilizados são os arquivos oficiais do governo do Estado Novo, além de documentos oficiais do exército. Também são utilizados livros feitos anteriormente a respeito da participação brasileira no conflito, porém em menor número.

A obra de Francisco César FERRAZ mostra o panorama vivido pelo país desde o início da guerra, com a invasão da Polônia pelos nazistas, até chegar às consequências da participação do país no conflito mundial. Suas fontes são obras historiográficas produzidas em vários momentos anteriores ao ano de 2005, desde o fim da guerra, passando por décadas posteriores. Ao contrário de SILVA, não utiliza relatos diretos de pessoas que participaram do conflito, biografias, anotações feitas pelos militares no momento do combate ou mesmo documentos oficiais do governo Vargas. Para efeito de análise, o objeto de estudo não vai se limitar apenas à época em que as forças brasileiras tentaram conquistar Monte Castelo. A análise será estendida desde a preparação para o envio de forças expedicionárias até o fim do conflito na Itália, isso porque, no livro, o autor aborda temas, nesse trecho, que são relevantes para a comparação com a construção do herói brasileiro pelos jornais, situações que falam do

envolvimento emocional da nação com o conflito e, logicamente, da própria participação da FEB e FAB na campanha.

#### 8.1.1 Análise do livro 1944: O Brasil na guerra

SILVA, em sua carreira antes de ser historiador, foi jornalista, trabalhou em diversos jornais do país, mesmo antes do golpe de 1930, como o “Jornal do Brasil”, “Folha da Noite” e “Correio Paulistano” (um dos analisados até agora). Seu trabalho como jornalista continuou ativo também na época do Estado Novo<sup>3</sup>. Portanto, o autor conhecia bem como era o discurso jornalístico durante o regime totalitário de Getúlio Vargas e sabia das limitações que o meio passava e quais eram as formas de criação de sentido na época da Segunda Guerra Mundial.

A obra “1944: o Brasil na guerra” foi escrita em 1974, em pleno regime militar. Os governos tinham características semelhantes de censura, tanto na imprensa quanto na cultura e educação, se compararmos com Estado Novo (afinal, eram duas ditaduras com objetivos, em diferentes momentos históricos, de enaltecer a imagem do país)<sup>4</sup>. Esse ambiente seria propício para a construção de discursos que fossem favoráveis à imagem do Brasil, até mesmo de sua história (e, conseqüentemente, da época da Segunda Guerra Mundial).

Outro fator que pesa para a construção da obra do autor são as fontes que ele utiliza em seu discurso sobre o tema. A maioria delas é de cartas, documentos oficiais, anotações feitas por brasileiros durante o combate e arquivos pessoais daqueles que estiveram envolvidos diretamente nas lutas, além de relatos biográficos presentes em livros. Esse é um recurso que JENKINS (2010, p. 81), no que se refere aos autores que preferem utilizar essas evidências como provas do que aconteceu, ao usarem essas fontes, que podem ser considerados como primárias, essenciais, por supostamente dizerem a verdade do que aconteceu.

(...) tais provas imaculadas sempre se organizam em explicações latentes, de modo que, quando se encontra e se reúne um número suficiente de provas, aquelas explicações ‘corroboradas’ evidenciam-se por si mesmas, não importando as

<sup>3</sup> LP&M EDITORES. Hélio Silva: Vida e Obra. Disponível em: <[http://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layo\\_ut\\_autor.asp&AutorID=508160](http://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layo_ut_autor.asp&AutorID=508160)>. Acesso em 29 de outubro de 2010.

<sup>4</sup> FAUSTO (2009, p. 268) fala da intenção dos militares em construir o imaginário da população, em especial ao utilizar meios de comunicação, em especial a TV Globo, como estimuladores da face positiva do País e do governo militar. “A promoção do ‘Brasil grande potência’ produziu resultados no imaginário da população. Foi a época em que muitos brasileiros idosos, da classe média, lamentaram não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equiparia ao Japão”.

predileções do humilde historiador, que aí, como profissional, ‘curva-se ante o peso delas’.

Ao considerar esse panorama e o conhecimento que o autor tinha a respeito da imprensa da época do Estado Novo, além do fato de ele ter contato com fontes documentais de arquivos de Getúlio Vargas para escrever seu discurso, a imprensa torna-se uma fonte secundária para sua obra. Já que ele possuía essas evidências do passado e pela influência do ambiente militar, a ideia seria de se aprofundar nelas, pois são as provas originais do que aconteceu, levando em conta que os veículos impressos são reprodutores dessas fontes, as mesmas que o historiador possui. Esses fatores levam o autor a desconsiderar os textos jornalísticos como evidências principais do passado.

Desta forma, SILVA mostra o retrato detalhado do envolvimento do Brasil no conflito mundial, desde as causas até mesmo às consequências e utiliza as minúcias dos documentos para fundamentar seu relato fiel. O autor promove uma acumulação de sentidos com o seu discurso, o que é determinante para compreender a imagem final de como é construída sua imagem a respeito dos expedicionários. Quanto ao discurso em si, por várias vezes afirma o empenho das forças armadas brasileiras, em especial do alto comando do Exército, em organizar uma eficiente preparação para os expedicionários que iriam combater na guerra. Segundo SILVA, os comandantes tinham a preocupação em tornar impecável a campanha dos pracinhas. Para tanto, utilizavam desde visitas constantes ao ambiente de guerra italiano, com observações para saber o que o exército do país precisava para o combate, até a organização do treinamento ainda em solo nacional. Dessa forma, o autor tenta mostrar o interesse de se fazer um bom e eficiente trabalho.

Mesmo assim ele não deixa de evidenciar alguns atos falhos do comando de organização das forças expedicionárias, bem como da frequente inquietação a respeito da futura atividade dos combatentes nas batalhas, no que se refere ao preparo.

A seleção dos nossos pracinhas não atendeu a normas comumente usadas em outros países. Era, na realidade, a primeira vez que participaríamos de uma luta além das nossas fronteiras. Não foram feitos rigorosos exames médicos nem físicos. Os oficiais e praças foram submetidos a provas rotineiras. Os exames psicológicos foram os mais falhos, pois deixaram passar centenas de homens que não estavam em condições de suportar as responsabilidades da luta. Apesar de todos os esforços, não teve como eliminar os analfabetos das fileiras da FEB. A seleção do pessoal também sofreu dificuldades por causa do exagerado número de transferências de oficiais de um Regimento para outro, naqueles últimos meses de 43. (...).

A instrução abrangia: instrução comum; instrução específica para cada Arma ou Serviço; formação de cabos e sargentos; formação de especialistas; aperfeiçoamento de instruções dos graduados; instrução da tropa. Cada um desses tipos de instrução compreendia vários detalhes quanto à utilização do material bélico e aos exercícios de sua aplicação. O Centro de Instrução Especializada proporcionava um número variado de cursos. “Apesar de todos os esforços, muitas unidades partiram e combateram sem alguns de seus especialistas, no lugar dos quais foram colocados

simples curiosos ou práticos”. Os instrutores seriam elementos dos próprios grupamentos e mais os que tivessem feito estágio nos Estados Unidos, oficiais e graduados estrangeiros designados para o Centro de Instrução Militar e os técnicos brasileiros ou estrangeiros que fossem contratados. (SILVA, 1974, p. 224 e 226).

As falhas cometidas no momento da escolha dos expedicionários não são deixadas de lado, com evidências feitas a forma leve dos testes e ao fato de muitos soldados escolhidos não estarem em condições de participação em um conflito armado. Entretanto, esses equívocos são esclarecidos por serem consequência da falta de prática do país, que não havia se envolvido em guerras de grandes proporções, ainda mais fora das fronteiras brasileiras. SILVA tenta mostrar (e isso é corriqueiro em sua obra) que a maiorias das falhas que o país cometeu são resultado de pouca prática e inexperiência na arte da guerra, mas nunca pela falta de esforço e vontade de fazer um bom trabalho.

O autor expressa detalhadamente como era organizado o sistema de treinamento pelos quais as autoridades brasileiras determinaram imprescindível os soldados da FEB deveriam participar para assim estarem preparados para a guerra. Com um sistema de vários cursos, como se fossem etapas, além da instrução de profissionais bem qualificados para essas funções, o autor transforma toda a preparação em um processo bem concentrado e eficiente, que buscou, da melhor forma possível, lapidar os soldados. O fato de que profissionais estrangeiros, que certamente tinham mais experiência em guerra, estavam no comando do treinamento ajuda a aumentar a importância e eficiência do trabalho, em especial porque alguns eram dos Estados Unidos, o país aliado que estavam no comando do enfrentamento contra a Alemanha. Mesmo com a falha expressa no segundo parágrafo da citação, o esforço não é desmerecido, pois foram apenas “alguns” especialistas que ficaram de fora de unidades, o que dá a entender que isso seria facilmente suprimido.

Mesmo com toda essa confiança depositada, SILVA demonstra, através de relatos em cartas, telegramas ou documentos oficiais, a inquietação dos oficiais brasileiros quanto ao envio dos soldados para a guerra, tendo em vista o despreparo das tropas do país. Uma dessas evidências utilizadas é de oficiais que ficaram na Itália, antes do envio das tropas, para transmitir informações sobre o conflito.

O desenvolvimento das ações do II C.Ex., em Cassino, e as observações diretas junto aos diferentes escalões em combate, levando ainda em conta as condições meteorológicas, causam-me certa apreensão relativamente aos meus compatriotas que estão preparando no Brasil. De um lado, a natureza acidentada do terreno, a neve, as chuvas continuadas e o intenso frio e, de outro, um inimigo tenaz e muito experimentado. Tudo isso, ainda aliado a enorme distância que nos separa da Pátria

e consequente isolamento no seio de povos e exércitos estrangeiros.<sup>5</sup> (SILVA, 1974, p. 230).

Em outro relato, o próprio general Mascarenhas de Moraes, em carta ao então presidente Getúlio Vargas, mostra inquietação com a chegada do momento de envio das tropas ao combate.

Faltaríamos à verdade e ofenderíamos mesmo a nossa consciência se antes de partirmos, no cumprimento da honrosa missão que nos foi confiada no exterior, deixássemos de externar ao nosso preclaro Presidente a preocupação que nos anuvia o espírito com relação ao aparelhamento e representação da 1ª DIE nos países de ultramar.

Os óbices e dificuldades que na organização dessa Grande Unidade encontramos em território nacional, próximo dos poderes públicos e perto das fontes provedoras, vantagem aliás neutralizada em grande parte pelo ambiente de incompreensão em que agíamos, levam-nos a admitir ou recear dificuldades maiores, quando estivermos apenas ligados ao Brasil pelo espírito e pelo coração.<sup>6</sup> (SILVA, 1974, p. 234 e 235).

Nesses documentos, o autor mostra como os oficiais tinham certa desconfiança a respeito do desempenho do País na guerra, por causa das dificuldades pelas quais já haviam passado no processo de preparação e também com o respaldo de mensagens dos oficiais enviados à Europa para o acompanhamento do conflito. O autor não faz referência ou análise, na obra, a respeito dessas preocupações, apenas citando-as. Pela construção dos trechos, as incertezas dos oficiais podem ter outra causa, ligada a falta de preparo e aos problemas enfrentados: o país estava, pela primeira vez, enfrentando inimigos muito experientes, em uma guerra de dimensões nunca antes acompanhada, o que evidenciaria essa incerteza dos comandantes. Afinal, isso é o resultado de uma nação que pouco desenvolvimento tinha no militarismo, sem grandes recursos sequer para se defender em solo nacional. Um detalhe importante, entretanto, são as informações passadas pelos oficiais que estavam na batalha para enviar suas impressões e assim, tentar fazer um preparo adequado aos soldados. O simples fato de serem impressões já demonstra que as preocupações seriam grandes, pois nenhum deles, até então, havia acompanhado combate de tal dimensão.

SILVA também se refere ao local em que os soldados da FEB atuaram. Inicialmente não havia campo de batalha definido para os brasileiros, mas estava, de certa forma, acertado que os expedicionários fariam treinamento no norte da África e depois seriam destinados para algum outro local. Porém, a imprevisibilidade da guerra, que desfalcou as forças aliadas no

<sup>5</sup> ALMEIDA DE MORAES, Antônio Henrique. No Teatro do Mediterrâneo. Vol. 185. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada. in SILVA, Hélio. 1944: O Brasil na Guerra. Colaboração: Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.

<sup>6</sup> Arquivo de Getúlio Vargas. Vol. 44, doc. 22. Julho de 1944. in SILVA, Hélio. 1944: O Brasil na Guerra. Colaboração: Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.

Mediterrâneo e provocou o reagrupamento de tropas em diferentes posições, levou os pracinhas a participarem do conflito na Itália, local, segundo o autor, designado pelo próprio presidente dos Estados Unidos e também um dos mais difíceis para atuar na Segunda Guerra Mundial, pelas condições de terreno e pelo clima frio.

Segundo Adolfo Berle Junior, membro preeminente do Departamento de Estado e conselheiro de Roosevelt, durante o período da Guerra, partira do próprio Presidente norte-americano a ordem para a FEB prosseguir diretamente para Nápoles. (...). (...) o 5º Exército achava-se desfalcado de sete Divisões. Eram três norte-americanas e quatro do Corpo Expedicionário Francês. Essas forças haviam sido desviadas para a invasão do sul da França – a 15 de agosto – e incorporadas ao 7º Exército. Por sua vez, o 8º Exército britânico (...) foi também desfalcado em duas Divisões que tiveram de seguir para a Grécia. (SILVA, 1974, p. 236 e 247).

A respeito do aspecto geográfico do local e das posições ocupadas pelos alemães na península, o autor descreve:

O inimigo situado no alto da cadeia dos Apeninos facilmente divisava a tropa brasileira. Os alemães estavam instalados em vários montes (...) que formavam um arco de posições elevadas. Era a linha defensiva que os generais de Hitler haviam escolhido para passar o duro período de inverno. A posição brasileira, estendendo-se numa frente de 15 quilômetros, era tão exposta ao inimigo que o comando americano ordenou que se instalasse, ali, uma cortina de fumaça permanente. (SILVA, 1974, p. 249).

Com esse discurso, o historiador tenta demonstrar que nas forças expedicionárias (que saíram do país desacreditadas, tendo em vista a desconfiança em relação ao conflito, por causa do preparo que os brasileiros não tinham para uma guerra de tais proporções), foi depositada a confiança do próprio presidente dos Estados Unidos, uma das maiores autoridades em questão naquela época, para atuarem nessa região de difícil campanha. Isso pode causar a impressão de que a atitude do comando de guerra foi tomada em virtude da escassez de tropas e por causa do reagrupamento de forças do exército aliado, o que fez as autoridades serem forçadas a tomar essa atitude. Porém, o autor constrói em seu texto a ideia de que se não houvesse a confiança nas tropas brasileiras, os comandantes não destinariam uma região tão difícil para a atuação de um agrupamento iniciante. Até mesmo porque, como SILVA deixa claro em outras partes do livro, os soldados do País passaram por treinamentos acompanhados de perto por oficiais americanos. Uma dessas situações foi em “um exercício de combate de 36h, atentamente observado por 270 oficiais americanos. (...) Quando concluída, aquele primeiro Grupo da FEB foi dado como apto a entrar em combate” (1974, p. 248). O fato de os americanos, responsáveis por tropas bem preparadas, e que já tinham conquistado vitórias contra os alemães, aprovarem o desempenho dos brasileiros na tarefa, implica no sentido de que realmente havia certeza de que expedicionários tomariam boas atitudes para vencerem os alemães em uma região complicada para o combate. A confiança e

o aval dos generais dos Estados Unidos seria o aval que faltava aos pracinhas para serem se sentirem capazes de enfrentar os inimigos germânicos.

A respeito da efetiva atuação dos brasileiros no combate aos alemães na Itália, o que o autor mostra é um montante de justificativas para dizer quais os motivos levaram o país a cometer esse ou aquele erro, não conseguir conquistar de prontidão os postos que lhes eram designados de tomar dos inimigos. O principal exemplo disso são os ataques a Monte Castello, com os quatro primeiros realizados entre novembro e dezembro de 1944 e o definitivo e vitorioso em fevereiro de 1945.

O ataque do dia 24 começou às 4,30h da manhã. Cabia a responsabilidade de comando aos americanos, o que era desconhecido pelos nossos oficiais subalternos. Às 13h. já não era possível prosseguir, pois os alemães dominavam a situação. Houve uma falha por parte do II/370°-RI americano, que abandonou sua missão, deixando o nosso III/6° RI a descoberto, o que poderia ter sido um desastre total para os brasileiros. (...).

Às 8 horas do dia 29 foi iniciada a luta (...). Às 12h. o I/1° RI, com 157 baixas, recuou para o ponto de partida. O III/11° RI sofrera 28 baixas. Aguardou até a noite para recuar. Mais uma vez os carros de combate norte-americanos deixaram de cooperar com a tropa brasileira. (...).

No dia 12 de dezembro ocorreu a quarta investida contra o Monte Castelo. Era preciso repetir a mesma tática para manter o inimigo naquela área. O mau tempo, a chuva, a lama e o frio intenso continuavam a colaborar contra os pracinhas. (SILVA, 1974, p. 249 e 250).

Para demonstrar que os brasileiros não eram responsáveis pelos erros que resultaram nas quatro derrotas de Monte Castello, o autor afirma que as falhas foram motivadas pela falta de apoio dos norte-americanos ou então eram esses os praticantes dos erros. Com esse artifício, SILVA transforma a participação brasileira na guerra como dependente do apoio aliado, pois (e isso deve ficar claro: num processo de acumulação de sentidos e informações passadas anteriormente na obra) os expedicionários participavam de uma grande disputa mundial, fora de seu país, pela primeira vez. Eram principiantes que precisavam de cobertura e maior apoio e foi por essa estrutura que faltou aos brasileiros na batalha que eles não conseguiram vencer nas quatro primeiras investidas ao local. Ocorre, dessa forma, um processo de isenção de culpa transmitido pelo autor. E se não eram as tropas dos Estados Unidos as responsáveis, outros fatores eram culpados (como o tempo frio), mas nunca os brasileiros estiveram errados em suas táticas. Mesmo sem exaltar a tomada de Monte Castello, ocorrida em 21 de fevereiro de 1945, apenas citando o ocorrido, tirar a culpa dos erros já é uma forma de o autor demonstrar que os expedicionários possuíam eficiência e, nas suas limitações, faziam o que era correto.

Nesse momento do relato do historiador, vale a pena fazer uma observação e um confronto com o que os jornais analisados fizeram a respeito das tentativas dos soldados da



FEB de conquistar Monte Castello. Nenhum dos veículos disse explicitamente que foram quatro as tentativas de tomada da elevação, muito menos que houve erros (seja por culpa dos brasileiros ou americanos, justificando muitas dificuldades apenas por conta do frio e do mau tempo). Ao contrário, falam de lutas pesadas pelas quais os expedicionários passaram em fins de novembro e início de dezembro, sem citar que as tropas sofreram derrotas. Apenas em uma reportagem publicada no “Correio da Manhã”, com título “Bravura exemplar das Forças Expedicionárias Brasileiras no campo de batalha”, no dia 21 de janeiro de 1945, é mostrado que aconteceram, de fato, algumas baixas, mas o repórter, no lugar de apenas dizer que o corpo de batalha brasileiro havia perdido combatentes, evidencia os soldados pelo empenho na luta, discurso que transforma os pracinhas mortos em heróis.

Com essa construção, tendo por base o discurso da obra de SILVA, os jornais operaram o que ABRAMO (2003) chama de padrão de ocultação, deixando de mencionar as derrotas dos expedicionários e as falhas cometidas pelos aliados no combate aos nazistas. Apenas as vitórias eram fatos importantes para virarem notícia e, no caso de derrotas, em especial quando houvesse baixas de soldados no combate, os repórteres buscavam enaltecer a figura dos expedicionários e dos pilotos que morreram.

Os jornais também utilizam o padrão de fragmentação, pois as atuações e tentativas de tomada em Monte Castelo, além de muitas vezes não ficarem explícitas nas notícias que os fatos ocorriam neste local, também são informações transmitidas sem ter ligações uma com a outra. Os veículos não explicam que são atuações coordenadas para o avanço em um determinado setor da linha de combate, mas apenas em batalhas comuns em que os brasileiros participaram. Dessa forma, também se transformam em situações pontuais os fatos de os pracinhas encontrarem limitações e dificuldades, em lutas pesadas no combate aos alemães.

Em resumo desse confronto de discursos, o autor, mesmo justificando muitas vezes os erros cometidos na atividade dos expedicionários em combate, mostrou diversos outros fatos que a imprensa não evidenciou. Colocações simples a respeito de Monte Castelo, mas que os jornais ignoraram, como não informar que foram quatro atuações no local, três delas sem resultados satisfatórios. Os veículos sequer citaram que era perto da elevação que os brasileiros estavam (isso apenas foi feito no momento em que a FEB conseguiu conquistar a região).

### 8.1.2 Análise do livro Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial

FERRAZ utilizou, para abordar a participação dos pracinhas em combate, desde a seleção dos soldados até o envio das tropas à Europa, fontes biográficas que foram feitas em diferentes épocas, além de outras obras sobre o tema, de diferentes épocas. De acordo com o que JENKINS (2010, p. 82) mostra, esse artifício do autor é a evidência de que ele não se restringe aos documentos considerados primários para a construção do relato histórico, mas amplia sua visão para outros arquivos, pois dá importância aos estudos feitos durante o século e após o acontecimento da guerra. Os vestígios documentais não são fontes do autor, segundo o que ele relata a respeito da bibliografia consultada, o que mostra a adoção de uma vertente de construção da história que não se subordina às “provas” do passado, mas que “o próprio passado, graças a alguma maneira pré-discursiva, muito literalmente não tem voz ativa”. Isso evidencia que o historiador possui domínio sobre a história.

Um dos motivos que levaria um autor como FERRAZ a não utilizar a imprensa da época como parte de sua pesquisa é o fato de que os jornais, neste caso, seriam como reprodutores das vozes daquela época, sem reflexão a respeito do real envolvimento do País em combate, os motivos, as dificuldades. O historiador, neste caso, busca um leque de documentos para construir seu discurso, sem se aprofundar em apenas uma fonte, ainda mais sendo esta uma transmissora de ideias limitadas, se levarmos em conta todo o contexto de influências em que estava inserido um veículo impresso naquele momento em que os discursos jornalísticos eram produzidos.

(...) os historiadores, quando fazem seu trabalho de pesquisa, vão não ao fundo, mas para os lados, passando de um conjunto de fontes para o outro. Assim, quando elaboram seus relatos, eles na prática estão fazendo estudos comparativos. (JENKINS, 2009, p. 79).

O autor aborda três aspectos relevantes. No primeiro deles, busca mostrar no livro como foi, de certa forma, desastrosa e fora dos planos do Exército do Brasil a seleção dos expedicionários que atuariam na guerra, o que ajuda a desconstruir a imagem heróica e voluntária dos soldados que viajaram para a Itália. O autor demonstra como foi desestimulante a situação, com relação a forma e os critérios de escolha dos soldados, em face da expectativa criada pelos generais do exército brasileiro, que determinaram algumas características necessárias para a escolha do pessoal, todas elas caindo por terra ao revelarem a realidade sanitária e de saúde pela qual os brasileiros passavam naquela época.

Os generais que foram anteriormente para a Itália acompanhar um pouco da guerra e colher informações se impressionaram com a magnitude do conflito, trouxeram vários

conceitos e criaram uma imagem de que o soldado brasileiro deveria ter certas características para serem aprovados no processo seletivo: no mínimo 1,60 de altura, pelo menos 26 dentes originais e peso mínimo de 60 quilos, além da necessidade de passarem por testes físicos e psicológicos. O resultado disso foi um número de candidatos reprovados muito maior do que se pretendia e a guarnição formada, da qual antes esperava-se um número de 60 mil homens, reduziu-se a apenas 25 mil.

Desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas caracterizavam expressiva parcela da população examinada, inclusive praças e oficiais do Exército regular, aprovados nos exames físicos ordinários para ingresso na profissão militar mas com enfermidades incompatíveis para seu uso em combate, tais como daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até mesmo icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas.

(...) Havia ainda a prática de comandantes de várias unidades do Exército por todo o país de se livrarem dos desafetos e “maus elementos” dos quartéis, enviando-os para a seleção do Corpo Expedicionário.

Como resultado, durante a guerra na Itália, os expedicionários ou que contraíram doenças em combate tiveram de dividir as atenções e os leitos com aqueles que precisaram realizar, no *front*, o tratamento de doenças que levavam do Brasil.

Não era mais a elite planejada, mas o relato mais fiel do Brasil: jovens trabalhadores rurais e urbanos, provenientes de classes populares, entremeados com alguns membros da classe média e poucos membros da elite. (...) entre os estudantes universitários, que capitaneavam comícios e manifestações para o Brasil entrar na guerra, pouquíssimos realmente alistaram-se para o combate. O número de voluntários foi pequeno: pouco mais de mil homens, em um contingente de 25 mil selecionados. (FERRAZ, p. 47 a 49).

Com esse texto, o autor mostra como foi difícil a seleção de soldados que iriam a guerra, negando a imagem passada pelos jornais de que os soldados eram fortes, vigorosos, cheios de saúde. Muito ao contrário, como o autor deixa claro no texto, o soldado brasileiro não era um super-herói poderoso, destemido, cheio de energia, mas um homem pobre, humilde, fraco em virtude das mazelas em que a maioria da população vivia no país.

O intervalo de tempo utilizado para análise (de novembro de 1944 a fevereiro de 1945) não engloba o processo de seleção dos soldados, que ocorreu ao menos um ano antes. Entretanto, como afirma o autor, muitos brasileiros levaram para a Itália doenças que contraíram no Brasil e outros, sem condições de luta, dividiam os leitos com aqueles que se feriam em combate. Os periódicos, ao contrário, mais uma vez com o processo de ocultação de informações, não mencionam que os soldados passavam por dificuldades de saúde, limitando o discurso a apenas mostrar os feridos de guerra ou internados, sem fazer referência ao motivo das doenças. Essa é uma das formas utilizadas para construir o soldado forte: os jornais não mentiam, mas omitiam muitos fatos, principalmente que alguns dos expedicionários sofriam em combate por conta dessas limitações físicas. Os poucos soldados doentes “dizem, quase invariavelmente, que só querem voltar ao ‘*front*’, o quanto antes”

(CORREIO DA MANHÃ, 2 de novembro de 1944). Essa construção ressalta a bravura do soldado em detrimento do fato, num procedimento chamado de padrão de inversão, segundo ABRAMO (2003), no qual o jornalista dá importância à fonte ao invés do ocorrido, pois considera mais relevante a palavra do personagem do que os fatos.

Outra característica a respeito da desmistificação do soldado brasileiro é a falta de interesse daqueles que pediram a guerra, mas não compareceram como voluntários. Ao contrário do que os jornais passavam, poucos foram aqueles que se dispuseram por vontade própria para o combate, uma parcela de apenas mil, frente aos 25 mil que foram lutar. Ou seja, os brasileiros não eram de fato destemidos, corajosos, que queriam justiça. Pelo contrário, não queriam participar da guerra para fazer justiça. Não havia interesse em defender a honra da pátria e sim um grande desconhecimento e falta de empenho em participar de um conflito que muitos pediram, mas poucos tinham, pelo demonstrado, a coragem de encarar.

Essa é uma das formas do autor mostrar que não houve tão grande interesse dos brasileiros pela guerra. Até mesmo os militares não se empenhavam para isso, visto que, como diz FERRAZ, alguns generais mandavam seus desafetos e maus elementos para o recrutamento, ao invés de se preocuparem com o Brasil, que lutaria numa guerra de grandes proporções. Se o conflito não era a maior das prioridades sequer para os comandantes responsáveis pela organização, não seria diferente para os soldados recrutados, que pouco sabiam da batalha, nem ao menos onde e como lutariam. O autor quer dizer com isso que o envolvimento sentimental era, pois, bem menor ou até inexistente.

O segundo aspecto abordado por FERRAZ em sua obra é o envolvimento da população com o conflito mundial. O autor demonstra como os brasileiros consideravam, ou desconsideravam, o fato do País estar envolvido na Segunda Guerra Mundial e mostra o nível de interesse que o brasileiro apresentava pelas forças expedicionárias, e o conflito de um modo geral.

(...) a maioria da população brasileira continuava alheia ao destino dos futuros expedicionários. Realmente, não houve uma mobilização nacional para a guerra, com propaganda intensiva e apelo a ações individuais e coletivas para a vitória dos Aliados. Outro fator que contribuiu para a importância secundária das forças expedicionárias nas preocupações cotidianas da população brasileira foi sua proporção demográfica relativamente pequena: eram pouco mais de 25 mil homens em uma população masculina de mais de 20 milhões, ou seja, 0,06% da população brasileira. Apenas a título de comparação, na Guerra do Paraguai 5% da população masculina adulta combateu. (p. 50).

As dificuldades encontradas para a seleção, transporte, acomodação e treinamento dos soldados proporcionaram ambiente propício para a circulação do boato, em todo o país, de que as tropas expedicionárias não embarcariam ou de que somente viajariam para encontrar a guerra no final, sem precisar lutar. A própria mudança do nome de “Corpo Expedicionário” para “Força Expedicionária” motivou gracejos: o Brasil não iria mais para a guerra porque tinha “tirado o corpo fora”. (p. 50).

A falta de interesse que a população brasileira na época apresentava pela participação do país no conflito já é relatada antes mesmo de o autor dizer claramente que não houve grandes manifestações públicas, individuais ou coletivas, em apoio aos expedicionários. O próprio processo de seleção dos soldados já revelava o desinteresse. O que o autor busca mostrar com esse panorama é que se até os próprios recrutados sequer sabiam algo concreto a respeito da guerra ou, pior ainda, a maioria buscava fugir da obrigação, não havia motivo para os brasileiros de ter orgulho por essa força que lutaria na Itália.

Esse aspecto é acentuado quando FERRAZ cita que a FEB havia virado motivo de chacota pela população. Dessa forma, além de não haver confiança depositada, o nível de preocupação que a nação apresentava por seus “heróis” era, dessa forma, nulo. Com base no texto, pode-se concluir que os brasileiros tinham crença muito maior no fracasso ou mesmo na falta de coragem dos soldados. Mais lhes interessavam fazer piada com a própria desgraça.

Os jornais, ao contrário da obra de FERRAZ, tentam mostrar que a população estava em grande envolvimento com o conflito. Em um dos exemplos citados, de uma reportagem do jornal “Correio Paulistano”, descreve mais uma das conquistas dos pracinhas, ao afirmar que “o fato, como não podia deixar de ser, causou viva emoção em todos os recantos do país” (CORREIO PAULISTANO, 15 de novembro de 1944, p. 16). A ideia do jornalismo da época era tornar evidente que os brasileiros estavam com grande confiança e interesse em relação aos seus compatriotas que lutavam contra os soldados de Hitler, e que torciam pelo êxito. Porém, a ideia é desconstruída por FERRAZ, que demonstra como o soldado era de fato irrelevante para a maioria dos brasileiros, até mesmo por tornar-se motivo de piada a participação dos brasileiros na guerra. Ficou claro que o jornalismo da época pretendia atender aos anseios do governo totalitário de transformar o pracinha em herói e enobrecer a atuação do Brasil no conflito, para criar no imaginário da população a ideia de grande expectativa e nacionalismo.

Um terceiro aspecto que o autor aborda é a luta do Exército do Brasil na Itália. Neste ponto da obra o autor mostra um comportamento tanto de defesa da boa participação dos soldados nas batalhas quanto de crítica à falta de preparo deles e dos próprios comandantes, que não teriam feito bons planos de guerra para os ataques dos quais participaram. Em primeiro lugar o objetivo do autor é descrever que o local em que os brasileiros lutavam e as missões que desempenhavam podiam até ser consideradas secundárias, mas em nenhum momento isso pode ser tido como lutas pouco relevantes para o desfecho do conflito. O setor

era, segundo o autor, um dos mais difíceis para se executar a arte da guerra, principalmente por ser montanhoso e favorecer aos alemães.

A missão das tropas brasileiras era essencialmente tática, como o era a de todo o V Exército de Mark Clark. Do ponto de vista estratégico, o setor em que a FEB lutaria não seria “decisivo” para a sorte da campanha aliada na Itália, embora isso não queira dizer que pudesse ser desprezado e deixado aos alemães. A interdependência das frentes de batalha faz com que o soldado empregado em uma frente “secundária” seja tão útil e necessário quanto aquele que está na “principal”. Os soldados brasileiros, norte-americanos e ingleses que estavam em patrulhas nas montanhas geladas da Itália no inverno de 1944-1945 desempenhavam a sua parte na guerra, do mesmo modo que os combatentes americanos que transpiravam abundantemente em alguma ilha do Pacífico, ou que os soldados que desembarcaram na Normandia.

(...) As missões dos aviadores brasileiros consistiam em fazer ataques nas linhas de frente e nas retaguardas das forças alemãs, bombardeando suas posições de artilharia e suas vias de suprimento e comunicações, depósitos de munições e de combustíveis. Devido às más condições do tempo, não puderam auxiliar a infantaria brasileira em algumas missões difíceis, como a tomada de Monte Castelo. Quando puderam, finalmente, lutar em articulação com os homens do Exército brasileiro, na quinta tentativa de conquistar a elevação, o objetivo foi alcançado. Ao final da guerra, a avaliação do desempenho do Grupo de Caça brasileiro foi excelente, segundo os comandantes da unidade norte-americana aos quais estavam subordinados. (p. 60-61).

Ao citar a palavra “interdependência”, o autor forma o sentido de que mesmo em uma posição secundária de combate, a atuação eficiente dos brasileiros era imprescindível para o êxito de toda a campanha aliada na Segunda Guerra Mundial. Ou seja, assim como as tropas da Normandia ou do Pacífico deveriam desempenhar boas atividades para a conquista da vitória e o fim da guerra, era da mesma forma essencial a atuação eficaz dos brasileiros na luta contra os Aliados. O autor quer, dessa forma, igualar a importância das frentes de batalha e deixar os brasileiros, norte-americanos e tantos outros soldados de nacionalidades diferentes no mesmo nível de seriedade para as batalhas.

Da mesma forma a atuação da Força Aérea Brasileira foi mostrada pelo autor como demasiada secundária, mas mesmo assim necessária para o êxito total dos Aliados em combate na Europa. O que vale ressaltar no segundo parágrafo da citação é como o autor trata de mostrar que os aviadores tiveram muitos impedimentos por causa do clima rigoroso, mas quando puderam ajudar os soldados em terra, conseguiram, naquela que é considerada uma das maiores vitórias dos brasileiros na Itália. FERRAZ demonstra, dessa forma, que as forças aéreas estavam até mesmo mais preparadas para o conflito que os expedicionários e sua atuação só não foi melhor por causa do clima desfavorável, pois sempre que conseguiram entrar em combate ou desempenhar suas tarefas, o faziam com eficiência. O autor até mesmo destaca que a avaliação foi “excelente” segundo comandantes norte-americanos, deixando

claro que este é um reconhecimento internacional para uma aviação que teve dificuldades e mesmo assim atuou bem na batalha.

Em segundo lugar, o autor menciona os erros da guerra cometidos pelos brasileiros. Para tanto, utiliza a tomada de Monte Castelo como exemplo, argumentando que é, até hoje, uma conquista épica da guerra, porém argumenta que esta imagem vem das inúmeras dificuldades pela qual passaram as forças brasileiras e pelas falhas cometidas, mostrando certo desmerecimento para essa vitória. Monte Castello foi tomado em 21 de fevereiro de 1945, depois de quatro tentativas frustradas de ataque.

Como atacar e conquistar tais posições? É muito mais fácil e seguro defender posições elevadas, com o campo de tiro livre, do que atacá-las, tendo de combinar o movimento das tropas, armas e suprimentos. Experiências anteriores, como a árdua conquista de Monte Cassino, alguns meses antes e a algumas centenas de quilômetros de distância dali, mostraram a temeridade dos ataques frontais a posições elevadas. No entanto, entre 24 de novembro e 12 de dezembro, foram realizadas pelos brasileiros quatro tentativas frontais de conquistar a elevação, sem sucesso e com assustador número de baixas.

(...) Monte Castelo é o maior símbolo e mito das ações da FEB. Muitas das histórias que os cercam originaram-se na série de dificuldades enfrentadas pelos brasileiros para tomar a posição indicada. Erros táticos grosseiros dos oficiais superiores, falta de apoio logístico e de retaguarda, além de um dos piores invernos da década naquela região da Itália (...), conferiram à luta pelo Monte Castelo um aspecto dramático e épico, muito explorado depois. Essas histórias e memórias da FEB, no entanto, geralmente ressaltam os aspectos heróicos, deixando as mazelas e as origens dos problemas em segundo plano. (FERRAZ, 2005, p. 63 e 64).

Percebe-se como o autor evidencia que o terreno de guerra em que os soldados do Brasil atuavam era realmente difícil de ser conquistado, tendo em vista o bom posicionamento que dava aos alemães, os quais já estavam no local há mais tempo, sustentando bem suas forças. Porém, ele de certo modo argumenta que essa não é uma desculpa total para os quatro fracassos que se passaram antes da vitória. Sem contar a questão do frio, as diversas falhas, falta de apoio e cobertura mostram que o corpo de soldados expedicionários e o próprio comando de guerra (seja ele brasileiro ou norte-americano – fato que não fica claro) não eram tão eficientes quanto se tentou mostrar em obras e relatos posteriores ao conflito. O autor deixa explícito que muitos dos fatos são escondidos, no que se refere aos problemas e falhas cometidas nos campos de batalha pelos brasileiros. Dessa forma, a obra cria a imagem de que ao lado do esforço de guerra estavam também diversos erros que comprometeram a campanha, evidenciando que a tropa não era perfeita como se tentou mostrar em outros trabalhos.

Com essas diretrizes, FERRAZ opera novamente um processo de desconstrução da eficiência brasileira na guerra, em especial na relação da vitória em Monte Castello, pois explica os motivos que levaram essa ser uma das mais festejadas e consagradas fases da

campanha da FEB e da FAB na Itália. Assim, de um lado o exército brasileiro na guerra era mostrado nos jornais com a ideia de grande empenho, força e bons resultados, com o reconhecimento dos oficiais norte-americanos e da imprensa estrangeira para tornar seu discurso fortalecido e assim construir no imaginário do leitor a imagem de um exército guerreiro. Na contramão, mesmo com o uso de fontes de obras com relatos de ex-combatentes, as mesmas pessoas que serviam de referência para os jornais construírem as notícias, o discurso de FERRAZ mostra como o período de tentativas de posse de Monte Castelo foi muito mais difícil e menos eficiente como se tentou mostrar.

Mesmo assim, o autor menciona a boa participação dos brasileiros no combate ao finalizar o assunto no seguinte trecho:

Em um balanço sobre a atuação da FEB em combate, seu desempenho pode ser equiparado ao das melhores unidades aliadas envolvidas na frente italiana. Tropas novatas costumavam cometer muitos erros no início, e os expedicionários brasileiros, assim como ocorrera antes com os ingleses nos desertos da África e com os norte-americanos na Tunísia, tiveram de aprender com seus reveses. Seu aprendizado, rápido, foi no próprio combate, e se saíram bem, dentro das limitações próprias de uma divisão do Exército, em meio a outras 125 divisões do Exército Aliado na Europa. (FERRAZ, 2005, p. 65).

O autor tenta, com essa construção, justificar os possíveis erros que soldados, comandantes e generais, ou seja, a força brasileira enviada para o combate na Itália poderia ter cometido, pelo fato de serem inexperientes e principiantes na guerra, mas que mesmo assim conseguiram bom desempenho e não devem em nada aos demais exércitos, muito mais experientes que o brasileiro. Sua justificativa é, portanto, ao mesmo tempo uma forma de salvar os combatentes expedicionários e aviadores de possíveis críticas e também a maneira de equiparar as forças do Brasil aos demais combatentes aliados. Não deixa de ser uma forma de exaltar a participação desses soldados no combate, pois do que o autor mais fala é do esforço e da campanha como eficiente, mesmo com erros.



## 9. Considerações finais

Os processos de construção do herói de guerra brasileiro são bastante distintos nos discursos analisados. De um lado, os jornais entram em um ufanismo exagerado, permeado por formas de exaltação do soldado brasileiro da FEB e do aviador da FAB que transformaram os pracinhas em verdadeiros super-heróis destinados a lavar a alma do Brasil e vingar aqueles que morreram nos atentados praticados pelos alemães nas águas brasileiras. Pelo que foi descrito nos veículos, o combatente do Brasil era fato guerreiro, destemido, com vontade de lutar e honrar a pátria, seja onde for. Não temia os inimigos e sequer reconhecia obstáculos (frio, terreno de difícil atuação, alemães mais experientes). Atitudes tão nobres que os próprios americanos, mais envolvidos em guerras em sua história, reconheciam o grande esforço do brasileiro.

Os jornais construíram discurso influenciado não somente pela conduta do Estado Novo, que possuía um órgão de controle e divulgação (o DIP), mas também utilizaram determinadas formas de criação de sentido próprias deles, algo que nos discursos historiográficos não foi encontrado. A título de comparação, o livro de SOUZA utilizou muitas fontes que os próprios veículos impressos utilizaram, mas mesmo assim não deixou de comentar das falhas e dificuldades que impediram grande parte da boa atuação dos pracinhas. Os jornais, ao contrário, não falavam mentiras, mas simplesmente escondiam alguns fatos importantes, como essas dificuldades e falta de apoio e empenho em conseguir um método mais eficiente de ataque. Ao contrário, preferiam mostrar a intimidade do pracinha com as armas, a forma como estavam habituados ao frio, como resistiam às doenças lá adquiridas e como se recuperavam bem dos ataques e ferimentos. Mas o fato de muitos levarem doenças do Brasil para a batalha e estarem incapacitados do combate eram ocorrências desprezadas pelos veículos.

O nacionalismo, muitas vezes, parecia falar mais alto do que a realidade dos fatos. Porém, não é demais salientar que os jornalistas utilizavam o que ABRAMO (2003) chama de padrão de inversão no texto jornalístico, através da priorização de certas fontes e opiniões em detrimento dos fatos. Além disso, há o padrão de ocultação, no qual os jornalistas determinam o que consideram, a partir de seus pressupostos e da política editorial do jornal (como considera TRAQUINA, 2005 quando fala dos valores-notícia) aquilo que deve e o que não deve ser noticiado. É um discurso que, por via dos fatos, move interesses tanto governamentais (no que se refere a criação do discurso fundador (ORLANDI, 2003) de um

país heróico que poderia se orgulhar por ter um herói de guerra destemido e corajoso), quanto do próprio veículo.

Os jornais da época, em especial os analisados, direcionados à população de cidades grandes e com enorme importância política, cultural e econômica, representavam ainda grande influência sobre as massas. O governo, que tinha seus interesses de manter a massa crescente das cidades sob seu controle, utilizava de artifícios para que a imprensa demonstrasse a imagem apenas de suas boas atitudes. Com seu poder de financiamento, que podia favorecer aos veículos e possibilitar o alinhamento sem a necessidade de utilizar a pressão do DIP, o Estado Novo tinha interesse na imprensa pelo seu poder de influência na população e suas formas de criar sentido da realidade, como explica BARBOSA (2007), quando explica que os jornais criam “outra realidade” na construção de seus textos. Desde o texto, que poderia vir da Agência Nacional ou ser sustentado por redações que tinham a influência estatal, são muitos fatores que podem ter influenciado no produto final: a notícia sobre o Brasil na guerra.

Com esse panorama, fica claro que os jornais criaram a imagem do herói de guerra direcionada a interesses de grupos dominantes naquela época, sendo os jornalistas, de certa forma, porta-vozes de um governo que queria perpetuar sua visão frente à história e à sociedade como perfeito e necessário para o Brasil naquele momento, visto que o regime, assim como os totalitarismos europeus, pregava o nacionalismo exacerbado. Para reforçar seu discurso, os veículos utilizaram de fontes que não se limitaram aos oficiais de guerra do Brasil, mas se basearam em relatos de reportagens sobre a repercussão da participação brasileira por veículos internacionais, além dos comandantes e oficiais dos exércitos aliados, como norte-americanos e ingleses. Essa era a forma de justificar a eficiência, tentando demonstrar que os veículos não transmitiam exaltação por puro nacionalismo, mas por evidências. O que ocorre, entretanto, é que os generais desses exércitos estavam ao lado do Brasil e estavam dispostos apenas a mostrar também o lado positivo da atuação dos próprios Aliados, em detrimento do que ocorria com o Eixo.

Em contrapartida estão os livros de história, que em partes mantêm um pouco da determinação do soldado brasileiro, mas de forma diferente e bem menos ufana. Os que os difere é a época em que foram produzidos, um na década de 1970 e outro mais de 40 anos depois, em 2005. Enquanto SILVA, mesmo ao mostrar as falhas de seleção de pessoal, certo despreparo das tropas brasileiras e alguns erros em combate, sempre busca isentar os soldados expedicionários da culpa, justificando que eram empenhados e esforçados. O que barrava

evoluções não era a incompetência, mas a inexperiência, ou a falta de capacidade, por assim dizer, que em alguns momentos os norte-americanos demonstraram.

De outro lado, FERRAZ (mesmo citando que, dentro das limitações, os brasileiros apresentaram bom desempenho) já apresenta um processo de desconstrução do soldado perfeito e irretocável. O expedicionário possuía sim grandes falhas, não era um herói lendário de guerra, mas um brasileiro comum, com limitações físicas e mentais, que recebeu pouco preparo e apoio insuficiente das organizações brasileiras para o conflito. Suas vitórias em nada foram épicas, mas sofríveis pela falta de preparo e apoio, além de condutas mal sucedidas dos comandos.

Os profissionais responsáveis por esses últimos trabalhos não utilizaram os periódicos por apresentarem condutas de trabalho diferentes, segundo o que JENKINS (2009, p. 81) explica sobre a utilização de fontes por historiadores na formação dos discursos.

SILVA (1974) prefere usar as fontes tidas como provas, aquelas produzidas pelos que atuaram nas lutas contra os alemães e nos arquivos oficiais do governo de Getúlio Vargas para a formação de seu discurso historiográfico a respeito do tema. Do mesmo modo como afirma JENKINS, o historiador forma sua obra curvando-se às evidências do passado, sem praticar qualquer tipo de reflexão sobre o fato, pois busca um relato fiel, verídico, com base nas fontes que estiveram envolvidas no conflito e não em outras. Dessa forma, o autor não leva em conta todas as implicações sociais, econômicas e políticas que poderiam influenciar os acontecimentos do conflito, pois meramente reproduzia os relatos dos documentos consultados.

Já FERRAZ (2005), mais atual em relação a este trabalho, e que utiliza de várias outras obras historiográficas como fontes e não limita seu discurso na mera descrição dos fatos narrados pelas obras biográficas. Ele opera um processo, dito por JENKINS (2009, p. 81) como não ir a fundo, mas para os lados, por meio de comparações das fontes das quais dispõe para construir seu trabalho. Sua obra é bastante reflexiva sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e, assim, consegue desconstruir a imagem ufana e heróica que os jornais e, em alguns pontos, a obra de SILVA procura fazer sobre os pracinhas.

Tanto em um como outro caso, os jornais adquirem caráter secundário para a utilização como fontes bibliográficas para a construção da histórica. Isso porque para os profissionais autores das obras os jornais reproduziam as mesmas fontes que eles utilizaram as mesmas pessoas que os repórteres usaram na formação das notícias. Se os jornalistas estavam sob influência de entidades que buscavam a formação, no imaginário das massas, de boas atitudes do Estado Novo (e com a atuação brasileira na guerra não seria diferente), os

periódicos dariam maior importância às restritas fontes de militares e soldados que estavam no combate, sempre ressaltando o lado bom da campanha dos pracinhas na Itália. Os jornais, dessa forma, não mostram qualquer reflexão ou método de abordagem destoante que possibilite autores como FERRAZ de utilizarem a comparação, ainda mais que eles reproduziam o que fontes já utilizadas por ele (as biográficas) para a construção da história.

Com isso, pode-se concluir que FERRAZ também opera um processo que JENKINS (2009, p. 81) determina como utilização de “provas imaculadas”. O autor, de fato, não se curva a elas para simplesmente reproduzi-las e dar voz ao que expressam, mas prefere usar esses documentos do que outros que intermediariam o discurso entre as fontes produtoras das biografias e as massas, para a qual existe outro tipo de abordagem do tema, por causa das intenções que os veículos de comunicação possuíam, por sofrerem a influência do Estado Novo.

Seja qual for a obra analisada, em resumo os jornais não apresentaram relevância para servirem como fontes do historiador no processo de construção do discurso sobre o passado. LENE (2010) mostra que os jornais estão em processo de maior utilização por parte dos profissionais do campo da história para a construção desses discursos. Entretanto, durante os séculos, isso não foi feito com grande destaque, visto que “havia certa tradição dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca de verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos” (p. 10).

A mudança dessa visão de verdade, de acordo com a autora, tem mudado a forma como o historiador olha para o jornal como fonte. LENE (2010, p. 11) mostra uma pesquisa feita sobre a utilização dos jornais como fonte não só por parte do campo da história, como outros.

De acordo com os entrevistados, a opção pelo jornal como fonte se deve a fatores como: tratar da História recente e conter informações atualizadas; por ser a única fonte disponível no momento da pesquisa ou por não ter outra fonte sobre o assunto estudado. Quanto ao suporte físico utilizado, os pesquisadores tiveram acesso a jornais microfilmados, em papel e no meio on-line.

Com isso, conclui-se que essa utilização não se efetivou por causa do tempo transcorrido, no caso das obras atuais, que já possuíam, além das fontes biográficas, outras obras produzidas, e não havia escassez de documentos para a construção desses discursos. Já nas obras sobre a guerra feitas no passado, como a de SILVA (1974), ainda era pequeno, ou quase inexistente a concepção de que o trabalho historiográfico podia ter nos arquivos jornalísticos informações relevantes, ainda mais que os jornais da época eram reprodutores das mesmas fontes que o historiador possuía.

Os jornais não seriam sempre desprezados pelos historiadores como fontes, mas precisam ter relevância para o ambiente e para as situações que envolvem o trabalho dos historiadores para, dessa forma, doarem suas informações aos discursos das obras. Porém, isso não quer dizer que ocorrerá uma mera reprodução do que está nas reportagens, ainda mais na atualidade, quando os historiadores fazem processos mais interpretativos e comparativos, debruçados no que possuem como fontes sobre o passado.

Outro fator que motivaria a utilização da imprensa escrita pela história é o arquivo que jornais e revistas representam e que guardam a memória de uma época, alguns dos principais fatos ocorridos em determinado local em certo período do passado. Ainda que o jornalismo seja uma atividade cheia de restrições e interesses, na qual operam muitos padrões de manipulação e critérios de noticiabilidade, para diversos momentos do passado, em especial aqueles em que não se tem fontes pessoais ou biográficas para contar o que aconteceu, a imprensa torna-se grande referência para a construção do discurso historiográfico.

Mas a história não pode ser isenta de qualquer tipo de erro. Conforme os autores utilizados, JENKINS (2009) e CERTEAU (1975), e também pelos dois livros analisados, pode-se concluir que o campo pode divergir em suas produções historiográficas. O espaço, o tempo, o meio acadêmico, as fontes nem sempre são as mesmas e esse conjunto direciona a formação de diferentes discursos. Dessa forma, assim como a verdade nunca pode estar contida em apenas uma obra ou produto historiográfico, os autores podem cometer erros de acordo principalmente com as fontes que utilizam, pois tanto estas como os próprios profissionais sofrem a influência do meio em que estão e do período em que se encontram.

## Referências bibliográficas

**A BANDEIRA do Brasil tremula numa base aérea italiana conquistada ao inimigo.** *O Jornal*, Rio de Janeiro-RJ, p. 8, 22 nov.1944.

**A ATUAÇÃO dos soldados da F.E.B. na opinião dos uruguaiois.** *O Estado de São Paulo*, São Paulo-SP, p.16, 7 nov. 1944.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa.** São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL. **Eficiente ação da artilharia da F.E.B.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro-RJ, p. 1, 31 jan. 1945.

ÁLVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado** – São Paulo: Editora Loyola, 2002.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira.* São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa. Brasil: 1900 – 2000.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/1248/1/R0165-1.pdf>> Acesso em: 03 de junho de 2010.

BRAGANÇA, Maria Alice., PUHL, Paula. **A censura no Governo Vargas e “O 5 de Abril”.** Novo Hamburgo, RJ. Disponível em: <[http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos\\_selecionados/neusa\\_ribeiro\\_e\\_maria\\_braganca.doc](http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/neusa_ribeiro_e_maria_braganca.doc)> Acesso em 28 de abril de 2010.

BRANDÃO, Raul. **A campanha da FEB na Itália**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro-RJ, p. 1, 8 nov. 1944.

CASTRO, Terezinha de. **História da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Capemi, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975].

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. 2. ed., 2. reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 78 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ENNE, Ana Lucia S. (2004) **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional**. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. Vol. VI nº 2: 101-116. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3095/2905>>. Acesso em: 04 de outubro de 2010.

INTERNATIONAL NEWS SERVICE. **Estão praticando um esplêndido trabalho**. *O Jornal*, Rio de Janeiro-RJ, p. 1, 4 dez 1944.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela, 3ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

LEITE, Barreto. **Enfrentam os soldados da FEB uma das mais duras fases da campanha**. *O Jornal*, Rio de Janeiro-RJ, p. 2 e 8, 4 fev. 1945.

LENE, Hérica. **Os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisas.** 2010. Disponível em <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/lista\\_area\\_DT1-HJ.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/lista_area_DT1-HJ.htm)> Acesso em: 02 de outubro de 2010.

LOPES, D. F. **A história do jornalismo como formadora de consciência crítica.** In: Ouhydes João Augusto de Fonseca. (Org.). *Fênix do jornalismo.* 1 ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2004, v. 1, p. 121-142.

LUCA, T. R., 2006. **As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas.**; IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura: IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura, ISBN: Português, Meio digital. Disponível em < <http://189.30.19.174/geison/ufsm/2-semester/disciplinas/historia-brasil/Tania%20Regina%20de%20Luca.pdf> >. Acesso em: 28 de abril de 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia.** São Paulo, Editora Ática, 1989.

MERTON, Robert K., LAZARSFELD, Paul F. **Comunicação de massa, gosto popular e a organização social.** in ADORNO, Theodor W. *et ali.* Teoria da cultura de massa. Comentários e seleção de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal: da forma ao sentido** / Maurice Mouillaud, Sérgio Dayrell Porto (org.), Adriano Duarte Rodrigues ET alii, Tradução de Sérgio Grossi Porto – Brasília: Paralelo 15, 1997.

**O SOLDADO brasileiro na Itália.** *Correio Paulistano*, São Paulo-SP, p. 4, 2 fev. 1945.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos.** 1ª ed. Campinas, SP. Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso Fundador.** 3ª edição. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.



PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª edição. SP: Pontes, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REUTERS. **Aviadores brasileiros condecorados por atos de bravura**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo-SP, p. 2, 1 fev. 1945.

REUTERS. **Com as forças brasileiras na Itália**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo-SP, p. 2, 23 dez. 1944.

REUTERS. **Os pilotos da F.A.B. em luta contra os nazistas**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo-SP, p. 6, 11 jan. 1945.

REUTERS. **Violenta luta no setor das tropas brasileiras na Itália**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo-SP, p. 1, 2 dez 1944

RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da Notícia**. Tradução fr: Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTANA, Ana Lúcia. **Departamento de Imprensa e Propaganda**. 2008. Disponível em <<http://www.infoescola.com/era-vargas/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip/>> Acesso em 07 de junho de 2010.

**“SE EU FOSSE homem seria soldado para defender a FEB”**. *Correio Paulistano*, São Paulo-SP, p. 16, 15 nov. 1944.

SILVA, Hélio. **1944: O Brasil na Guerra**. Colaboração: Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

**TOMBARAM** gloriosamente lutando contra os nazistas. *O Jornal*, Rio de Janeiro-RJ, p. 1, 12 nov. 1944.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.